



PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESPÍRITO SANTO

2013-2023

Realização

Secretaria de Estado da Cultura

Parceria

Conselho Estadual de Cultura

Apoio

Ministério da Cultura

Metodologia

Universidade Federal de Santa Catarina

Consultoria

Secretaria de Estado da Economia e Planejamento

Fórum Estadual de Elaboração do Plano Estadual de Cultura

Presidente

Maurício José da Silva – Secretário de Estado da Cultura

Comitê Gestor

Coordenação:

Anna Luzia Lemos Saiter

Formação:

Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo

Catarina Linhales Baptista

Jefferson Gonçalves Correia

Conselho Estadual de Cultura

Márcia Gaudio Campos - titular

Wilson Coêlho Pinto - titular

Guilherme Ramalho Manhães – suplente

Fórum Permanente das Entidades Culturais do Espírito Santo

Pedro Padilha

Equipe Técnica

Aline Souza Alves

Carolina Ruas Palomares

Fernanda de Castro Barbosa

Leandro Lino



SUMÁRIO

PARTE I: DIAGNÓSTICO DA CULTURA NO ESPÍRITO SANTO.....	8
1 PANORAMA DO ESPÍRITO SANTO.....	8
1.1 HISTÓRIA	10
1.2 DEMOGRAFIA.....	13
1.3 INDICADORES SOCIAIS	16
1.4 INDICADORES ECONÔMICOS	18
2 INVENTÁRIO CULTURAL.....	20
2.1 EQUIPAMENTOS CULTURAIS	22
2.1.1 Arquivos públicos.....	23
2.1.2 Bibliotecas	23
2.1.3 Orquestras	25
2.1.4 Centro de Referência de Assistência Social	25
2.1.5 Cineclubes e salas de cinema	26
2.1.6 Teatros.....	28
2.1.7 Museus	28
2.1.8 Casas de cultura e centros culturais.....	30
2.1.9 Livrarias	31
2.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO	32
2.2.1 Rádio e TV.....	32
2.2.2 Telefone móvel, computador e internet.....	35
2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL	37
2.3.1 Patrimônio material.....	40
2.3.2 Patrimônio imaterial	42
2.4 CENÁRIO ARTÍSTICO	45
2.5 CULTURA E EDUCAÇÃO NO ENSINO REGULAR	47
2.5.1 Oferta de Ensino Superior	48
2.6 ECONOMIA CRIATIVA	50
2.7 MERCADO DE TRABALHO.....	54
3 GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA NO ESPÍRITO SANTO	60
3.1 ESTRUTURA BÁSICA DE GESTÃO CULTURAL.....	60
3.1.1 Sistema de Cultura	60
3.1.2 Conselho Estadual de Cultura	61
3.1.3 Conferências Estaduais de Cultura.....	63
3.1.4 Fundo Estadual de Cultura	64
3.1.5 Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo.....	66
3.1.5.1 Organização da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo .	66
3.1.5.2 Gestão de pessoas	67
3.1.5.3 Canais de comunicação com a sociedade.....	68



3.1.5.4 Atuação da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo	69
3.1.5.4.1 Subsecretaria de Patrimônio Cultural	70
3.1.5.4.1.1 Programa de Educação Patrimonial	70
3.1.5.4.1.2 Patrimônio material	71
3.1.5.4.1.3 Patrimônio imaterial	73
3.1.5.4.2 Subsecretaria de Ação Cultural	75
3.1.5.4.2.1 Pontos de Cultura	75
3.1.5.4.2.2 Capacitação em atividades culturais.....	77
3.1.5.4.2.3 Mostras, festivais e outros eventos culturais.....	78
3.1.5.4.2.4 Programa Rede Cultura Jovem.....	78
3.1.5.4.2.5 Cultura Presente	84
3.1.5.4.3 Fundo Estadual de Cultura	85
3.1.5.4.4 Equipamentos culturais administrados pels Secult.....	91
3.1.5.4.4.1 Orquestra Filarmônica do Espírito Santo	91
3.1.5.4.4.2 Biblioteca Pública do Espírito Santo	92
3.1.5.4.4.3 Theatro Carlos Gomes.....	93
3.1.5.4.4.4 Galeria Homero Massena	93
3.1.5.4.4.5 Museu de Artes do Espírito Santo	95
3.1.5.4.4.6 Museu do Colono.....	96
3.1.5.4.4.7 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	96
3.1.5.4.4.8 Cais das Artes.....	98
3.1.6 Demais instâncias de gestão da cultura	98
3.2 INVESTIMENTOS	99
4 INSTRUMENTOS LEGAIS	102
4.1 ESFERA FEDERAL	102
4.2 ESFERA ESTADUAL	102
4.3 OUTRAS REFERÊNCIAS	103
5 DESAFIOS E OPORTUNIDADES	104
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
PARTE II – PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESPÍRITO SANTO	114
PRINCÍPIOS	114
OBJETIVOS	114
EIXOS TEMÁTICOS	115
1 ESTRUTURAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL.....	116
2 DIVERSIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL	120
3 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA.....	123
4 CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL. 128	
5 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO CULTURAL	131

INTRODUÇÃO

O Espírito Santo aderiu ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) em abril de 2012, formalizando a inserção do Estado neste modelo de gestão criado pelo Ministério da Cultura (MinC), cujo principal objetivo é estimular e integrar as políticas públicas culturais no território nacional. O Plano Estadual de Cultura constitui um dos elementos necessários para tal integração e tem o objetivo de ser um instrumento de planejamento estratégico, de duração decenal, que organiza, regula e norteia a execução da Política Estadual de Cultura.

Ao aderir ao SNC, estados e municípios se comprometem a implantar seus próprios sistemas de cultura, que envolvem uma estrutura mínima composta por secretaria de cultura, conselho de política cultural, conferência periódica de cultura, plano de cultura e sistema de financiamento. Nesse sentido, a elaboração do Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo (PEC-ES) também viabiliza a instituição do Sistema Estadual de Cultura do Espírito Santo.

Seguindo a orientação do MinC, o PEC-ES foi elaborado de acordo com a metodologia de construção de planos estaduais de cultura desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contando também com o apoio técnico da Secretaria de Estado da Economia e Planejamento do Espírito Santo. Sua estrutura considerou as três dimensões básicas e complementares da cultura: a da expressão simbólica, a do direito de cidadania e a econômica. A dimensão simbólica se expressa em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. A dimensão do direito de cidadania promove o acesso universal à cultura através do estímulo à produção artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais. A dimensão econômica visa à criação de um cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável.

A metodologia fundamenta-se no planejamento estratégico e participativo, onde a sociedade como um todo - especialmente os agentes culturais - assume o papel de protagonista no processo de planejamento e gestão do setor cultural.

A Secretaria de Estado da Cultura (Secult) deu início ao processo de elaboração do PEC-ES em outubro de 2012, a partir da criação do Fórum de Elaboração do Plano Estadual de Cultura e respectivo Comitê Gestor, instância diretamente responsável pela produção do documento e composto por membros da Secult, do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e do Fórum Permanente das Entidades Culturais do Espírito Santo. O processo de elaboração contou ainda com a participação de uma equipe técnica formada para essa finalidade.

A segunda etapa se deu a partir dos Seminários Territoriais, realizados nas dez microrregiões administrativas do Espírito Santo nos meses de outubro e novembro de 2012. Os eventos consistiram no momento de escuta pública presencial, onde foram eleitas propostas prioritárias para o desenvolvimento da Cultura no Espírito Santo. Nos seminários ainda foram escolhidas dez Comissões Organizadoras Territoriais, formadas por representantes da sociedade civil e do poder público, que também passaram a constituir o Fórum de Elaboração do PEC-ES.

Em fevereiro de 2013 aconteceu na capital capixaba uma nova escuta pública presencial, o Seminário Setorial, voltado aos setores artístico-culturais. A partir das propostas prioritárias colhidas nas 11 escutas, coube à equipe técnica a siso veio a público em abril de 2013 na Consulta Virtual das Estratégias e Ações do PEC-ES.

Em junho de 2013, o PEC-ES chegou à etapa final de seu processo de construção ao ser referendado no Seminário do Fórum de Elaboração do PEC-ES e, em sequência, aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Cultura.

Em paralelo à organização das Estratégias e Ações do PEC-ES, a equipe técnica ampliou o levantamento visando à elaboração do Diagnóstico da Cultura no Espírito Santo, que reúne diversas informações acerca do cenário artístico-cultural do Estado e constitui a primeira parte deste documento.

O Diagnóstico da Cultura no Espírito Santo foi realizado a partir de uma intensa pesquisa, onde foram consideradas fontes orais - presentes principalmente nas escutas públicas de elaboração do plano e, também, no contato com agentes que atuam na gestão estadual -, documentais - que reuniram arquivos internos da secretaria, estudos já realizados sobre a situação da cultura no Estado, entre outros - e bibliográficas.



O Diagnóstico é dividido pelos seguintes grandes temas: Panorama do Espírito Santo, que cumpre a função de situar o leitor acerca de características geográficas, históricas, demográficas, sociais e econômicas do Estado; Inventário Cultural, com informações mais específicas sobre o cenário artístico-cultural capixaba; Gestão Pública da Cultura no Espírito Santo, que explica como se dá organização da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e a estrutura de gestão cultural no Estado; Instrumentos Legais, onde estão identificados os principais marcos regulatórios que orientam a formulação e a execução das políticas públicas de cultura do Estado; e o Quadro de Desafios e Oportunidades, que constitui uma síntese do diagnóstico dividida entre condições que tendem a favorecer ou dificultar o desenvolvimento da cultura no Estado.

A segunda parte deste documento apresenta os Princípios, Objetivos, Eixos Temáticos, Estratégias e Ações do Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo, que nortearão a gestão da Cultura capixaba pelos próximos dez anos.

PARTE I: DIAGNÓSTICO DA CULTURA NO ESPÍRITO SANTO

1 PANORAMA DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo está localizado na região Sudeste e faz divisa com os estados da Bahia ao norte, do Rio de Janeiro ao sul, de Minas Gerais a oeste e com o Oceano Atlântico a leste, ocupando uma área total de 46.078 km². Seu território - dividido em 78 municípios - abrange duas regiões naturais: a faixa de planície litorânea, que ocupa a costa Atlântica, e o planalto, que ao interiorizar dá origem a uma região serrana, com altitudes superiores a 1.000 metros, onde está localizado o Pico da Bandeira, terceiro maior do país. Além disso, o Estado está totalmente assentado em uma área de ocorrência do bioma Mata Atlântica, um dos mais diversificados do mundo, composto por diferentes ecossistemas, tais como manguezais, restingas, entre outros.

A capital do Espírito Santo é Vitória, cidade formada por uma ilha principal, várias ilhas menores e uma parte continental.

Figura 01: Divisão Político-Administrativa do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2012)

1.1 História

Os atuais contornos do Espírito Santo começaram a ser delineados em 23 de maio de 1535, quando a caravela de Vasco Fernandes Coutinho aportou a sua capitania - doada pelo rei português João III - no contexto de ocupação e exploração das terras recém-descobertas por Portugal. O donatário e sua gente - aproximadamente 60 pessoas - foram recebidos de maneira hostil pelos índios que povoavam o litoral, prenunciando a complexa relação entre os colonizadores e os habitantes da terra (OLIVEIRA, 2008, p.).

Nessa época, o Espírito Santo era ocupado por diferentes grupos indígenas que tinham em comum a língua tupi, com exceção dos goitacás que ocupavam a parte setentrional da capitania (APEES, 2011, p.113). Não existem informações precisas sobre o número de indígenas que habitavam inicialmente o território capixaba, contudo, sabe-se que o início da colonização foi marcado por amplos deslocamentos dessas populações e verdadeiras catástrofes demográficas.

A relação entre colonos e indígenas foi moderada por instantes de conflitos e clivagens, mas também de aproximações. Um marco desse processo de integração de parte dos indígenas à ordem colonial se deu com a chegada dos membros da Companhia de Jesus, em 1551, cujas práticas, especialmente a campanha catequética e a criação de aldeamentos, concorreram para a cristianização e a dominação dos indígenas. Os aldeamentos jesuítas contribuíram para a colonização do Espírito Santo de tal forma que, no final do século XVIII, das cinco vilas existentes no território, três – Nova Almeida (Reis Magos), Guarapari e Benevente (Reritiba) – tiveram aí a sua origem.

Durante o período colonial, o Espírito Santo como um todo não conheceu transformações substanciais em sua fisionomia. Sua ocupação esteve concentrada na área litorânea, dificultada pela existência de espessas florestas e índios que hostilizavam os colonizadores, fazendo com que estes ficassem “atados” à praia (OLIVEIRA, 2008, p.280). Além disso, a descoberta de metais e pedras preciosas - nos sertões localizados nos limites originais da capitania -, no final do século XVII, fez com que a Coroa Portuguesa, preocupada com contrabandos e invasões, transformasse o Espírito Santo em uma barreira natural

à região mineradora, proibindo a construção de estradas que ligassem o litoral ao interior. Ademais, não raramente as despesas com a manutenção do exíguo aparato administrativo excediam as receitas públicas. Os esforços econômicos giravam em torno da exploração da madeira e da produção agrícola - especialmente da farinha de mandioca e do açúcar, que eram produzidos por mão de obra negra escravizada, cuja presença no território espírito-santense coincide com o início da plantação de canaviais, em 1540.

A origem dos africanos que vieram para o Espírito Santo não é precisa. Acredita-se, no entanto, que a maioria era do grande grupo dos bantos, também conhecido como angolas, pois os negros de diferentes etnias assim chamados eram embarcados nessa região da África (MACIEL, 1994, p.20-21). Os escravizados constituíam uma relevante parcela da população capixaba e concentraram-se nas regiões mais fortes economicamente. Em 1824, por exemplo, o norte do Espírito Santo - tendo São Mateus como principal polo - e a região Central - área de influência imediata da capital Vitória - reuniam boa parte dos negros cativos. Não por acaso, são encontrados vários registros sobre fugas, revoltas e formação de quilombos nessas regiões (OSÓRIO et al., 1999).

É no período Imperial, mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX, com a expansão do plantio de café, que o Espírito Santo conhece um expressivo desenvolvimento socioeconômico. Há registros de produção de café no início do século XIX na região do Rio Doce (OLIVEIRA, 2008, p. 278), mas foi com a ampliação das lavouras do Vale do Paraíba, no norte fluminense, para o sul do Estado que o café ganhou destaque na economia capixaba. A receita gerada pela sua produção contribuiu para a construção de estradas de rodagem e de ferrovias, o aumento das atividades no porto de Vitória, bem como melhorias na instrução pública, entre outros avanços. Em geral, a produção cafeeira baseou-se em grandes latifúndios e no uso extensivo de mão de obra escrava, especialmente nas lavouras localizadas na porção meridional do território, reorientando a concentração de negros cativos para Cachoeiro de Itapemirim e suas imediações.

O café também foi produzido por imigrantes de diferentes partes da Europa - sobretudo alemães e italianos -, que durante o Império chegaram ao Espírito Santo em grandes contingentes. Estes foram instalados em fazendas cafeeiras ou

em colônias criadas pelo governo, a maioria delas localizadas na região central serrana do Estado (SECULT, 2009). Apesar de pouco estudado, acredita-se que este fluxo imigratório também tenha trazido ciganos para o Espírito Santo, principalmente os das etnias Rom e Sinti, que abarca indivíduos de nacionalidades italiana, alemã, suíça, polonesa e ucraniana (APEES). A imigração europeia para o Estado teve início em 1815, quando 30 casais de açorianos foram assentados no atual município de Viana, e prosseguiu, com diferentes intensidades, até o final do século XIX.

Além dos imigrantes europeus, destaca-se a presença de imigrantes chineses na colônia de Rio Novo, localizada no sul da então província do Espírito Santo, próximo ao rio Itapemirim, em 1845 (APEES, s/d). Ainda no final do século XIX e início do século XX, o Espírito Santo recebeu imigrantes do antigo Império Turco-Otomano, que na época dominava a região da Arábia, Síria, Líbano, Turquia e ex-logoslávia. Os primeiros imigrantes do Oriente Médio que chegaram ao Espírito Santo vieram espontaneamente e estabeleceram-se em áreas produtoras de café, onde desenvolviam atividades paralelas à produção cafeeira.

As lavouras de café espalharam-se por todo o território do Espírito Santo. Todavia, enquanto alguns estados da Região Sudeste ditaram um ritmo dinâmico à agricultura cafeeira, no Espírito Santo ela se expandiu de forma lenta e não gerou os capitais necessários para investimentos expressivos em setores mais dinâmicos, como as indústrias. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a economia capixaba era caracterizada por estreita base industrial e dependência do modelo agrário-exportador, o que tornou o desenvolvimento do Estado suscetível às oscilações do mercado externo.

A situação de fragilidade econômica começou a ser modificada em meados de 1960, com o processo de modernização da agricultura, facilitado pela política de erradicação dos cafezais do Governo Federal e pelo empreendimento de pequenos capitais locais. Dez anos depois, a modernização se completou com a implantação de grandes projetos industriais. Foi só neste momento que o café perdeu o posto hegemônico que até então manteve na agenda exportadora e que o Espírito Santo ganhou maior destaque no panorama econômico nacional. Os grandes complexos industriais tornaram a economia capixaba mais dinâmica e promoveram a urbanização ao atrair, para a região da capital e seu entorno,

migrantes do interior e de outros estados em busca de melhores condições de vida e trabalho na cidade. Entre os migrantes que se instalaram no Estado, os de origem asiática, especialmente os japoneses, constituíram mão de obra qualificada para o setor siderúrgico recém-criado. O processo de industrialização inseriu o Espírito Santo no contexto econômico internacional, mudando radicalmente seu perfil. Contudo, a inserção econômica do Espírito Santo não foi acompanhada da projeção sociopolítica, motivo pelo qual inúmeras gestões de governo têm adotado a promoção da cultura como estratégia para a construção de uma imagem positiva e atrativa do Estado.

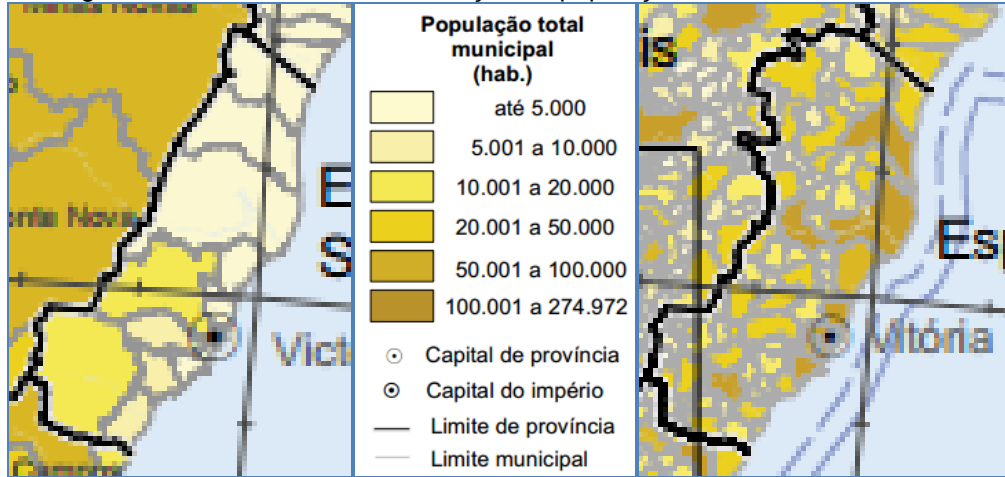
1.2 Demografia

As grandes transformações na estrutura socioeconômica capixaba ocorridas no último século impactaram a dinâmica populacional no Espírito Santo. Em 1872, os 82.137 habitantes representavam 2,0% da população da região Sudeste e 0,8% do país. Já durante a década de 1950, o Estado atingiu a marca de 1 milhão de habitantes, chegando ao ano de 1960 com 1,4 milhão. A marca de 2 milhões de habitantes no Estado foi alcançada no final da década de 1970, enquanto que no final da década de 1990, o Espírito Santo chegou aos 3 milhões de pessoas. No último resultado do censo, realizado no ano de 2010, a população do Estado foi estimada em 3,5 milhões de habitantes, o que representa 4,37% da população da região Sudeste e 1,84% da população brasileira.

As transformações demográficas no território capixaba podem ser observadas nas figuras a seguir. Nelas podemos comparar a divisão administrativa do Estado nos anos de 1872 e 2010, bem como a ocupação de seu território. Em 1872 havia uma aglomeração populacional na Região Sul do Espírito Santo, já em 2010 a ocupação já era presente em toda sua extensão territorial. Além disso, é possível observar o impacto do processo de urbanização que concentrou a população capixaba em grandes centros urbanos, principalmente em torno da Região Metropolitana de Vitória - composta pela capital e os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila

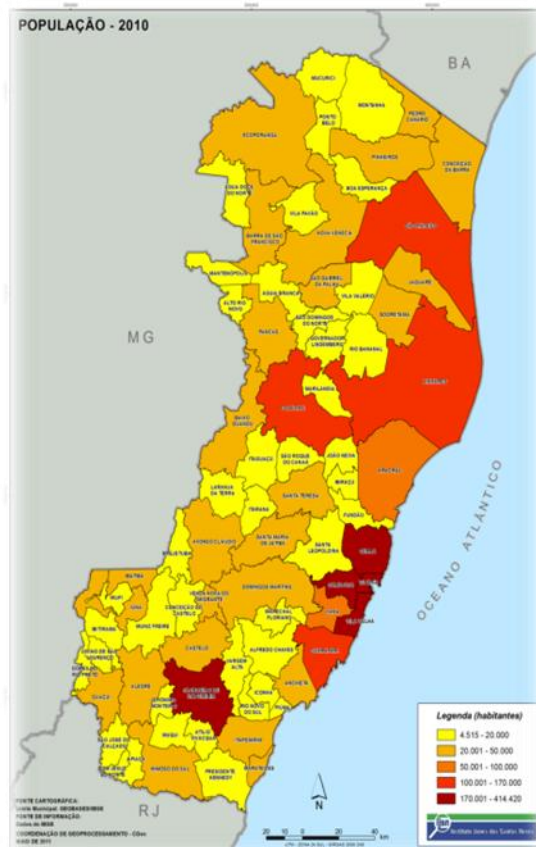
Velha -, habitada por aproximadamente 1.687.704 habitantes, 48% da população total.

Figura 2 - Divisão territorial e evolução da população total do ES, 1872-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013)

Figura 3 - Distribuição da população nos municípios do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2010).

Entretanto, cumpre destacar que apesar do aumento considerável da taxa de urbanização do Estado nos últimos 40 anos, a porcentagem apresentada pelo Espírito Santo no ano de 2010 - 83,4% - é inferior a do país, que foi de 84,4%.

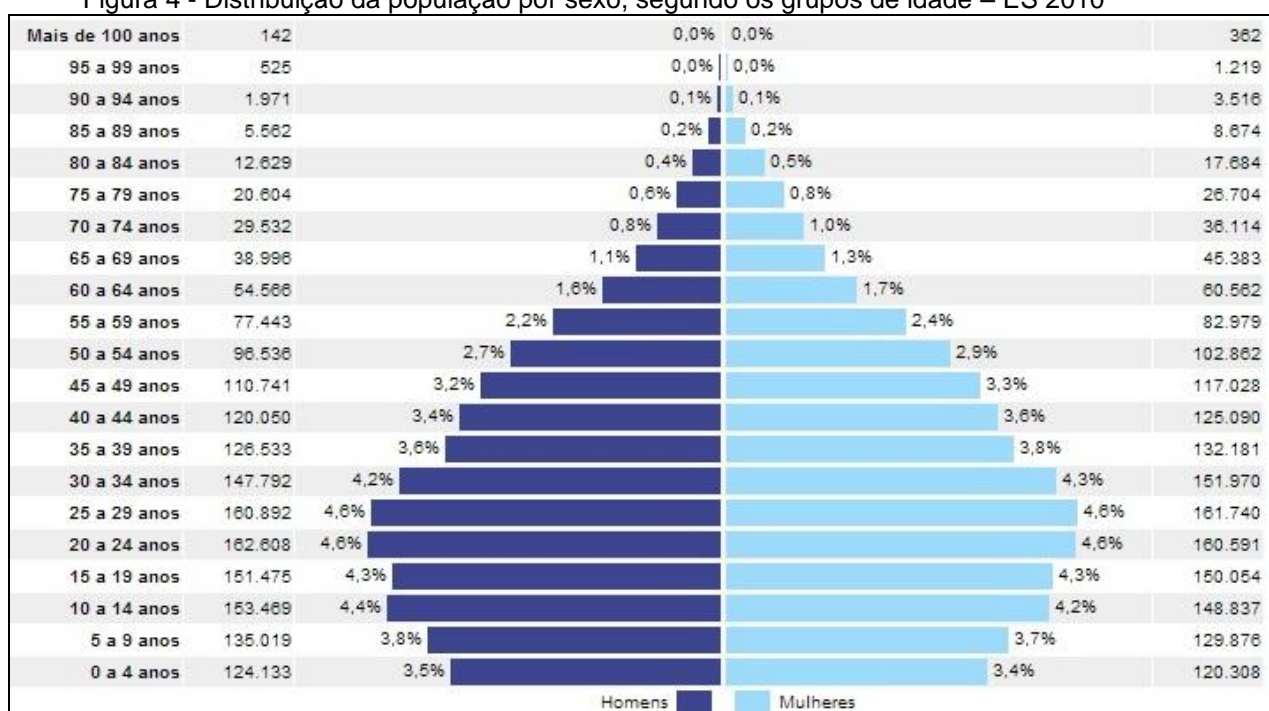
Tabela 1 - Taxa de urbanização

	1970	1980	1991	2000	2010
Espírito Santo	45,16	63,91	74,01	79,52	83,40
Brasil	55,94	67,59	75,59	81,25	84,36

Fonte: IBGE (1970-2010)

Quanto à composição da população do Espírito Santo, segundo gênero e faixa etária, dados do Censo de 2010 informam que a maior porção da população capixaba é formada por mulheres (50,75%) e que a idade média do Estado passou de 28,8 para 32,4 nos últimos dez anos. Contudo, apesar da tendência de envelhecimento observada, atualmente, 50% da população do Espírito Santo tem menos de 30 anos, sendo que aproximadamente 24,8% possuem entre 05 e 19 anos. Nesse sentido, nos próximos dez anos, não obstante o processo de envelhecimento populacional, o contingente de jovens ainda será bastante expressivo.

Figura 4 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – ES 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

1.3 Indicadores sociais

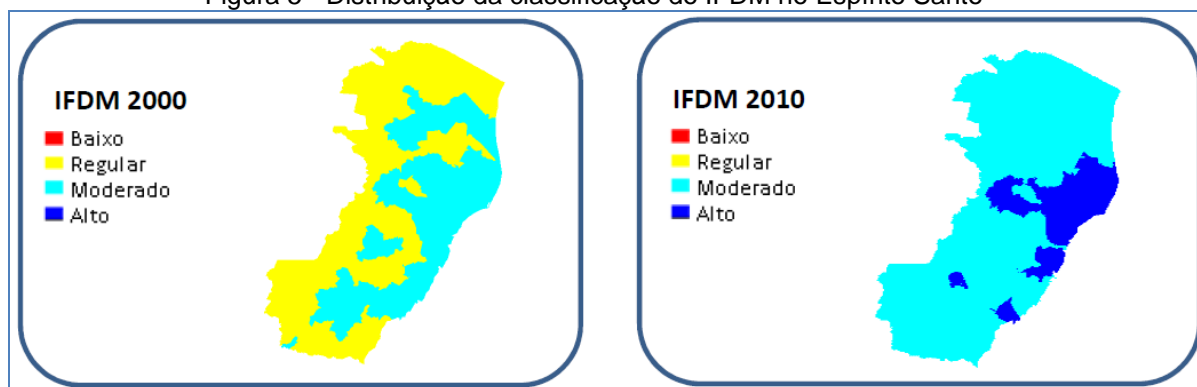
Outra grande alteração na estrutura socioeconômica do Espírito Santo percebida nos últimos anos refere-se à melhoria em seus indicadores sociais. Esta é observada a partir da avaliação dos resultados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre os anos de 2000 e 2010.

Ao analisar a distribuição espacial do IFDM entre os municípios capixabas, é possível observar que ocorreu uma melhoria significativa entre os anos de 2000 e 2010. Neste sentido, algumas áreas que eram tidas como de “desenvolvimento regular” em 2000, passaram a ser de “desenvolvimento moderado” em 2010. Da mesma forma, áreas consideradas de “desenvolvimento moderado” passaram a ser caracterizadas como de “alto desenvolvimento”¹.

¹ O IFDM é um estudo anual que acompanha o desenvolvimento de mais de 5 mil municípios brasileiros. Seus valores variam de 0 a 1, indicando pior e melhor resultado, respectivamente. Sua metodologia é uma média simples dos resultados avaliados em três áreas: saúde, educação e emprego e renda. Sua classificação considera: até 0,4 - baixo desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6 - desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8 - desenvolvimento moderado; e, acima de 0,8 - alto desenvolvimento.

Deve-se ressaltar também que no ano de 2010, conforme observado no mapa a seguir, nenhum município capixaba apresentou desempenho inferior ao caracterizado como “desenvolvimento regular”.

Figura 5 - Distribuição da classificação do IFDM no Espírito Santo

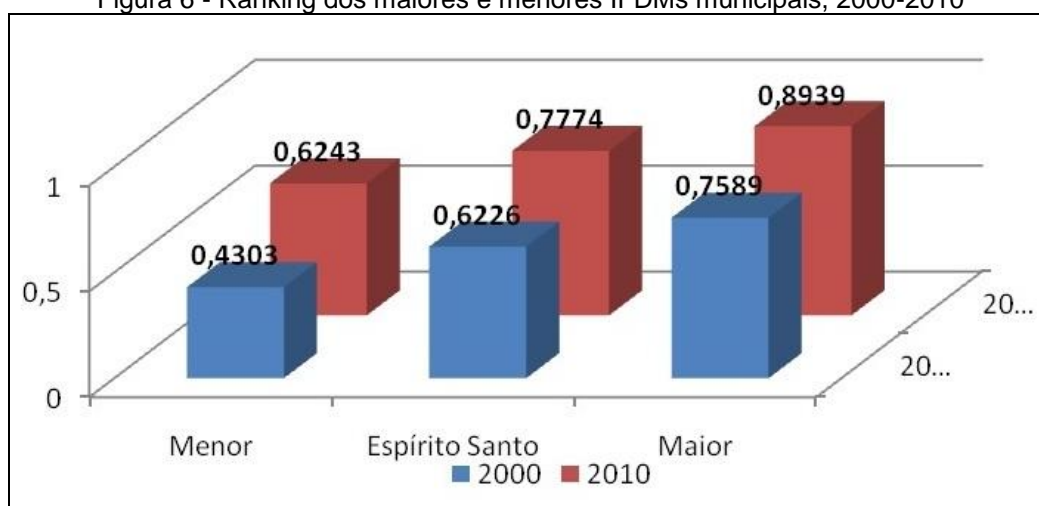


Fonte: FIRJAN (2012)

Na imagem a seguir é possível visualizar os menores e os maiores IFDM apresentados pelos municípios capixabas, bem como um comparativo com os resultados observados no próprio Espírito Santo, entre os anos de 2000 e 2010.

Cabe destacar que em 2000 o menor valor ocorreu em Brejetuba, enquanto o maior em Vitória. Já no ano de 2010 o menor foi em Pedro Canário e o maior em Aracruz.

Figura 6 - Ranking dos maiores e menores IFDMs municipais, 2000-2010



Fonte: FIRJAN (2012)

Salienta-se, por fim, que o Espírito Santo ocupa a sétima posição, ao lado do Mato Grosso do Sul, no ranking dos estados brasileiros com maior Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), segundo últimas informações divulgadas pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2005).

Os bons índices da FIRJAN e do IDH apontam para um potencial de produção e consumo de bens e serviços artístico-culturais, uma vez que a combinação entre renda e escolaridade tende a ampliar e diversificar os hábitos de consumo cultural pela população capixaba.

1.4 Indicadores econômicos

Além das mudanças na estrutura demográfica e social, o Espírito Santo também apresentou grandes transformações econômicas na última década.

O Estado ampliou sua participação na economia do Brasil e chegou ao ano de 2010 com um percentual de 2,2% do PIB brasileiro, R\$ 82,122 bilhões em valores absolutos, ocupando a 11ª posição entre os estados e o Distrito Federal. Entretanto, se for considerado o ranking por PIB *per capita*, o Espírito Santo sobe para a sexta posição, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

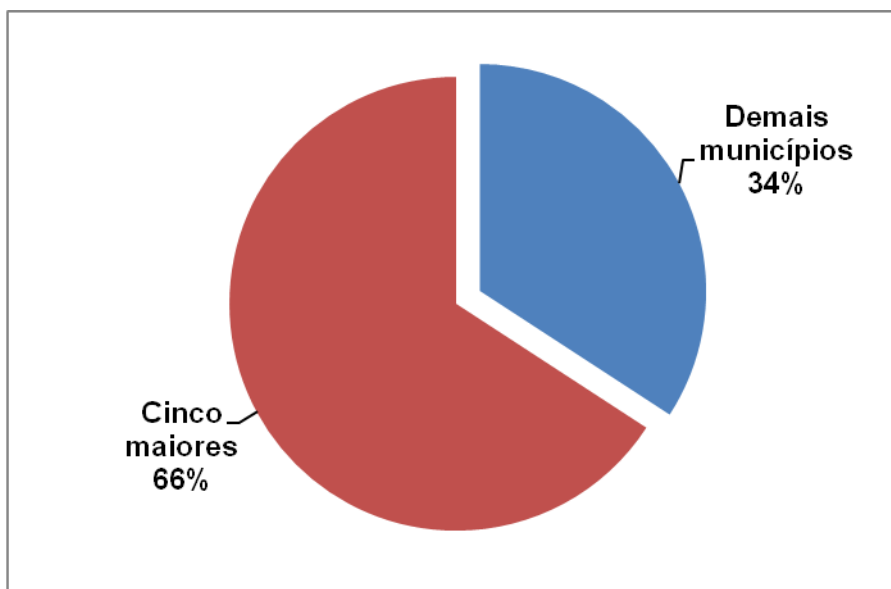
Tabela 2 - Participação do ES e da região Sudeste no PIB brasileiro, a preços básicos, 2002-2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

O município com maior participação no PIB capixaba em 2010 é Vitória (34,41%) e o de menor participação é Divino de São Lourenço (0,04%). A contribuição dos municípios para o PIB estadual aponta para uma concentração elevada da estrutura produtiva, uma vez que apenas cinco municípios - Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Anchieta -, quatro deles da Região Metropolitana, concentram 65% da economia do Espírito Santo.

Figura 7 - Participação dos cinco maiores municípios no PIB do Espírito Santo em 2010



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2010)

A mesma concentração se observa na distribuição de grandes empresas no Espírito Santo. Em dados do ano de 2010, no conjunto das 200 maiores - considerando indicadores contábeis e financeiros - 150 empresas estão localizadas na Região Metropolitana. Destas, 67 estão em Vitória, 33 na Serra, 19 em Cariacica e 17 em Vila Velha.

Observa-se ainda que 86% das 200 maiores empresas possuem controle de capital capixaba e 96% apresentam sua sede fiscal no Estado. Quanto à natureza da atividade que desempenham, 46,5% estão na área de serviços, 28% indústrias e 25,5% comércio. Juntas, as 200 maiores empresas do Espírito Santo movimentaram em 2011 um total de R\$ 84,6 bilhões².

Todavia, apesar da existência de grandes empresas que movimentam expressivo volume de recursos, o Estado resente de mecanismos legais que estimulem a iniciativa privada a investir em Cultura, bem como de ações que promovam diálogos entre os agentes culturais e o segmento empresarial.

² Segundo dados do Anuário 2012 da Federação das Indústrias do Espírito Santo.

2 INVENTÁRIO CULTURAL

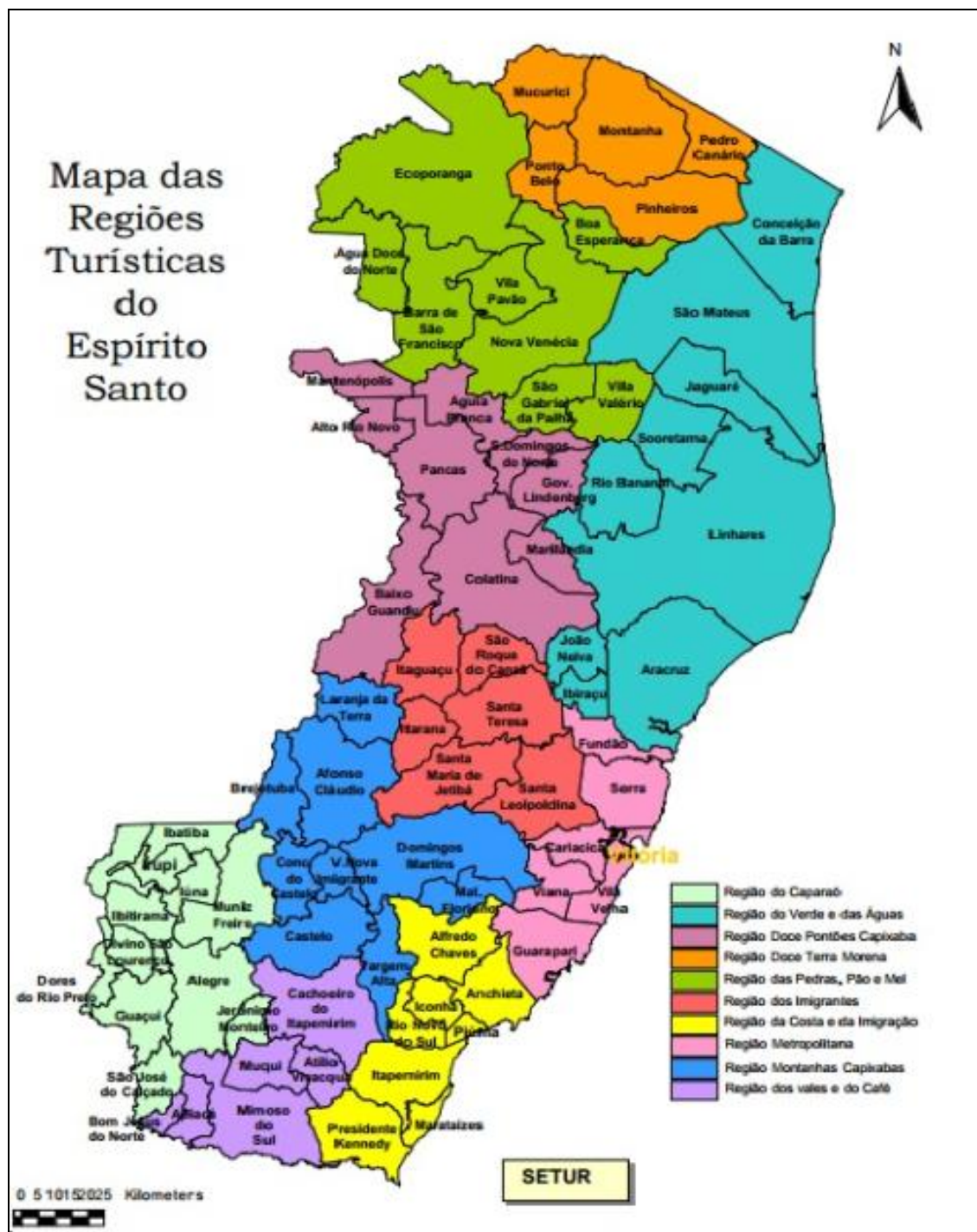
Expostos os dados gerais sobre a formação socioeconômica do Espírito Santo, cabe agora apresentar informações mais específicas sobre o cenário artístico-cultural do Estado a fim de proporcionar uma melhor compreensão da realidade.

Para tanto, optou-se por adotar a divisão geográfica utilizada pela Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo (Setur-ES)³ que organiza o território capixaba em dez regiões, segundo critérios que observam as diversidades e afinidades históricas, econômicas, sociais e culturais dos municípios.

Além disso, a adoção da regionalização da Setur pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult) foi proposta e acolhida pelos municípios capixabas durante a realização dos Seminários Territoriais - uma das etapas do processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo. Nesse sentido, a organização dos dados segundo o mapa das regiões turísticas do Espírito Santo não apenas facilita a leitura das informações, mas também concorda com uma política de administração da Cultura no Estado que está em gestação.

³ A Secretaria de Turismo atua junto às dez instâncias de governança nas regiões. Estas estão organizadas em diferentes formatos (consórcios, associações etc.), possuem autonomia e são compostas por representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada.

Figura 08 - Mapa das Regiões Turísticas do Espírito Santo



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo (2013)

Cumpra destacar ainda que as informações ora apresentadas dizem respeito a uma face do cenário da cultura no Espírito Santo. Como existem poucos documentos oficiais que podem subsidiar a elaboração de um diagnóstico mais completo e a maioria dos dados disponíveis estão dispersos e defasados,

não é descartada a possibilidade de incorrerem em imprecisões, equívocos e/ou ausências na descrição e análise dessa realidade.

2.1 Equipamentos culturais

Os equipamentos culturais cumprem o papel de ser a infraestrutura para difusão e fruição das artes e da cultura em um determinado local, caracterizando-se enquanto importantes instrumentos de democratização do acesso à cultura. A existência desses espaços está relacionada à oferta de bens e serviços do setor e, conseqüentemente, representa um potencializador do consumo artístico-cultural na localidade.

Apesar do termo “equipamento” abarcar um número expressivo de espaços, neste diagnóstico serão considerados equipamentos culturais do Espírito Santo: Teatros, Museus, Centros Culturais, Casas de Cultura, Cinemas, Cineclubes, Livrarias, Bibliotecas, Orquestras, Arquivos e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Tal recorte foi orientado pela disponibilidade de informações sobre o assunto.

Os dados levantados indicam uma concentração de equipamentos culturais na Região Metropolitana da Grande Vitória, que detém a maior quantidade dos espaços descritos acima. Para uma análise mais precisa do dado, é preciso considerar a grande concentração populacional nessa região, que abriga 48% da população do Espírito Santo e, por conseqüência, possui uma demanda maior que qualquer outra localidade. Distribuindo a oferta de equipamentos culturais pela população, chega-se ao dado de aproximadamente 15.048 habitantes para cada um equipamento cultural disponível na Região Metropolitana. Quando comparado à meta nº 31 do Plano Nacional de Cultura este número mostra-se insuficiente, uma vez que foi estabelecido pelo documento ao menos um equipamento cultural para cada 10 mil habitantes. Esta realidade aponta para a necessidade de democratização do acesso à cultura nos municípios mais distantes da capital, em especial nas regiões do extremo norte do Estado, onde se observa maior ausência de equipamentos culturais.

Sobre os equipamentos identificados, não há como fornecer uma análise

qualitativa dos espaços, uma vez que não estão disponíveis informações essenciais como a presença de profissionais qualificados, a adequação para acessibilidade de pessoas com deficiência, o alcance das atividades para o público, entre outros dados. Tampouco estão claros os critérios de ocupação desses espaços e a política que coordena a sua programação, o que justifica as propostas apresentadas nos Seminários Territoriais acerca da criação de redes de equipamentos culturais, com políticas de funcionamento e interfaces de diálogo com a sociedade.

Entre os equipamentos culturais é importante destacar o setor de bibliotecas públicas, cujas unidades já se encontram organizadas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Este trabalho de gestão e integração de bibliotecas é um diferencial em comparação aos demais equipamentos, como museus, arquivos, teatros, entre outros, onde a gestão ainda precisa ser mais organizada, começando pela elaboração de planos setoriais de desenvolvimento para cada área.

2.1.1 Arquivos públicos

Segundo levantamento realizado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult) nos municípios capixabas em 2011, o Estado conta com quatro arquivos públicos municipais, localizados em Aracruz, Linhares, Piúma e Viana, além de um arquivo público estadual no município de Vitória⁴.

2.1.2 Bibliotecas

Atualmente, 76 municípios do Espírito Santo possuem uma biblioteca municipal, faltando apenas Cariacica e Dores do Rio Preto (este último possui biblioteca em fase de restauração) para completar todo o território estadual. Somam-se à lista a Biblioteca Pública Estadual, localizada em Vitória, dez unidades de Bibliotecas do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória e três unidades da Biblioteca Móvel - serviço de

⁴ Sobre o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, olhar item 3.1.5.4.4.7 deste diagnóstico.

itinerância da Biblioteca Pública Estadual. Todos os equipamentos estão integrados ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo⁵.

Como mostra a tabela abaixo, apenas em 15 municípios as bibliotecas municipais são informatizadas e possuem profissionais formados em Biblioteconomia, o que representa menos de 20% do total de bibliotecas identificadas.

Quadro 1 - Estrutura existente nas bibliotecas municipais, por região e município, 2012

Região	Bibliotecas Informatizadas e com Bibliotecários
Região da Costa e da Imigração	Anchieta Marataízes
Região dos Vales e do Café	Cachoeiro de Itapemirim Jerônimo Monteiro
Região das Montanhas Capixabas	Domingos Martins
Região do Caparaó	Guaçuí
Região Pedras, Pão e Mel	Nova Venécia São Gabriel da Palha
Região dos Imigrantes	Santa Leopoldina
Região do Verde e das Águas	São Mateus Aracruz
Região Metropolitana	Serra Viana Vila velha Guarapari

Fonte: Diagnóstico do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo, BPES, 2012

A biblioteca municipal da capital, localizada no Centro de Vitória, possui bibliotecário responsável, porém ainda não finalizou a implantação de um sistema informatizado para acesso e manutenção do acervo.

⁵ Mais informações sobre as ações realizadas pela Biblioteca Pública Estadual e o Sistema de Bibliotecas Públicas do ES podem ser encontradas no item 3.1.5.4.4.2 deste diagnóstico.

2.1.3 Orquestras

Segundo o Anuário Viva Música 2012, o conceito de orquestra contempla um agrupamento de músicos instrumentais utilizado sobretudo para a execução de música erudita. Nesse sentido, existem quatro orquestras estáveis no Espírito Santo: a Orquestra Filarmônica do Espírito Santo (Ofes), ligada à Secult⁶, a Orquestra Sinfônica e a Orquestra Jovem de Sopro da Faculdade de Música do Espírito Santo Maurício Oliveira, autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Educação (Sedu); e a Orquestra Camerata Sesi, financiada por uma instituição privada. Todas estão localizadas em Vitória e compreendem os únicos equipamentos culturais que não estão presentes em nenhuma outra região do Estado.

2.1.4 Centro de Referência de Assistência Social

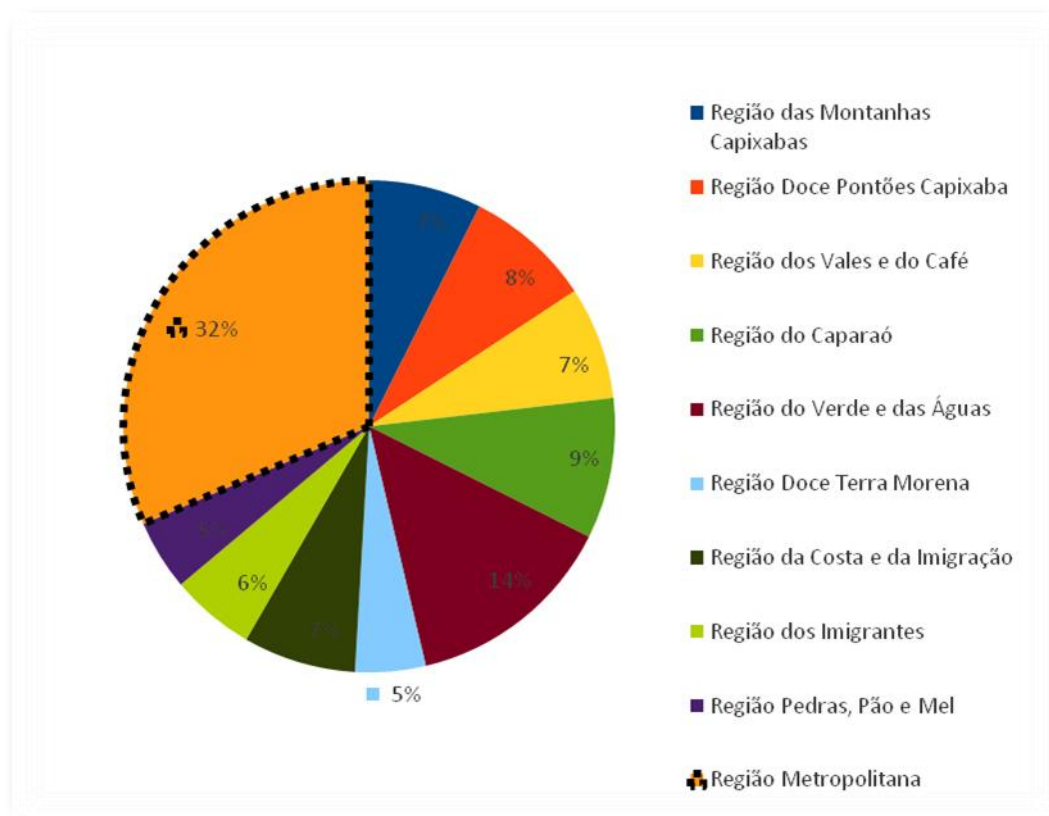
O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Enquanto unidade física de acesso aos direitos socioassistenciais, o CRAS é entendido como um equipamento cultural em potencial, onde frequentemente são realizadas atividades culturais como instrumento de integração e valorização da comunidade onde está alocado.

No Espírito Santo, existem 108 unidades CRAS distribuídas em 69 municípios, sendo que 31,48% das unidades estão na Região Metropolitana.

⁶ Informações sobre as ações realizadas pela Ofes encontram-se no item 3.1.5.4.4.1 deste diagnóstico.

Figura 9 - Distribuição dos CRAS, por região, em 2012



Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (2012)

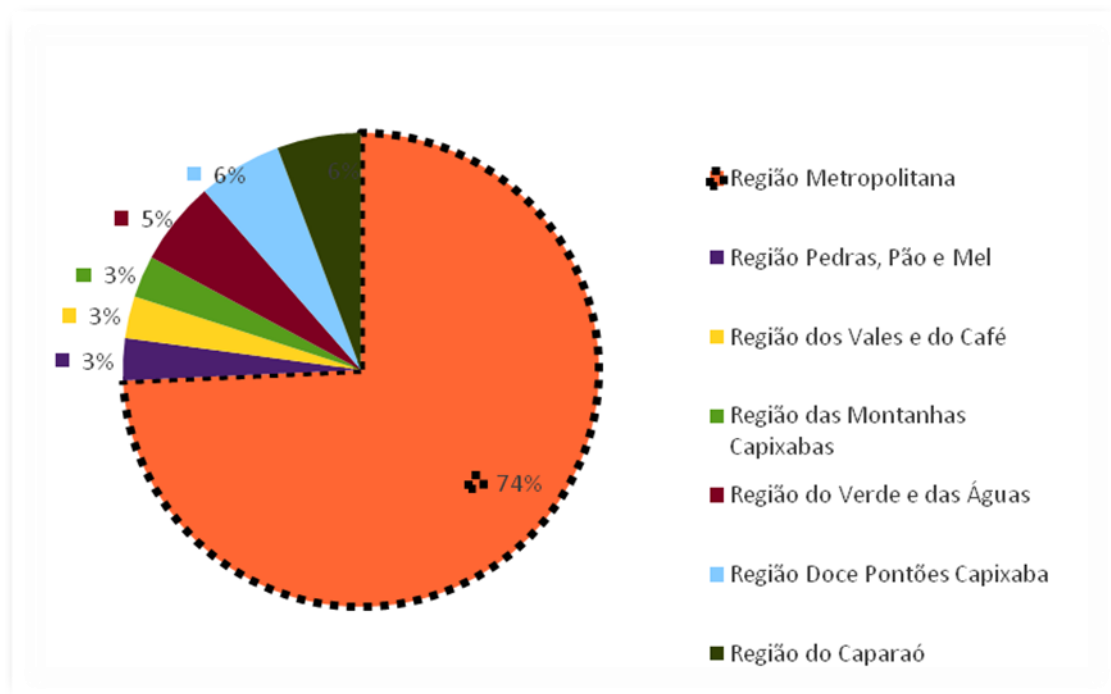
2.1.5 Cineclubes e salas de cinema

As salas de cinema e os cineclubes atuam na exibição de obras audiovisuais e contribuem para a difusão da cultura nas comunidades. Entretanto, para além da formação de público, os cineclubes desempenham importante papel nos locais onde estão alocados enquanto espaços de exercício da cidadania.

Entende-se por cineclubes uma associação autônoma e sem fins lucrativos cujo objetivo é ver, discutir e refletir sobre cinema e, atualmente, demais linguagens audiovisuais. No Espírito Santo há um histórico de movimentação na área, representado pela presença de diversos agentes e entidades organizadas que atuam no sentido de promover a atividade cineclubista para além da função de sala de exibição audiovisual, mas também como um espaço de debate e empoderamento comunitário. Quanto à distribuição dos cineclubes no Espírito Santo, dos 35 espaços identificados, cerca de 74% estão na Região Metropolitana

da Grande Vitória, como demonstra o gráfico abaixo.

Figura 10 - Distribuição de cineclubes, por região



Fonte: Organização de Cineclubes Capixabas (2013)

Já as salas de cinema, com a decadência dos cinemas de bairro a partir da década de 70, migraram para os *shoppings centers*, que em geral estão concentrados nas grandes cidades brasileiras. Em consonância com essa realidade, no Espírito Santo as salas de cinema estão centralizadas em apenas 13 municípios (Vitória, Vila Velha, Serra, Guarapari, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Aracruz, Marataízes, São Mateus, Castelo, Alegre e Guaçuí), sendo que 80% delas estão na Região Metropolitana.

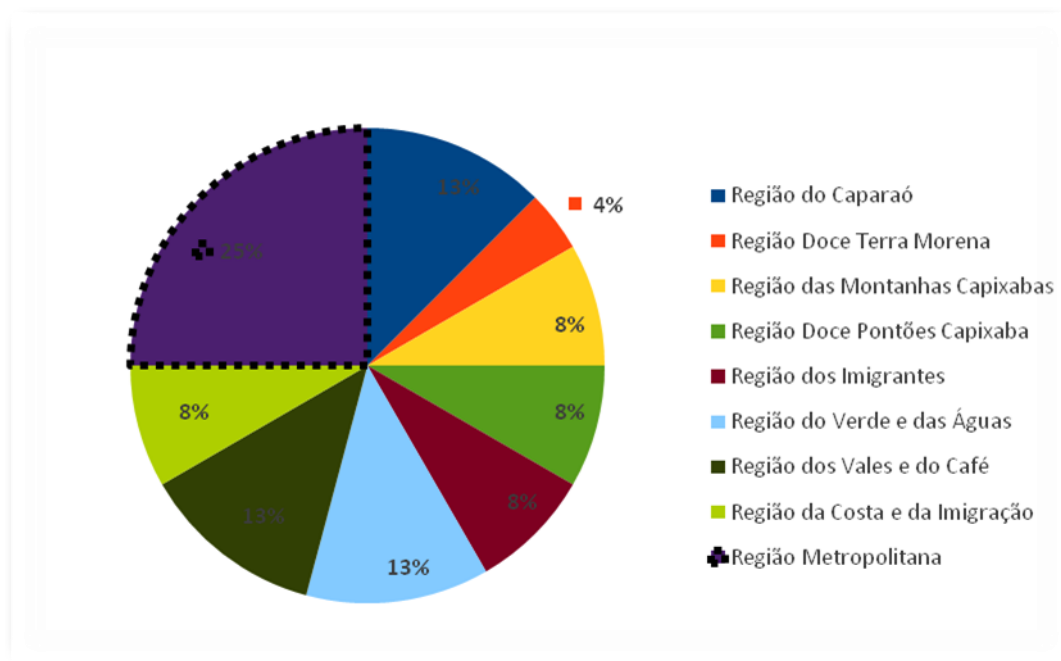
Somente Vitória reúne 17 das 45 salas de cinema capixabas e, com esse número, ocupa o 2º lugar no ranking de municípios brasileiros que possuem esse equipamento, com uma média de 18.695 habitantes por sala⁷.

⁷ Informações disponíveis no livro *Estudo da Cadeia Produtiva do Audiovisual do Espírito Santo*, realizado pelo Sebrae-ES em parceria com a Secult-ES, em 2009.

2.1.6 Teatros

O Espírito Santo conta com teatros ativos em nove das dez regiões que compõem o território capixaba. Ainda assim, a concentração na Região Metropolitana prevalece, com 25% do total de 24 teatros identificados no Estado. Já a Região Pedras, Pão e Mel não tem nenhum teatro identificado pela pesquisa.

Figura 11 - Distribuição de teatros, por região



Fonte: Inventário Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2011)

Vale ressaltar que nenhum dos espaços identificados possui os requisitos necessários para apresentações artísticas de grande porte, como óperas e grandes orquestras que contenham um número expressivo de musicistas e/ou efeitos. Todavia, espera-se preencher essa lacuna com a construção do complexo cultural Cais das Artes⁸ na capital do Estado.

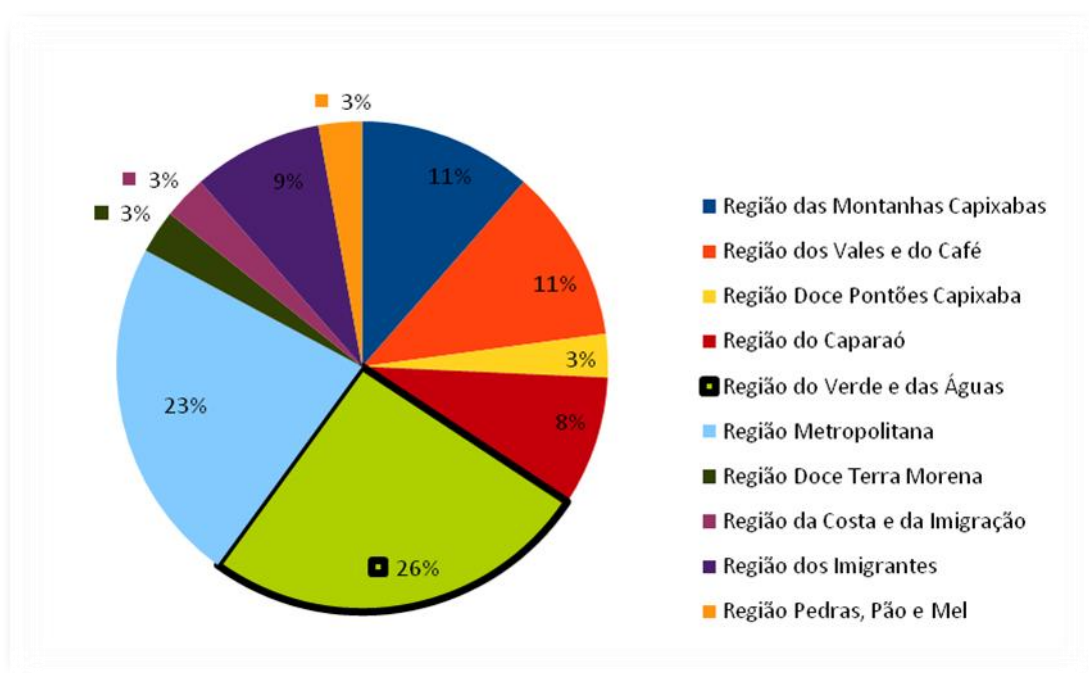
2.1.7 Museus

Assim como ocorre com os teatros, os museus localizados no Espírito

⁸ Mais informações no item 3.1.5.4.4.8 deste diagnóstico.

Santo são, em maioria, geridos pelo poder público. Ao todo, foram identificados 35 museus, distribuídos por todas as regiões do Estado. Porém, ao contrário dos demais equipamentos, a situação de concentração na Região Metropolitana não se aplica. A região que mais registrou a presença do equipamento foi a do Verde e das Águas, com 26% do total. A Região Metropolitana aparece em segundo lugar, com 25% dos espaços. Juntas, as duas regiões detêm metade dos museus de todo o Estado, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 12 - Distribuição de museus, por região



Fonte: Inventário da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2011)

Vale ressaltar que apenas dois museus sediados no Espírito Santo são reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). São eles: o Museu Solar Monjardim, em Vitória, e o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, em Santa Teresa.

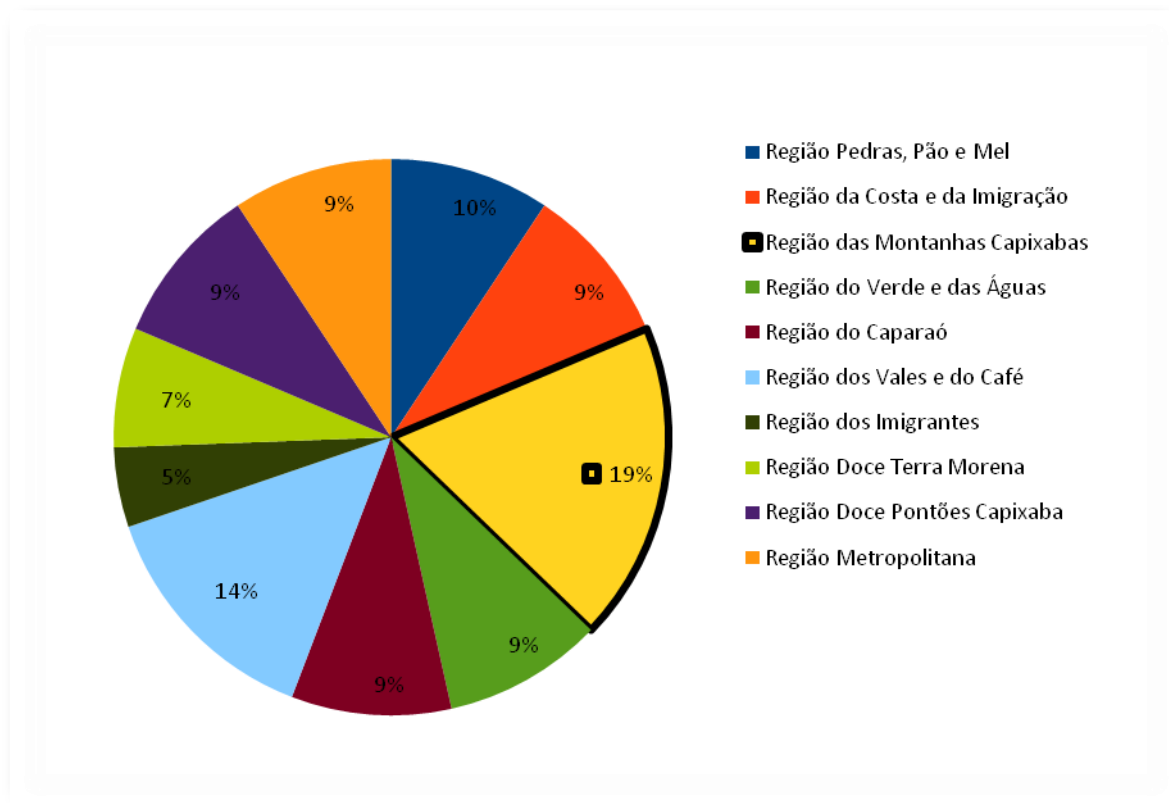
Quanto à gestão desses equipamentos, há carência de profissionais especializados nas equipes técnicas. Na Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, por exemplo, existe apenas um museólogo para orientar o trabalho de política de preservação de acervos junto aos museus capixabas.

2.1.8 Casas de cultura e centros culturais

A definição de centro cultural é bastante ampla: compreende um espaço físico multiúso destinado à realização de atividades culturais de diversas modalidades e que variam de formato de acordo com a localidade. Para este diagnóstico, foram considerados como centros culturais os espaços de referência do artesanato e demais expressões artístico-culturais locais, assim como centros de apresentação de atividades culturais, que muitas vezes também são conhecidos como casas de cultura.

A maioria dos municípios capixabas possui ao menos um centro cultural ou casa de cultura. Ao todo, foram identificados 43 espaços distribuídos em 38 municípios. As regiões que possuem maior número desses espaços são a Montanhas Capixabas, que compreende 18% dos espaços, e dos Vales e do Café, com 13,95% dos espaços. Importante considerar que muitos desses espaços também estão ligados às atividades turísticas.

Figura 13 - Distribuição de Casas de Cultura e centros culturais, por região



Fonte: Inventário da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2011)

2.1.9 Livrarias

O Levantamento Anual do Setor Livreiro 2012 registra a existência de 3.481 livrarias no Brasil, sendo 1.829 unidades alocadas na região Sudeste do país. Neste grupo, as livrarias localizadas no Espírito Santo representam apenas 2,84%, a menor participação entre os estados da região. Todavia, quando considerado todos os estados, o Espírito Santo ocupa o 12º lugar no ranking.

A pesquisa registra ainda uma tendência à concentração destes equipamentos culturais nas capitais brasileiras. No Espírito Santo é possível observar esse comportamento: 50% das livrarias do Estado estão localizadas em Vitória. A mesma porcentagem que ocorre no território nacional.

Tabela 3 - Número de livrarias por estado e capital

Número de livrarias por estado		Número de livrarias por capital	
Estado	Livrarias	Capital	Livrarias
AC	7	Rio Branco	7
AL	24	Maceió	19
AM	38	Manaus	38
AP	10	Macapá	10
BA	186	Salvador	84
CE	133	Fortaleza	119
DF	86	Brasília	75
ES	52	Vitória	26
GO	58	Goiânia	39
MA	37	São Luís	28
MG	361	Belo Horizonte	165
MS	34	Campo Grande	24
MT	37	Cuiabá	16
PA	35	Belém	29
PB	38	João Pessoa	27
PE	81	Recife	65
PI	25	Teresina	22

PR	219	Curitiba	64
RJ	427	Rio De Janeiro	296
RN	31	Natal	26
RO	16	Porto Velho	5
RR	5	Boa Vista	5
RS	424	Porto Alegre	108
SC	88	Florianópolis	28
SE	31	Aracaju	29
SP	989	São Paulo	390
TO	9	Palmas	4
Total: 3.481		Total: 1.751	

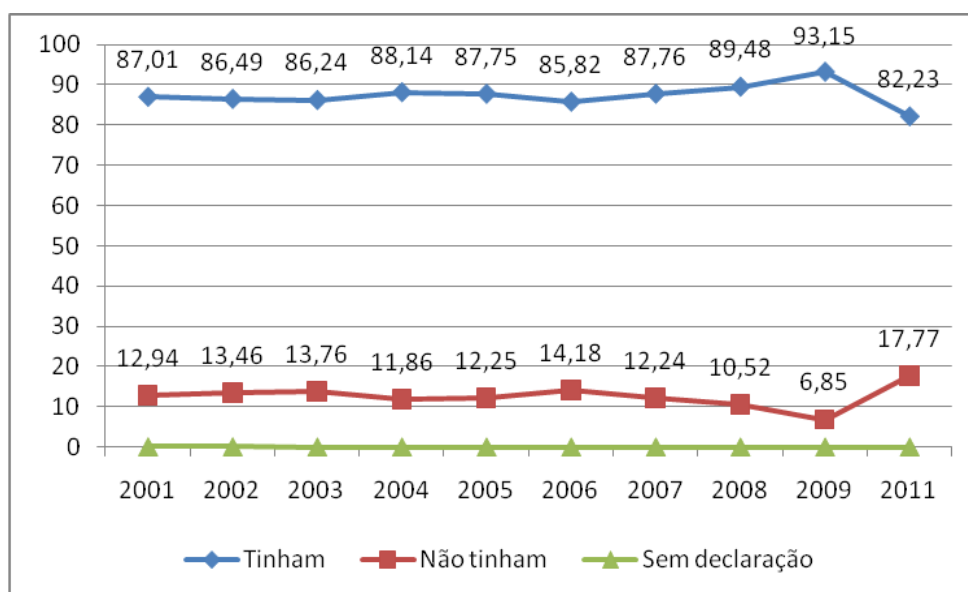
Fonte: Associação Nacional de Livrarias - ANL / Levantamento Anual do Setor Livreiro (2012)

2.2 Canais de comunicação

2.2.1 Rádio e TV

Um dos principais veículos de comunicação do século XX, o rádio, apesar de ter tido um pequeno aumento entre 2001 e 2009, teve uma forte queda no ano de 2011. Sendo assim, na primeira década do século XXI, o percentual dos domicílios no Espírito Santo que possuíam rádio reduziu de 87,0%, em 2001, para 82,2%, em 2011, como pode-se observar a seguir:

Figura 14 - Existência de rádios nos domicílios, no Espírito Santo, 2001-2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001-2011)

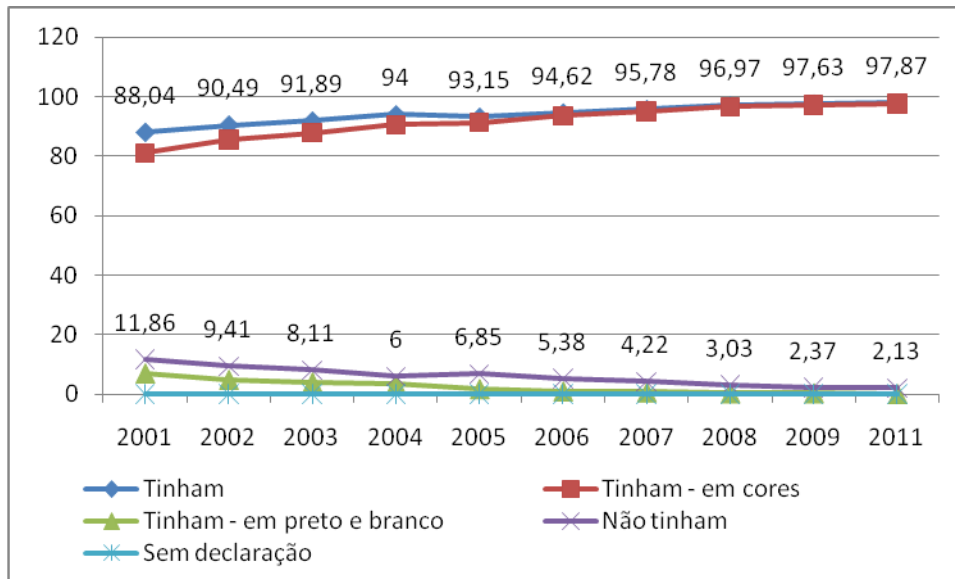
Entretanto, o rádio mantém a sua importância enquanto canal de comunicação, principalmente nas localidades mais distantes da Região Metropolitana, em especial na zona rural do Estado.

No Espírito Santo, a produção radiofônica está vinculada a 74 emissoras de rádio licenciadas, das quais, 15 são de concessão educativa. O destaque está na presença da Radiodifusão Comunitária, que mantém 69 unidades autorizadas no Estado, segundo levantamento de 2012 feito pelo Ministério das Comunicações.

As rádios comunitárias operam em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts), com o objetivo de oferecer às comunidades um canal de comunicação inteiramente dedicado ao local, abrindo oportunidades para divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

A televisão, especialmente a TV em cores, tem ampliado a sua participação nos domicílios capixabas, passando de 81,1%, em 2001, para 97,7%, em 2011. Cabe destacar que, apesar de ter diminuído durante o período avaliado, ainda há domicílios com TV em preto e branco no Estado. Sendo que o percentual de domicílios com TV (tanto em cores, como em preto e branco), chegou a 97,87%, em 2011.

Figura 15 - Existência de TVs nos domicílios, no Espírito Santo, 2001-2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011)

Ao passo que quase a totalidade dos domicílios capixabas possui um aparelho de televisão, os meios de produção e a representação local no conteúdo emitido encontram-se extremamente concentrados em poucas emissoras. Ainda não há legislação federal que regule a presença de programação regional e muitas emissoras de TV aberta no Espírito Santo atuam também como retransmissoras de outros canais. Sendo assim, a produção local de conteúdo televisivo se resume à programação de sete emissoras de concessão comercial e seis emissoras de concessão educativa licenciadas. A TV digital, nova plataforma para a operação da televisão brasileira, está presente na difusão de seis emissoras e retransmissoras no Estado.

Entre os canais de televisão que possuem concessão educativa, destaca-se a atuação da TV Educativa do Espírito Santo (TVE-ES), emissora de caráter público que tem, por definição, o comprometimento com a difusão da educação, cidadania e cultura capixaba na TV aberta. Da mesma forma opera a Rádio Espírito Santo, emissora pública de rádio que funciona em frequência AM.

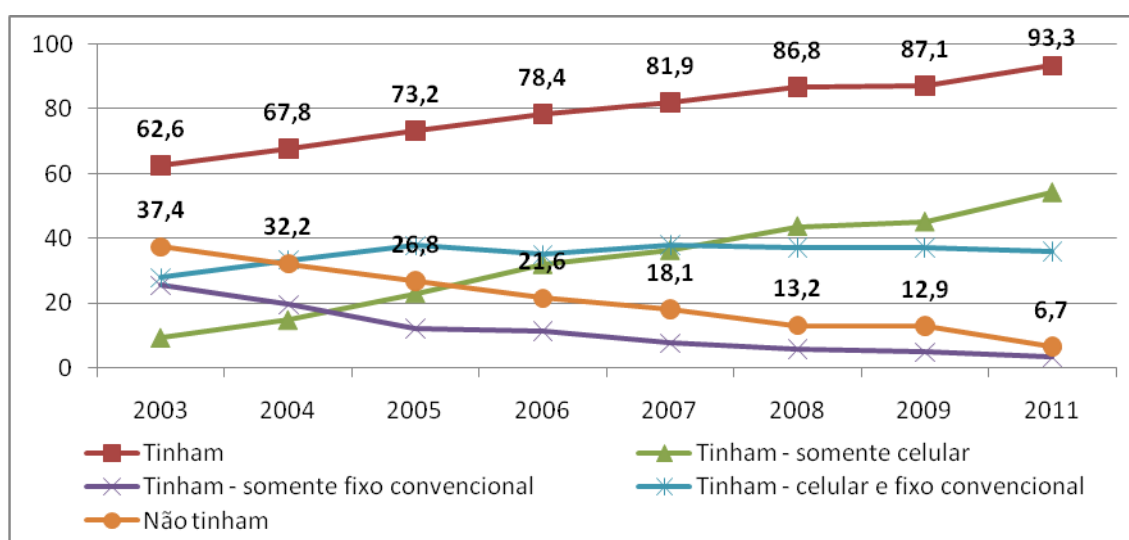
Em 1989, a TVE-ES e a Rádio Espírito Santo passaram a ser gerenciadas por um mesmo sistema, que ganhou o nome de Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV-ES). Sob esse novo modelo de gerência, os dois órgãos de comunicação do governo passaram a ser administrados sob a mesma política.

Atualmente a grade de programação da TVE-ES, além do conteúdo retransmitido da TV Brasil, possui 12 programas locais, sendo sete deles direcionados à difusão da cultura capixaba. São eles: "Espaço Dois", "Eu sou o samba", "Curta Vídeo", "Na Garagem", "Nossa Música" e uma faixa semanal para exibição de documentários produzidos localmente. Já a Rádio Espírito Santo possui toda a programação veiculada produzida localmente, contendo 15, dos 20 programas veiculados, classificados como entretenimento. O sistema RTV-ES é vinculado à Superintendência de Comunicação Social (SECOM).

2.2.2 Telefone móvel, computador e internet

Outro meio de comunicação que teve expressivo aumento na última década foi o telefone, principalmente o móvel. Esse tipo de telefonia passou de 9,3% dos domicílios capixabas, em 2001, para 54,1%, em 2011. Se considerar os domicílios que apresentavam telefones fixo e/ou móvel no período avaliado, obtém-se que a participação dos domicílios que possuíam esses aparelhos passou de 62,6%, para 93,3%, respectivamente.

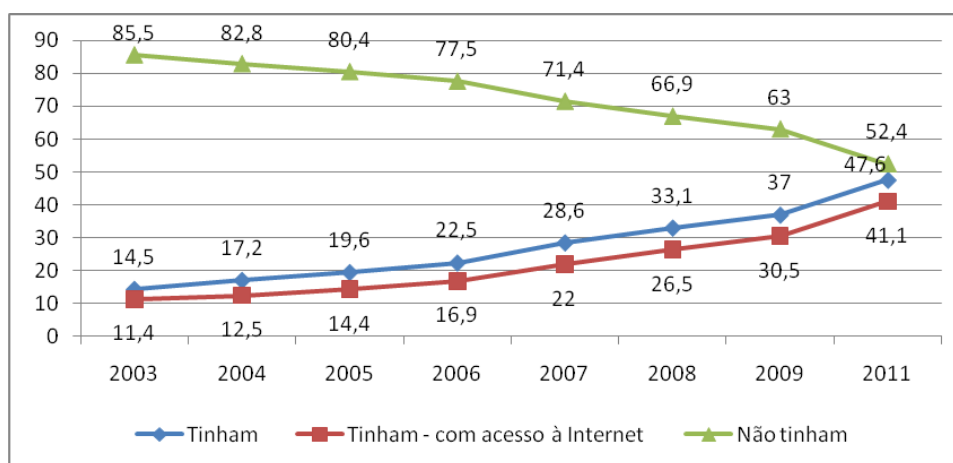
Figura 16 - Acesso dos domicílios a telefones fixos e celulares, no ES 2003-2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011)

Um veículo de comunicação que também ampliou sua participação na última década foi o microcomputador, especialmente os que apresentam acesso à Internet. Percebe-se que a quantidade de domicílios com computador no Espírito Santo passou de 14,5%, em 2003, para 47,6%, em 2011. No caso dos computadores com acesso à internet, aumentaram de 11,4%, para 41,1%, respectivamente.

Figura 17 - Acesso ao microcomputador e à internet no domicílio, no ES, 2003-2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011)

Entende-se que a popularização do telefone celular e do microcomputador com acesso à internet tem influência direta nas formas de consumo de comunicação e cultura. Tanto a linguagem do rádio quanto a linguagem da televisão também podem ser consumidas por meio desses aparelhos - embora ainda não haja pesquisas concretas que consigam mensurar esse consumo no Espírito Santo.

Entretanto, é evidente que, sendo tecnologicamente viáveis, as novas mídias permitem um alargamento das possibilidades do consumo e da produção de conteúdo de uma infinidade de emissoras e programas independentes. Além disso, com o movimento pulsante de convergência das mídias no Brasil e no mundo - que pressupõe internet, televisão, rádio, jornal entre outros meios de comunicação integrados em um único dispositivo - consolida-se uma nova forma de produzir e consumir cultura.

A lógica da convergência e os avanços tecnológicos dos dispositivos corroboram para proporcionar maior acesso à informação e aos meios de

produção, promovendo também uma inversão na lógica comunicacional onde tradicionalmente há um emissor para muitos receptores. Ao contrário, a apropriação das novas mídias pela população aponta para um potencial ativo na democratização dos meios de produção e difusão, onde a relação receptor-emissor é mais equilibrada e, conseqüentemente, permeada por distintas subjetividades.

2.3 Patrimônio cultural

Patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais com significados e importância para uma sociedade, que são construídos coletivamente ao longo da sua história.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216, define patrimônio cultural como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O poder público tem como uma das suas principais responsabilidades zelar pela preservação do patrimônio cultural. Esta pode ser realizada nos três âmbitos de poder: pelo Governo Federal, por meio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Governo Estadual, através da Secult e do Conselho Estadual de Cultura ou pelas gestões municipais.

O Espírito Santo, assim como o restante do país, possui um patrimônio cultural muito diversificado, uma vez que reflete a pluralidade de grupos sociais, etnias e comunidades tradicionais que constituíram a sociedade capixaba, assim como as diferentes paisagens naturais que compõem o Estado⁹.

⁹ Para mais informações sobre o processo de colonização do Estado ver item 1.1 deste diagnóstico.

Na região litorânea do Estado, *locus* dos primeiros núcleos coloniais, é possível identificar comunidades de pescadores artesanais, que detêm saberes tradicionais sobre as marés, os manguezais, os peixes, entre outros.

Também são visíveis as contribuições das ordens religiosas que estiveram no Espírito Santo. Entre elas, têm-se a Igreja e Residência de Nossa Senhora de Assunção, onde residiu José de Anchieta, o jesuíta mais destacado pela história do Espírito Santo, que empresta o nome ao município onde está localizada a edificação; o Convento da Penha, um dos santuários mais antigos do país, fundado em 1558 pelos franciscanos, próximo ao primeiro assentamento português na capitania, localizada no atual município de Vila Velha; a Igreja e Residência de Reis Magos, construída no aldeamento jesuíta de Reis Magos, expressivo centro de formação e catequese da colônia, situada no município de Serra; e o Palácio Anchieta, que começou a ser erguido em 1570, em Vitória, pelos jesuítas. Na capital encontram-se, igualmente, manifestações de múltiplos matizes e edificações de diferentes temporalidades que formam um conjunto diverso e único.

Também no litoral, o município de Aracruz é o único do Estado que possui terras indígenas homologadas. Ao todo são nove aldeias, quatro do povo Guarani e cinco do povo Tupiniquim. O patrimônio cultural de ambas as etnias abrange formas de expressão ancestrais, como a produção de um rico e diversificado artesanato feito de madeira, penas, fibras, palha, e outras matérias-primas naturais, e que inclui colares, cestos, chocalhos, pau-de-chuva, esculturas etc; conhecimentos tradicionais sobre ervas e plantas medicinais; danças, músicas e pinturas corporais; complexas cosmologias; lideranças espirituais tradicionais; a casa de reza (OPY); cantos na língua nativa; culinária e práticas alimentares; celebrações como a Festa do Tambor e a Festa da Mandioca; a prática da pesca artesanal, entre outros¹⁰. O ofício das paneleiras de Goiabeiras (Vitória) - que conserva todas as características das práticas dos grupos ameríndios - foi o primeiro saber registrado como Patrimônio Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (IPHAN), no Brasil, 2002.

¹⁰ Comunicação pessoal da antropóloga da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, Érika Figueiredo, em 04 de junho de 2013, recebida por correio eletrônico.

Além destas, destaca-se também o cenário do sul capixaba, marcado pela rica herança dos tempos áureos do café, nos quais os casarios dos sítios históricos de Muqui e de São Pedro de Itabapoana em Mimoso do Sul são grandes testemunhas. Outro importante patrimônio cultural existente no território meridional é aquele legado pelos negros escravizados, que constituíam a grande força de trabalho das lavouras cafeeiras. A comunidade de quilombo de Monte Alegre, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, é um desses redutos que abriga saberes, celebrações e manifestações artístico-culturais seculares como o caxambu, o jongo e a capoeira.

Na porção central do território capixaba, encontram-se principalmente as marcas dos colonos europeus, especialmente alemães e italianos, que se instalaram nos municípios de Santa Teresa, Domingos Martins e Santa Leopoldina, onde deixaram traços indeléveis especialmente na arquitetura, culinária, língua e religiosidade. A riqueza arquitetônica da região se revela no Núcleo Histórico de Santa Leopoldina, formado por antigas residências dos comerciantes da região - de origens alemãs, austríacas, luxemburguesas, belgas e suíças -, datadas do final do século XIX e início do século XX, e por sedes e armazéns de fazendas e uma igreja localizada no Distrito do Tirol. Nessa região também é possível ouvir o pomerano, língua de origem germânica falada pelos descendentes de imigrantes que viviam entre a Alemanha e a Polônia. Praticamente extinta na Europa, a língua é exercitada cotidianamente pelos moradores de algumas localidades, especialmente as rurais.

Mais ao norte, São Mateus, considerada uma das cidades mais antigas do Estado, abriga um núcleo histórico onde se destaca o conjunto de edifícios, ruas, ladeiras, praça e o porto, símbolo do poderio econômico da elite mateense. Localizado às margens do Rio Cricaré, o local foi palco do desembarque e comercialização de inúmeros negros escravizados, por mais de 300 anos. O significativo número de afrodescendentes também imprimiu marcas expressivas na região. Entre as principais manifestações culturais referenciadoras das identidades negras e quilombolas destacam-se o Ticumbi, o Congo, o Jongo, a Capoeira, o Reis de Bois, entre outras.

A diversidade também caracteriza o ambiente natural capixaba. O Espírito Santo é marcado pela presença do bioma Mata Atlântica, um dos mais ricos em

biodiversidade do planeta. Composta por diferentes ecossistemas - representados pelas florestas primárias, faixas de restingas e paredões rochosos - a Mata Atlântica empresta ao Estado bens naturais singulares, de grande importância ecológica e beleza cênica. A Mata Atlântica e seus ecossistemas foram tombados como patrimônio natural por meio da Resolução nº 03/91, do Conselho Estadual de Cultura.

2.3.1 Patrimônio material

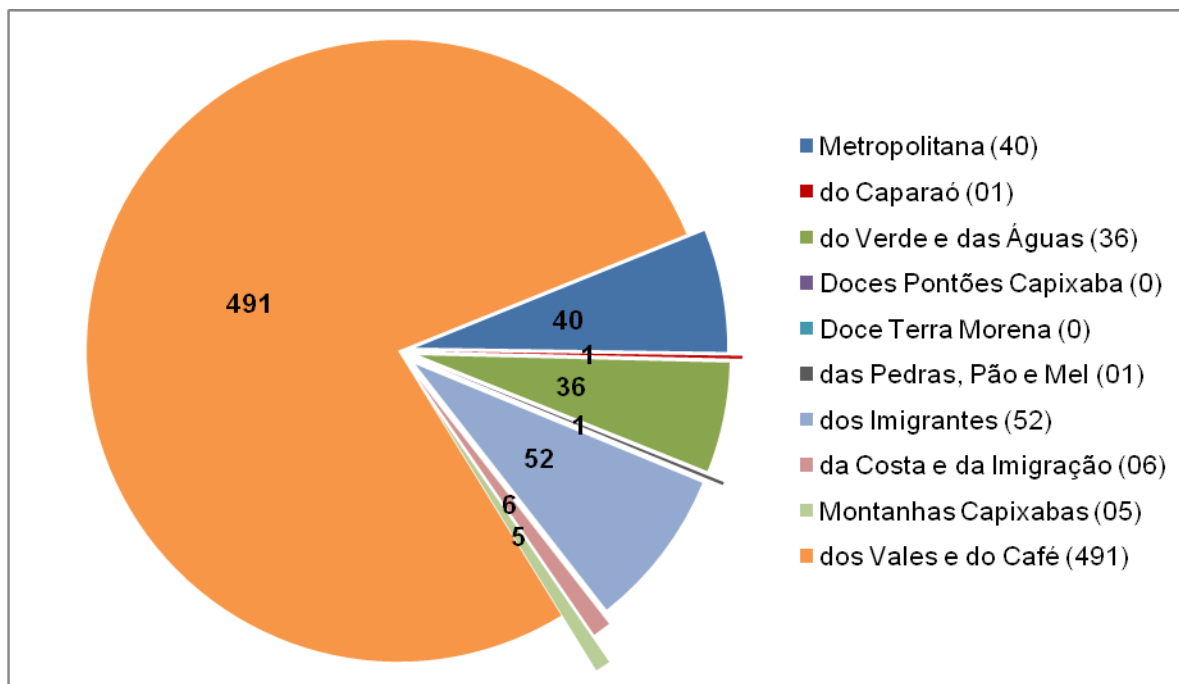
O patrimônio material estadual é objeto da Lei nº 2.947/74, que dispõe sobre o Tombamento, ato administrativo cujo objetivo é preservar bens culturais, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. Segundo o conteúdo da Lei, o patrimônio cultural do Espírito Santo é constituído pelo “acervo de bens móveis e imóveis existentes em seu território e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação e fatos memoráveis da História, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou científico” (Secult, 1974).

O decreto 626-N, de 28 de fevereiro de 1975, que regulamenta a Lei nº 2947/74, apresenta mais detalhes sobre os bens que estão sujeitos ao tombamento: as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos”; os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana; as reservas da flora ou da fauna que devam ser preservadas pelo seu interesse científico; os arquivos públicos e particulares de interesse público; obras e monumentos, residências de pessoas notáveis; túmulos de personagens históricos; obras arquitetônicas, antigas ou modernas, típicas de uma época ou de um estilo que caracterizem nossa civilização, desenhos, gravuras, tapeçarias, mobiliários, entre outros.

O Espírito Santo possui 632 bens imóveis tombados. Destes, dez são tombados na esfera federal e o restante no âmbito estadual. A maior parte dos

bens imóveis tombados está localizada nos Sítios/Núcleos Históricos de Santa Leopoldina (49), São Pedro de Itabapoana (42), São Mateus (33) e no Conjunto Histórico de Muqui (445) ¹¹.

Figura 18 - Distribuição dos bens imóveis, por região do Espírito Santo



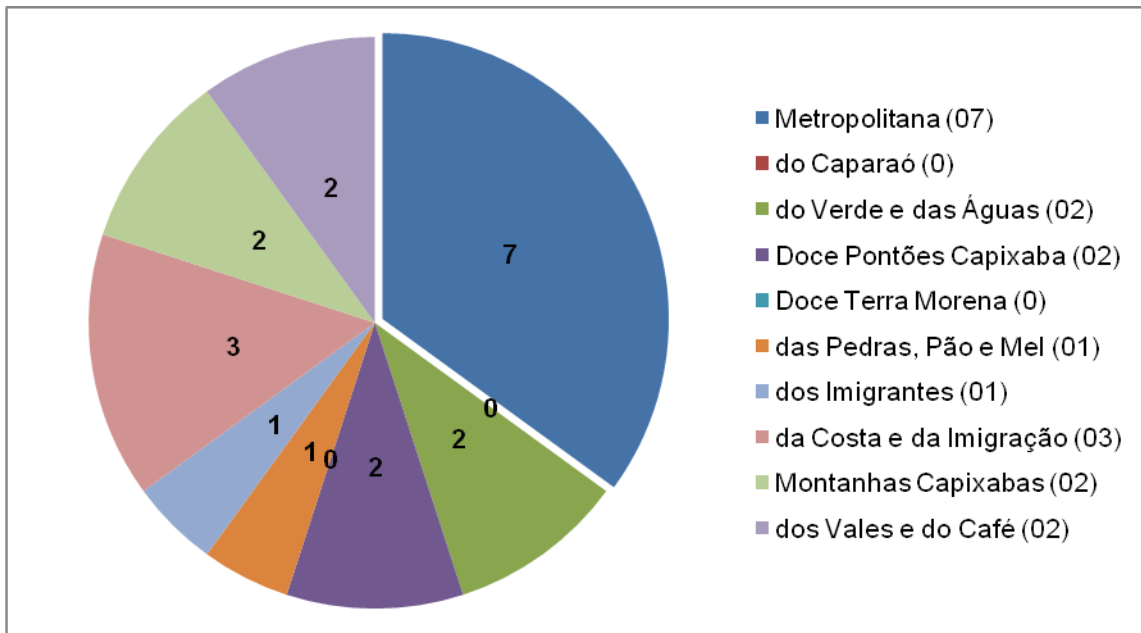
Fonte: Secretaria de Estado do Espírito Santo (2012)

Atualmente, encontra-se em andamento o tombamento do sítio histórico de Itapina, localizado no município de Colatina, na Região Doce Pontões Capixaba.

Ainda na categoria de patrimônio material, o Espírito Santo conta com 20 bens naturais e 96 bens móveis tombados, sendo que estes últimos encontram-se, em sua maioria, no Palácio Anchieta, sede administrativa do governo do Estado, localizado em Vitória (Secult).

¹¹ Não existe o número exato de imóveis que integram a Poligonal de Entorno do Conjunto Histórico de Muqui. Estima-se que ultrapasse os 2000 imóveis (Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, 2012).

Figura 19 - Distribuição dos bens naturais, por região do Espírito Santo



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2012)

2.3.2 Patrimônio imaterial

A questão do patrimônio imaterial - práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares – é relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. Até o ano 2000, bens e manifestações culturais de diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira não eram constituídos como patrimônio, principalmente, pela inexistência de um instrumento legal adequado à natureza desse conjunto de bens.

Esta ausência concorreu para a redução do termo preservação ao “tombamento” e a limitação do significado de patrimônio aos bens tangíveis, contribuindo para privilegiar o legado dos grupos sociais de tradição europeia (FONSECA *in* ABREU e CHAGAS, 2009, P.64). Tal situação só começou a ser modificada com o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, entre outras

providências. Diferentemente do Tombamento, focado na conservação e na imutabilidade, o Registro visa à garantir as condições que permitem a transmissão de geração em geração dos bens, sem engessar suas formas e conteúdos no tempo e no espaço.

O Espírito Santo possui três bens registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a saber: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (Livro de Registro dos Saberes/2002), o Jongo do Sudeste (Livro de Registro das Formas de expressões/2005) e Roda de Capoeira (Livro de Registro das formas de expressões/2008) (IPHAN).

No âmbito estadual, não existe nenhum bem registrado, pois, apesar da Lei nº 6.237 de junho de 2000 que institui, entre outros, o registro, a ausência de um dispositivo de regulamentação dessa norma inviabilizou a sua aplicação. Atualmente, a Subsecretaria de Patrimônio Cultural trabalha na formulação de uma nova lei de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial que contempla cinco livros (expressões culturais, celebrações, saberes, lugares e línguas) e na criação do Programa de Identificação, Documentação e Salvaguarda.

A centralidade e exclusividade do Tombamento, por mais de 20 anos, inviabilizou o reconhecimento de bens e manifestações de importantes grupos formadores da sociedade capixaba, como constituintes do patrimônio cultural do Espírito Santo. A título de exemplo, uma breve análise dos bens tombados pelo Conselho Estadual de Cultura revela o predomínio de edifícios e obras de artes relacionados em quase sua totalidade às matrizes culturais de origem europeia, compondo a imagem de um Espírito Santo identificado apenas à cultura trazida pelos imigrantes oriundos da Europa. Esse retrato, longe de representar a realidade, oculta a rica diversidade existente no Estado, marcada por diferentes línguas, festas, conhecimentos, lugares, rituais, manifestações literárias, plásticas, cênicas, musicais, lúdicas e materiais, entre outros.

Uma pequena amostra dessa pluralidade pode ser encontrada no Atlas do Folclore Capixaba. O livro, fruto de uma parceria entre a Secult e o Sebrae¹², identificou no Espírito Santo, em 2009, 276 grupos folclóricos atuantes,

¹² Mais informações sobre a parceria entre a Secult e o Sebrae, ver item 2.6 deste diagnóstico.

representantes de 22 diferentes manifestações¹³, com destaque para a Folia de Reis (65 grupos), o Congo (61 grupos) e o Boi (23 grupos). Outrossim, associados às expressões, encontram-se ainda inúmeras celebrações, festas e saberes tradicionais.

Contudo, ressalta-se que este mapeamento, ao focar em danças e folguedos, bem como nas celebrações, festas e saberes a eles diretamente associados, não apresentou informações sobre outras importantes referências, como por exemplo, as diferentes línguas e falares dos diversos grupos formadores da sociedade capixaba. O Espírito Santo possui uma rica diversidade linguística, onde se destacam a língua guarani M'byá e o pomerano, língua de origem germânica, variante do alemão, cooficial em cinco municípios capixabas, a saber: Santa Maria do Jetibá, Pancas, Vila Pavão, Domingos Martins e Laranja da Terra.

Além da ausência de registros do patrimônio imaterial, o Espírito Santo também resente da falta de instrumentos voltados para a proteção da paisagem cultural. Nova categoria de patrimônio, a paisagem cultural foi definida pela Portaria nº 127/2009 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Trata-se, assim, de paisagens com qualidades exemplares, caracterizada por singularidades materiais, relação intrínseca com a natureza e caráter dinâmico no convívio com o elemento humano.

Nesta mesma portaria do IPHAN foi instituída a Chancela, instrumento que visa à preservar a diversidade e riqueza dos cenários urbanos e rurais. A Chancela, que não institui sanções ou restrições administrativas/jurídicas que proíbem transformações, pode vir acompanhada de tombamentos, registros, entre outras formas de proteção. Sua maior vantagem consiste na abordagem concomitante de manifestações dinâmicas, de natureza tangível e intangível, relacionadas a uma porção territorial (IPHAN).

¹³ O Atlas considera as seguintes manifestações: Dança Açoriana, Dança Alemã, Bate-Flechas, Capoeira, Congo, Dança Holandesa, Dança Italiana, Jaraguá, Jongo e Caxambu, Mineiro-Pau, Dança Polonesa, Dança Pomerana, Dança Portuguesa, Quadrilha, Alardo de São Sebastião, Boi, Charola de São Sebastião, Folia de Reis, Pastorinhas, Reis de Boi, Ternos de Reis e Ticumbi.

2.4 Cenário artístico

A diversidade cultural do Espírito Santo reflete diretamente nos costumes da população capixaba, em sua gastronomia, na arquitetura, nos sotaques e, é claro, em suas manifestações culturais.

Apesar dos poucos estudos realizados sobre o cenário artístico do Espírito Santo, pode-se afirmar a existência de múltiplas manifestações, das tradicionais às novas linguagens. A deficiência de dados, no entanto, impede um diagnóstico mais aprofundado sobre o tema.

O levantamento “Cultura em Números”, realizado pelo Ministério da Cultura e publicado no ano de 2010, traz dados de todo o país, constituindo-se, assim, como um bom instrumento de análise do segmento. O estudo traz informações sobre linguagens, patrimônio, equipamentos, meios de comunicação, entre outros temas, e é dividido nas seguintes seções: Oferta da Cultura; Demanda da Cultura; Indicadores Culturais; Financiamento da Cultura; e Gestão Pública da Cultura.

No estudo, no que se refere à temática “Oferta da Cultura”, o Espírito Santo apresenta índices que podem ser considerados de regulares a satisfatórios, em comparação aos demais estados brasileiros. Essas informações, inclusive, subsidiam a noção da vasta diversidade artística presente no Espírito Santo.

Em relação à música, o Espírito Santo aparece na 8ª posição no quadro de percentual dos municípios com grupos artísticos musicais, com 53,85% das cidades capixabas. Já em relação às bandas de música, são 67,95%, deixando o Estado na 5ª posição.

Nas artes cênicas, o Espírito Santo conta com grupos teatrais em 47,44% dos municípios e, comparado aos demais estados, aparece na 9ª posição da lista. Em relação ao número de municípios capixabas que relataram possuir grupos de dança, o percentual é de 60,26% (13º lugar). Já o circo é o segmento menos representativo, com apenas 1,28% (21º lugar).

Nas artes, 28,21% (10º lugar) dos municípios capixabas afirmam possuir grupos artísticos de desenho e pintura e 24,36% (12º lugar) ter grupos artísticos de artes plásticas.

Feiras, mostras, festivais e eventos do gênero constituem um importante mecanismo de difusão da produção artística, além de servirem como espaço para a circulação e o intercâmbio de bens e produtos culturais.

Na música, os dados mostram que 39,74% (10º lugar na lista) dos municípios capixabas afirmaram realizar festivais ou mostras no segmento. Entre os principais eventos de música realizados no Espírito Santo estão o Festival de Inverno de Domingos Martins (Domingos Martins), Festival de Alegre (Alegre), o Manguinhos Jazz & Blues Festival (Serra), o Santa Teresa Jazz & Blues (Santa Teresa) e o Festival da Sanfona e da Viola (São Pedro do Itabapoana, distrito de Mimoso do Sul).

Em relação ao percentual de municípios que realizaram festivais ou mostras de teatro, o Espírito Santo aparece na 8ª posição, com 32,05%. Na dança, o percentual é de 32,05 (15ª posição). Essas duas linguagens têm, anualmente, grandes eventos dedicados à sua promoção. A Secult realiza, desde 2011, o Festival ES de Dança, evento que promove espetáculos locais e nacionais em algumas cidades do Estado, especialmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. Na capital, inclusive, é realizado o Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória, produzido pela prefeitura municipal. Outro importante evento do gênero é o Festival de Teatro de Guaçuí, que acontece na cidade homônima, no sul do Estado.

Nas artes plásticas, o percentual de municípios que realizam exposições é de 25,64% e o de artes visuais é de 11,54%, deixando o Estado, respectivamente, nas 14ª e 7ª posições em relação aos demais. Quanto à realização de feiras de artes e artesanatos, 66,67% dos municípios afirmaram ter eventos do tipo, representando o sexto lugar da lista.

No audiovisual, o número de festivais e mostras no segmento podem ser considerados positivos, se comparados aos demais estados. 12,82% dos municípios declararam realizar mostras e festivais de cinema (9º lugar na lista) e 16,67% (2º lugar na lista) afirmaram ter mostras de vídeos. Entre os principais eventos do setor pode-se citar o Festival de Vitória - Vitória Cine Vídeo e a Mostra Independente realizada pela ABD, ambos na capital, o Festival de TV e Cinema

Independente de Muqui, e as mostras Mostras Capixabas de Audiovisual¹⁴ - realizadas em diversas regiões capixabas.

Apesar do Espírito Santo aparecer bem posicionado em relação ao número de municípios que realizam eventos como mostras e festivais, uma das principais demandas levantadas pela população durante as escutas públicas do Plano Estadual de Cultura solicitava uma maior divulgação de eventos culturais. Uma solução, também apresentada durante as escutas, é a realização de um calendário oficial, a exemplo do que é feito pela Secretaria de Turismo.

Os meios de comunicação também têm importante papel nesse processo, assim como na difusão da produção cultural. Os principais veículos de comunicação capixabas - considerando rádios, emissoras de televisão e jornais -, dedicam parte de sua programação à divulgação da agenda de eventos, mas essa divulgação geralmente se dá de forma rasa e não destaca, necessariamente, as diversas manifestações culturais presentes no Espírito Santo e suas produções.

A crítica cultural, outro importante mediador entre o produto artístico e o consumidor, também não é comumente encontrada na grande imprensa capixaba. A insuficiência de espaços destinados a esse tipo de texto nos veículos de comunicação locais, assim como a escassez de formação especializada na área são alguns dos principais fatores determinantes para esse quadro.

2.5 Cultura e Educação no ensino regular

O artigo 1º da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Nesse sentido, a Lei garante que o ensino da arte, especialmente de expressões

¹⁴ Devido à expressividade no cenário artístico-cultural do Espírito Santo e a sua ampla inserção na economia criativa, o audiovisual será melhor discutido no item 2.6 deste diagnóstico.

regionais, seja componente obrigatório nos diferentes âmbitos da educação básica, assim como o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

A Lei, no entanto, não estabelece a carga horária necessária para a abordagem do tema, e cabe aos órgãos estaduais e municipais de Educação defini-la. De acordo com informações da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), em âmbito estadual todas as instituições garantem ao menos uma hora de aula por semana, ministrada por professor que, muitas vezes, não é licenciado em Artes. As demais linguagens, como o tema do patrimônio cultural, não possuem disciplinas específicas, mas a Sedu afirma orientar os professores para realizar a abordagem de forma transversal aos conteúdos das demais disciplinas.

Quanto à inserção da Cultura em atividades extracurriculares, a Sedu realiza o projeto “Cultura na Escola” desde 2010, onde são desenvolvidas ações como encontros de música, mostras de teatro, visitas a equipamentos culturais, entre outras. Para participar do programa, cabe às escolas a iniciativa de aderir às atividades.

A Sedu também realiza ações de arte-educação para os professores da rede pública de ensino. De 2010 a 2012 em parceria com o Serviço Social do Comércio no Espírito Santo (Sesc-ES), foram realizadas atividades de formação em diferentes linguagens, como audiovisual, artes cênicas e artes visuais. Essas atividades envolveram assessoria técnica, teórica e pedagógica.

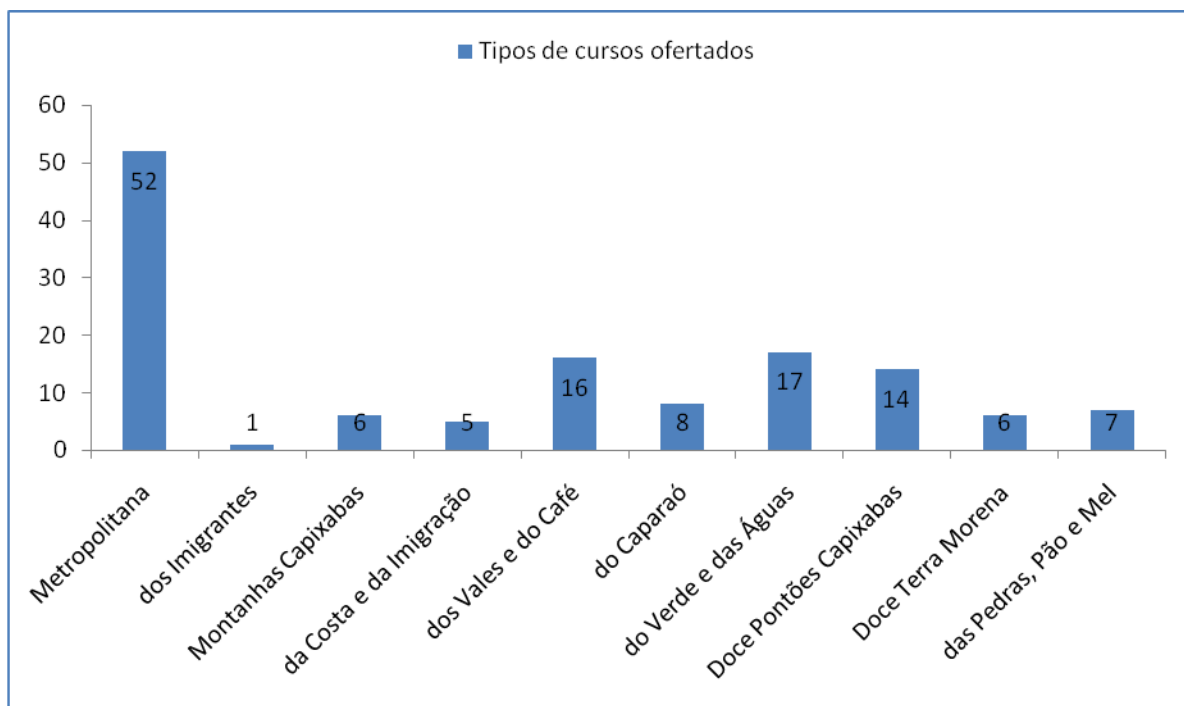
2.5.1 Oferta de Ensino Superior

Nos dados levantados no site do Ministério da Educação, em setembro de 2012, foram identificados 55 tipos diferentes de cursos superiores ofertados no Espírito Santo, que apresentam interface com a Cultura e suas diversas dimensões¹⁵.

¹⁵ Cursos considerados: Arquitetura e Urbanismo; Arquivologia; Artes Cênicas; Artes; Biblioteconomia; Ciência da Computação; Ciências Sociais; Comunicação Assistiva; Beleza; Comunicação e Ilustração Digital; Comunicação e Marketing; Comunicação Empresarial; Comunicação Empresarial e Estratégias de Eventos; Comunicação Institucional; Comunicação para Web; Comunicação Social; Comunicação Social - Audiovisual/ Produção Audiovisual; Comunicação Social - Publicidade e Propaganda; Desenho Industrial; Design; Design de Interiores; Design de Moda; Design de Produto; Design Gráfico; Estética; Eventos; Fotografia; Gastronomia; Gemologia; Gestão de Eventos; Gestão de Turismo; Gestão Hoteleira; História; Hotelaria; Jogos Digitais; Jornalismo; Letras; Letras - Espanhol; Letras - Inglês; Letras - Libras; Letras Português - Francês; Letras Português - Espanhol, Letras Português-Inglês, Marketing; Marketing de Serviço; Marketing Estratégico; Multimídia; Música; Produção Gráfica Digital; Produção Publicitária; Sistema de Informação; Sociologia; Turismo; Turismo Receptivo; Web Design e Programação.

Observa-se que no Estado existe uma concentração de oferta na Região Metropolitana da Grande Vitória, que possui 52 dos 55 cursos detectados. Em segundo lugar, aparece a Região do Verde e das Águas com 17 tipos de cursos, menos da metade dos oferecidos na Metropolitana. A Região dos Imigrantes é onde se verifica a menor ocorrência, com a existência de apenas um curso.

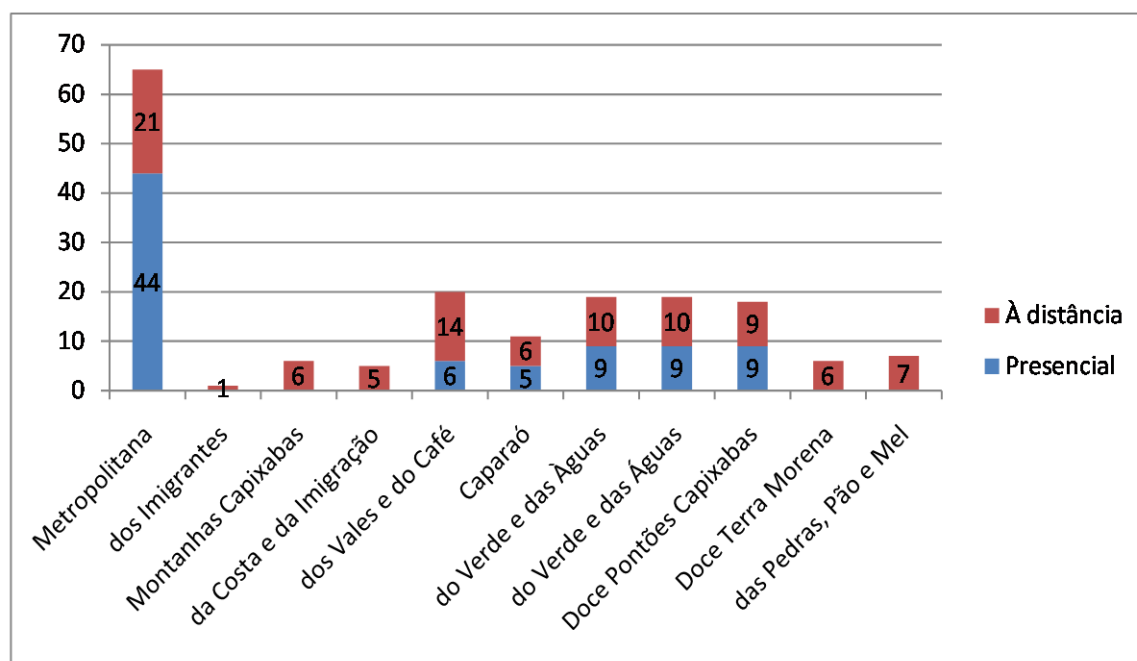
Figura 20 - Número de tipos de cursos ofertados nas regiões capixabas, 2012



Fonte: Site do Ministério da Educação (2012)

Apesar da Região Metropolitana concentrar a maior diversidade de cursos, ressalta-se que a oferta de ensino superior ligado direta ou indiretamente à Cultura passa por um movimento de democratização, proporcionado pela Educação a Distância (EAD). Nesse sentido, a EAD surge como instrumento imprescindível no processo de ampliação do acesso. Essa realidade é vivenciada no Espírito Santo onde, em cinco regiões, os cursos à distância são a única modalidade de ensino superior disponível.

Figura 21 - Oferta de cursos, por região e modalidade



Fonte: Site Ministério da Educação (2012)

2.6 Economia Criativa

O Ministério da Cultura, em seu site, afirma que a Economia Criativa pode ser entendida como um setor estratégico e dinâmico, tanto do ponto de vista econômico como social: suas atividades geram trabalho, emprego, renda e inclusão social. O setor atua através de um conjunto de dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

É uma tendência mundial a apropriação das práticas econômicas pelos setores culturais como um meio de desenvolvimento social e econômico, compreendendo setores como o artesanato, as artes visuais, a moda, o cinema e outras práticas culturais não somente pelo seu valor cultural, mas também pelo impacto econômico que essas atividades proporcionam.

A vasta diversidade cultural presente no Espírito Santo pressupõe que existem muitos setores com potencial para tornarem-se indústrias criativas, seja a partir da exploração do turismo cultural, da gastronomia, da agroindústria, das

festas e feiras tradicionais entre outros produtos que estão relacionados à identidade cultural capixaba.

O artesanato local possui grande representatividade entre as atividades promovidas pela Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes). Em 2012, a Aderes lançou o “Plano de Desenvolvimento do Artesanato Capixaba” com o objetivo de consolidar o artesanato como uma ferramenta de desenvolvimento econômico capaz de promover uma ampla inclusão socioproductiva. Em maio do mesmo ano, foi lançado o “1º Catálogo do Artesanato Capixaba”, uma publicação contendo toda a iconografia, em textos e fotos, da produção das dez regiões do Estado, no qual retrata ainda a etnia e a cultura dos povos.

Também é latente no Estado a formação de coletivos culturais e outras formas de associativismo na área da cultura, que agregam artistas, produtores e empreendedores trabalhando em conjunto para produção cultural sustentável, em especial no espaço urbano. Em 2010, o Sebrae-ES iniciou um trabalho de mapeamento e formação desses grupos através do Projeto Coletivos Criativos, mas que não teve continuidade.

Outra potencial indústria criativa ainda a se desenvolver no Estado é a atividade audiovisual. O Espírito Santo possui um histórico com diversas iniciativas realizadas no sentido de potencializar o setor, entendido como uma cadeia produtiva estratégica do ponto de vista social, econômico e cultural.

Além disso, a articulação política do audiovisual em âmbito local, representada por entidades da sociedade civil organizada como a Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas do Espírito Santo (ABD Capixaba), a Organização dos Cineclubes Capixabas (OCCa), assim como a presença de agentes locais entre as lideranças do Conselho Nacional de Cineclubes (CNC), Congresso Brasileiro de Cinema (CBC) e Federação Internacional de Cineclubes (FICC) demonstra a força do setor no Estado.

Na década de 1990 o Espírito Santo chegou a esboçar o início de um Polo Estadual de Cinema, com o lançamento de uma linha de crédito ofertada pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) que ajudou a financiar diversas obras cinematográficas. Antes mesmo de tomar forma a ideia do Polo cinematográfico, o crédito do Bandes sucumbiu à recessão econômica sofrida

pelo país naquele período, entretanto, a possibilidade de um escritório estadual para negócios audiovisuais ainda hoje é debatida pelos agentes do setor.

Atualmente, a Secult tem investido no fomento à produção e difusão por meio de sete editais específicos que contemplam desde a atividade cineclubista à produção de longa-metragem de baixo orçamento, que representam 28% dos recursos do Funcultura. Igualmente, é preciso destacar a realização das Mostras Capixabas de Audiovisual - projeto iniciado em 2004, que propõe levar a cultura audiovisual ao público do interior do Estado, a partir da realização de oficinas de produção de documentários entre jovens¹⁶ - e a publicação do “Estudo da Cadeia Produtiva do Audiovisual”. Este último, lançado em 2010, tem o objetivo de confirmar a importância do segmento na economia capixaba. O trabalho realizado em parceria com o SEBRAE-ES e outros parceiros, serviu de base para alinhar estratégias para toda a cadeia produtiva do audiovisual capixaba, incluindo setores como a publicidade. Ao longo do estudo - que durou cerca de um ano -, foram realizados workshops para identificar as demandas do setor, que apontaram desafios como a difusão, o consumo e a circulação da produção.

Para além do fomento ao setor audiovisual, a parceria entre o SEBRAE-ES e a Secult também promoveu ações para o fomento de outras áreas. Dentre elas, destacam-se:

a) Cadernos de Economia Criativa - Economia Criativa e Desenvolvimento Local:

Com o objetivo de mapear oportunidades e subsidiar ações na área de Economia Criativa, foram lançados em 2010 os “Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local”.

As publicações foram resultado da realização de oficinas em mais da metade dos municípios capixabas, que também culminaram na produção do Seminário Internacional de Economia Criativa, que aconteceu em 2007. Além de apresentar um painel das potencialidades do Espírito Santo na área, outra finalidade do projeto é a criação, futuramente, de um Programa

¹⁶ Sobre as ações realizadas nos últimos quatro anos pela Secult, olhar item 3.1.5.4 do diagnóstico.

de Economia Criativa que contemple ações nas áreas de estudos e pesquisas, promoção e divulgação e capacitação de pessoas.

b) Atlas do Folclore Capixaba:

O “Atlas do Folclore Capixaba” foi lançado em 2010 e tem o objetivo de disponibilizar para a sociedade informações sobre as expressões folclóricas do Espírito Santo, colhidas a partir de mais de 300 entrevistas com mestres da cultura popular em 56 municípios. A pesquisa registrou a ocorrência de, aproximadamente, 280 grupos folclóricos. A publicação reúne informações acerca de saberes, expressões, danças, folguedos, artesanatos, festas populares e tradicionais do Estado¹⁷.

c) Catálogo e Promoção da Música do Espírito Santo:

Assim como os demais levantamentos feitos pela Secult em parceria com o Sebrae-ES, o projeto “Catálogo e Promoção da Música do Espírito Santo”, de 2008, tem como objetivo criar condições favoráveis ao estudo, à pesquisa e à divulgação das diversas atividades no campo da música.

O projeto é composto pelo site “Música do Espírito Santo” (www.musicadoes.org.br) e por um registro fonográfico e visual composto por quatro CDs e um DVD, que reúnem parte da produção musical feita no Estado. No caso do site, cujo cadastro é aberto, estão reunidas informações sobre 344 álbuns, 314 artistas e 729 músicas.

d) Manual de Iconografia Capixaba:

O Manual de Iconografia Capixaba, lançado em 2010, visa à reforçar a identidade cultural do Estado. O mapeamento de ícones para a constituição do Manual contou com a participação de diversos profissionais e instituições a fim de garantir a legitimidade dos "símbolos" capixabas, a partir do levantamento de aspectos culturais, naturais e arquitetônicos do Espírito Santo.

¹⁷ Uma leitura crítica do Atlas do Folclore Capixaba pode ser conferida no item 2.3.2. do diagnóstico.

No total, o catálogo contém 61 ícones, uma paleta de cores e um capítulo demonstrando o potencial de aplicabilidade dos símbolos em atividades culturais e econômicas. A publicação também pretende servir de referência para arquitetos, artesãos, publicitários, artistas, estilistas, designers e empreendedores.

Outro ator importante nesse contexto é a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) que, ciente da importância da indústria criativa no cenário econômico mundial, fundou em 2011 o Comitê para o Desenvolvimento da Indústria Criativa no Espírito Santo, com o objetivo de criar estratégias para identificar as potencialidades e fomentar o segmento.

Além deste, destaca-se ainda as contribuições do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) que por meio do programa Nossocrédito criou oportunidades para o financiamento de projetos de micro e pequeno empreendedores das mais diferentes áreas, inclusive da economia criativa. Com taxas de juros mais baixas que as existentes no mercado e facilidades de pagamento, o Nossocrédito apresenta-se enquanto um incentivo aos negócios realizados pelos empreendedores criativos formais e informais.

As iniciativas ora apresentadas constituem passos importantes para o crescimento do mercado criativo no Espírito Santo. Contudo, é notável a necessidade de estabelecer políticas públicas estruturadas e perenes que organizem os esforços e os orientem para o desenvolvimento do segmento.

2.7 Mercado de Trabalho

Em relação ao mercado de trabalho da cultura no Espírito Santo, observa-se que em 2010 foram 11.286 empregados, enquanto no ano de 2011, foram 12.271. Ou seja, houve um aumento de 8,73% durante o período de 2010 e 2011.

Tabela 4 - Número de profissionais da Cultura, no Espírito Santo, em 2010-2011

Profissionais	2010	2011	Varição
----------------------	-------------	-------------	----------------

Arquitetura & Engenharia	4.099	4.372	6,66%
Artes	542	578	6,64%
Artes Cênicas	100	83	-17,00%
Biotecnologia	219	241	10,05%
Design	1.359	1.502	10,52%
Expressões Culturais	80	102	27,50%
Filme & Vídeo	240	244	1,67%
Mercado Editorial	767	844	10,04%
Moda	523	532	1,72%
Música	104	106	1,92%
Pesquisa & Desenvolvimento	396	479	20,96%
Publicidade	1.286	1.405	9,25%
Software, Computação & Telecom	1.145	1.325	15,72%
Televisão & Rádio	426	458	7,51%
Total	11.286	12.271	8,73%

Fonte: RAIS/MTE apud Firjan (2010-2011)¹⁸

Na distribuição setorial dos empregados da Cultura no Espírito Santo, percebe-se que não houve grandes alterações entre os anos de 2010 e 2011, sendo que o setor da cultura com maior percentual de empregados no Estado é o de Arquitetura e Engenharia, com 35,6%, em 2011. Em seguida, encontra-se o Design, com 12,2%, a Publicidade, com 11,4%, e o Software, Computação e Telecom, com 10,8%. Essas quatro atividades representam 70,1% dos empregados da Cultura no Espírito Santo.

Tabela 5 - Percentual de profissionais da cultura, no ES, em 2010-2011

Profissionais	2010	2011
Arquitetura & Engenharia	36,3	35,6
Artes	4,8	4,7
Artes Cênicas	0,9	0,7
Biotecnologia	1,9	2,0

¹⁸ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Economia criativa**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/economiacriativa/pages/consulta.aspx>>. Acesso em 10 abril de 2013.

Design	12,0	12,2
Expressões Culturais	0,7	0,8
Filme & Vídeo	2,1	2,0
Mercado Editorial	6,8	6,9
Moda	4,6	4,3
Música	0,9	0,9
Pesquisa & Desenvolvimento	3,5	3,9
Publicidade	11,4	11,4
Software, Computação & Telecom	10,1	10,8
Televisão & Rádio	3,8	3,7
Total	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE apud Firjan (2010-2011)

Cabe destacar que a distribuição setorial dos empregados da cultura no Espírito Santo se assemelha ao que ocorre no Brasil, já que a atividade com maior quantidade de trabalhadores no país, durante o ano de 2011, foi a Arquitetura e Engenharia, com 28,4%, seguidos pela Publicidade, com 14,4%, pelo Design, com 12,7%, e pelo Software, Computação e Telecom, com 12,0%. Neste sentido, essas quatro atividades representam 67,6% dos empregados nacionais ligados à Cultura.

Tabela 6 - Percentual de profissionais da Cultura, no Brasil, em 2010-2011

Profissionais	2010	2011
Arquitetura & Engenharia	28,6	28,4
Artes	4,3	4,1
Artes Cênicas	1,2	1,2
Biotechnology	3,0	2,9
Design	12,4	12,7
Expressões Culturais	0,9	0,8
Filme & Vídeo	2,6	2,6
Mercado Editorial	6,2	6,1
Moda	6,0	5,4

Música	1,5	1,5
Pesquisa & Desenvolvimento	4,4	4,6
Publicidade	13,5	14,4
Software, Computação & Telecom	11,9	12,0
Televisão & Rádio	3,4	3,2
Total Brasil	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE apud Firjan, 2010-2011

A participação dos empregados da Cultura no Espírito Santo no mercado de trabalho do Brasil é pequena. Por setor, durante o ano de 2011, a atividade em que o Estado possui a maior participação relativa é a de Arquitetura e Engenharia, onde o Espírito Santo representa 1,90% do mercado de trabalho desse setor no Brasil. Além disso, a atividade em que o Estado contribuiu com a menor participação relativa durante o ano de 2011, foi a de Artes Cênicas, em que os empregados do Espírito Santo representaram 0,84% dos trabalhadores desse setor no país.

Os empregados ligados ao setor da Cultura no Espírito Santo representaram 1,52% dos trabalhadores dessa atividade no país, durante o ano de 2011.

Tabela 7 - Participação dos profissionais da Cultura do Espírito Santo na respectiva atividade do Brasil, em 2010-2011

Profissionais	2010	2011
Arquitetura & Engenharia	1,91	1,90
Artes	1,69	1,76
Artes Cênicas	1,07	0,84
Biotecnologia	0,97	1,04
Design	1,47	1,46
Expressões Culturais	1,22	1,50
Filme & Vídeo	1,22	1,18
Mercado Editorial	1,67	1,70
Moda	1,16	1,21
Música	0,90	0,89

Pesquisa & Desenvolvimento	1,20	1,29
Publicidade	1,27	1,21
Software, Computação & Telecom	1,29	1,36
Televisão & Rádio	1,67	1,76
Total ES	1,51	1,52

Fonte: RAIS/MTE apud FIRJAN (2010-2011)

Ainda se comparando o mercado de trabalho da Cultura do Espírito Santo em relação ao do Brasil, percebe-se que durante o ano de 2011 todas as atividades do Estado tiveram uma remuneração média inferior à observada no país.

Tabela 8 - Remuneração média dos profissionais da cultura no ES e no Brasil, em 2011

Profissionais	Remuneração média		
	ES	Brasil	ES/Brasil (%)
Arquitetura & Engenharia	R\$ 6.977,47	R\$ 7.517,72	92,8%
Artes	R\$ 1.691,19	R\$ 2.194,97	77,0%
Artes Cênicas	R\$ 1.884,35	R\$ 2.767,19	68,1%
Biotecnologia	R\$ 3.015,87	R\$ 4.257,76	70,8%
Design	R\$ 1.852,87	R\$ 2.363,42	78,4%
Expressões Culturais	R\$ 930,11	R\$ 938,97	99,1%
Filme & Vídeo	R\$ 1.137,71	R\$ 1.661,05	68,5%
Mercado Editorial	R\$ 2.557,32	R\$ 3.323,57	76,9%
Moda	R\$	R\$	86,4%

	1.030,41	1.193,25	
Música	R\$ 1.449,32	R\$ 1.944,28	74,5%
Pesquisa & Desenvolvimento	R\$ 8.738,28	R\$ 8.884,56	98,4%
Publicidade	R\$ 3.323,48	R\$ 4.461,52	74,5%
Software, Computação & Telecom	R\$ 2.843,11	R\$ 4.535,86	62,7%
Televisão & Rádio	R\$ 1.600,48	R\$ 2.014,97	79,4%

Fonte: RAIS/MTE apud Firjan (2011)

3 GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA NO ESPÍRITO SANTO

Uma vez apresentado o perfil socioeconômico do Espírito Santo, bem como o cenário da cultura capixaba, passamos agora à identificação e análise da situação da gestão pública da Cultura no Estado. Para facilitar a compreensão da realidade, optou-se por realizar uma análise dos elementos que compõem a estrutura básica de gestão cultural. A Secretaria de Estado da Cultura (Secult), por ser o principal órgão de formulação, planejamento e implementação de políticas para a área da Cultura mereceu destaque especial, com informações mais detalhadas sobre a sua organização e desempenho.

É importante ressaltar que foram encontradas dificuldades para a elaboração do cenário da gestão da Cultura no Estado, devido à falta de informações disponíveis e sistematizadas. Esta ausência é percebida especialmente quando analisamos a atuação da Secult, uma vez que a instituição produz poucos registros quantitativos e qualitativos sobre as atividades realizadas e os seus resultados.¹⁹

3.1 Estrutura Básica de Gestão Cultural

3.1.1 Sistema de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um modelo de gestão criado pelo Ministério da Cultura (MinC) para estimular e integrar as políticas públicas culturais implantadas pelo governo federal, estados e municípios. O objetivo do sistema é descentralizar e organizar o desenvolvimento cultural do país, de modo a favorecer a continuidade dos projetos, mesmo com a alternância de governos.

A partir da adesão ao SNC, estados e municípios se comprometem a implantar a estrutura cultural exigida pelo Ministério e a formar seus próprios

¹⁹ Discute-se a respeito da ausência de dados sobre a atuação da Secult no item 3.1.5.4 deste diagnóstico.

sistemas de cultura, com a criação e/ou o fortalecimento de Secretaria de Cultura ou órgão equivalente, Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Plano de Cultura e Sistema de Financiamento à Cultura. Em contrapartida, o MinC oferece apoio para o desenvolvimento de políticas culturais.

Nos municípios capixabas, o número de adesões ainda é considerado baixo: dos 78 municípios, apenas 22 assinaram a adesão, aproximadamente 28%. Além disso, de acordo com levantamento feito pela Secult em 2011, entre os 78 municípios, apenas oito possuem secretaria exclusiva de Cultura; 29 possuem Conselho Municipal de Cultura; dois possuem Fundo, sendo um deles descrito como “inativo”; e 24 possuem algum tipo de Plano de Cultura.

Esses números demonstram que a estrutura de gestão da Cultura nos municípios do Espírito Santo ainda é muito frágil. Vale reforçar ainda que uma das premissas do SNC é agir por meio de conselhos e conferências, a fim de contar com a participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na instituição das políticas de Cultura. Nesse sentido, as instâncias e os espaços de diálogo entre o poder público e a sociedade ainda se mostram insuficientes.

Diferentemente da realidade dos municípios, o Estado conta com uma estrutura de gestão em fase final de estruturação, faltando apenas o Plano Estadual de Cultura para organizar o Sistema Estadual de Cultura do Espírito Santo, de acordo com as diretrizes do Ministério da Cultura.

A seguir, estão destacados os itens referentes à estrutura básica de gestão cultural do Espírito Santo.

3.1.2 Conselho Estadual de Cultura

Um dos primeiros marcos da estruturação da gestão pública da Cultura no Espírito Santo foi a instituição em 1967 do Conselho Estadual de Cultura (CEC), um órgão consultivo, deliberativo e normatizador, que visa à garantir a participação da sociedade civil organizada na gestão pública da Cultura.

Cabe ao CEC acompanhar, avaliar e fiscalizar demandas e ações, zelar pelo cumprimento de normas e atos e, se oportuno, propor resoluções,

deliberações, notificações e embargos. Da mesma forma, o CEC também tem a função de promover a defesa do patrimônio cultural capixaba.

O CEC, que integra a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura, passou por duas reformulações - uma em 1988 e outra em 2007 -, e atualmente é formado por 20 conselheiros e pelas seguintes instâncias: Plenário, Presidência, Secretaria Executiva e Câmaras.

A presidência do Conselho é ocupada pelo Secretário de Estado da Cultura, que tem como principais funções dar posse aos conselheiros e membros eleitos e homologar os atos do CEC. A Secretaria-Executiva é responsável pelo apoio técnico ao funcionamento do Conselho.

O CEC é formado ainda por oito Câmaras, que representam diferentes áreas e expressões culturais: Câmara de Artes Cênicas; Câmara de Artes Visuais; Câmara de Artes Musicais; Câmara de Audiovisual; Câmara de Literatura e Biblioteca; Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos; Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico; e Câmara de Bens Imateriais. As Câmaras, assim como as Regiões, em número de seis, são representadas por um titular e dois suplentes.

Já o Plenário do CEC é o foro das decisões e deliberações. Além do Presidente, o Plenário é formado por um titular de cada Câmara; um representante da Procuradoria Geral do Estado; um representante da Secretaria de Estado da Educação; um representante da Secretaria de Estado do Turismo; um representante da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano; um representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; além dos representantes titulares da Região Metropolitana da Grande Vitória; Região Norte; Região Centro-Norte; Região Sul; Região do Caparaó; e Região Serrana.

Atualmente, as reuniões do Conselho acontecem mensalmente, sempre na primeira quinta-feira do mês, às 14 horas, na Biblioteca Pública do Espírito Santo. Os encontros são abertos ao público e no site da Secult é possível conferir o calendário de reuniões e visualizar as atas com os registros do que foi discutido no Plenário.

Além das reuniões oficiais, os conselheiros costumam realizar encontros entre os membros das Câmaras para definir o que propor diante do Plenário.

Esses encontros acontecem na própria sede da Secult, na sala onde está situada a Secretaria-Executiva. Caso os conselheiros necessitem viajar para realizar visitas técnicas, a Secult oferece transporte e ajuda de custo para hospedagem e alimentação.

Durante a realização dos Seminários Territoriais foram demandadas a realização de capacitações para conselheiros, especialmente após a posse. Outra proposta proveniente do processo de elaboração do PEC-ES diz respeito à divulgação das atividades e do papel dos Conselhos e outras instâncias de participação social, a fim de reforçar a sua importância para a sociedade.

Por fim, ressalta-se que o Conselho Estadual de Cultura, junto às Conferências Estaduais de Cultura, constituem os únicos mecanismos de participação social na gestão da Cultura no Espírito Santo.

3.1.3 Conferências Estaduais de Cultura

As Conferências de Cultura são um importante espaço de diálogo entre a sociedade civil e o governo, com vistas à construção de políticas públicas para o setor.

O ano de 2005 marcou um significativo momento para a gestão pública do Brasil, com a elaboração de conferências de cultura municipais, estaduais e federal. Nesse ano, 1.192 municípios, incluindo cidades capixabas, fizeram seus encontros, que culminaram na realização das conferências estaduais e, por conseguinte, nacional.

Realizada no município de Anchieta em dezembro de 2005, a 1ª Conferência Estadual de Cultura aconteceu após os “Encontros Regionais Preparatórios”, ocorridos nos municípios de Vila Pavão, Jaguaré, Domingos Martins, Colatina e Mimoso do Sul. Nesses encontros foram escolhidos, por eleição, representantes regionais que compuseram a Comissão Organizadora (Grupo Executivo) da conferência estadual. Esta primeira audiência contou com a participação de 294 pessoas, que debateram os seguintes temas: Cultura é Direito e Cidadania; Gestão Pública da Cultura; Economia da Cultura; Patrimônio Cultural; e Comunicação é Cultura. Na ocasião foram eleitos 20 delegados para a

conferência nacional. A primeira edição da Conferência Nacional de Cultura foi realizada em dezembro de 2005, em Brasília, de onde foram retiradas as bases de desenvolvimento das diretrizes do Plano Nacional de Cultura.

Em 2009 a população capixaba voltou a se reunir para debater as políticas públicas culturais de seus municípios e do Estado. Foram realizados cinco encontros municipais (nas cidades de Vitória, Muqui, Itapemirim, Presidente Kennedy e Cachoeiro de Itapemirim) e quatro intermunicipais (em Viana, na Região Metropolitana; Guaçuí, na Região do Caparaó; Nova Venécia, representando as regiões Norte e Centro Norte; e em Castelo, nas regiões Sul e Serrana). O resultado desses encontros elegeu 85 delegados, representantes de diferentes setores culturais, para participar da 2ª Conferência Estadual de Cultura, realizada em dezembro do mesmo ano em Colatina.

Na conferência estadual, os debates foram divididos entre cinco eixos temáticos: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura, Cidade e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento Sustentável; Cultura e Economia Criativa; e Gestão e Institucionalidade da Cultura. A partir dos eixos, a sociedade pôde debater a realidade cultural do Estado e apresentar propostas. No total, foram eleitas 20 prioridades para o setor.

Já a conferência nacional teve sua realização em Brasília no ano de 2010, onde foram eleitas 32 estratégias prioritárias e 95 prioridades setoriais para a gestão da Cultura no país.

O ano de 2013 marca a realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura, que traz o tema "Uma Política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura". Antes da edição nacional, serão realizadas também as etapas municipais e/ou intermunicipais, regionais ou territoriais e estaduais ou distrital. A Secult já está em fase de produção da 3ª Conferência Estadual de Cultura, prevista para ser realizada até setembro de 2013.

3.1.4 Fundo Estadual de Cultura

No ano de 2008 foi implantado o Fundo Estadual de Cultura (Funcultura), pela Lei Complementar nº 458/2008, destinado à captação e aplicação de

recursos financeiros com o objetivo de fomentar e incentivar a criação, a produção e a distribuição de produtos e serviços de interesse coletivo e que utilizem o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos.

O Funcultura, administrado pela Secult, não tem dotação orçamentária própria e seus recursos são provenientes das seguintes fontes: dotação consignada no orçamento anual do Estado do Espírito Santo; doações, auxílios e transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais; empréstimos e outras contribuições financeiras de entidades nacionais e internacionais; recursos de transferências negociadas e não onerosas, junto a organismos nacionais e internacionais de apoio e fomento; recursos oriundos da amortização, correção, juros e multas dos financiamentos efetuados pelo próprio Fundo; recursos patrimoniais; e outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, lhe possam ser destinadas.

De acordo com a Lei que institui o Funcultura, a aplicação dos recursos tem como base as três dimensões da Cultura: como expressão simbólica de um povo, como direito e cidadania e como economia que gera renda e trabalho. Os recursos são acessados por meio de editais públicos, disponíveis anualmente e com prazos determinados, que beneficiam projetos de pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos e com caráter estritamente artístico ou cultural.

Em 2013, serão aplicados cerca de R\$ 8,5 milhões em 41 modalidades, distribuídas entre as seguintes áreas: Locomoção; Artes Cênicas; Música; Artes Visuais; Patrimônio Natural; Rede Cultura Jovem; Literatura; Patrimônio Arquitetônico, Bens e Acervos; Patrimônio Imaterial; Audiovisual; e Transversais²⁰.

²⁰ Mais informações sobre os resultados e os recursos destinados ao Funcultura, ver item 3.1.5.4.3 deste diagnóstico.

3.1.5 Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo²¹

A Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult) foi fundada em 1990, sucedendo o Departamento Estadual de Cultura. Este, por sua vez, substituiu a Fundação Cultural do Espírito Santo, que foi o primeiro órgão gestor da Cultura no ES, constituído após a criação do Conselho.

A Secult foi criada com a finalidade de formular e planejar - junto ao Conselho Estadual de Cultura -, as políticas públicas para a Cultura e implementá-las.

Em 2004, a Secult elaborou o Plano Estratégico de Ação e Política Cultural do Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da realização de encontros, fóruns e seminários em várias regiões do Estado. Este documento representou o primeiro esforço de planejamento estratégico e participativo do setor cultural capixaba. No ano de 2008, a Secult passou por uma reestruturação, momento em que foi criada mais uma Subsecretaria, a de Patrimônio Cultural, responsável por realizar a proteção, vigilância, restauração, manutenção e conservação da memória e do patrimônio cultural do Estado.

3.1.5.1 Organização da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo

De acordo com a Lei Complementar nº 391, de 2007, a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult) é disposta em seis níveis: Direção Superior (Secretário de Estado da Cultura, Conselho Estadual de Cultura e Conselho Estadual de Patrimônio Cultural); Assessoramento (Gabinete do Secretário, Assessoria Especial e Núcleo de Informática); Gerência (Subsecretário de Estado da Cultura e Subsecretário de Estado de Patrimônio Cultural); Instrumental (Grupo de Recursos Humanos, Grupo de Administração, Grupo Financeiro Setorial e Grupo de Planejamento e Orçamento); Execução Programática (Gerência Técnico-Administrativa, Gerência

²¹ Todas as informações que contribuíram para a elaboração deste item foram disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, direta (por meio de correio eletrônico) e indiretamente (por meio de notícias publicadas no site da Secult e livros).

de Ação Cultural - Subgerência de Artes Cênicas, Subgerência de Artes Musicais, Subgerência de Artes Visuais, Subgerência de Audiovisual e Subgerência de Humanidades -, Gerência de Memória e Patrimônio - Subgerência de Patrimônio Cultural Material e Natural e Subgerência de Patrimônio Cultural Imaterial e de Bens Móveis -, Gerência do Sistema Estadual de Biblioteca, Gerência de Marketing Cultural e Orquestra Filarmônica do Espírito Santo); e Órgão de Regime Especial (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

No entanto, com o decorrer dos anos, diversas modificações foram realizadas na estrutura organizacional da secretaria, de modo a adequá-la às constantes necessidades próprias da dinâmica da gestão de políticas públicas culturais. Considerando tais adequações, a Secult iniciou a elaboração de um novo organograma organizacional, a ser disposto em Lei Complementar.

3.1.5.2 Gestão de pessoas

Na Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult), o setor responsável pela gestão de pessoas é o Grupo de Recursos Humanos (GRH), que atua em conjunto com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger). A partir do ano de 2012, quando sancionada a Lei Complementar nº 637, a Secult, assim como os demais órgãos do governo do Estado, passou a adotar a nova Política de Gestão de Pessoas dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, que garante instrumentos para promoção e progressão funcional dos servidores.

Atualmente, seguindo como referência o primeiro semestre do ano de 2013, a Secult é composta por 237 funcionários. Destes, 116 são servidores, 54 exercem cargos comissionados, 12 são servidores que atuam em cargo comissionado e 55 são estagiários. Estes números também incluem os profissionais que atuam na OFES: 47 servidores, 4 contratados por cargo comissionado e 1 servidor que atua em cargo comissionado.

De acordo com informações do GRH, a Secult não realiza capacitações e fóruns para gestores, mas informa e incentiva seus funcionários sobre as ações realizadas pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp). A Esesp é

vinculada à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) e promove ações de formação e desenvolvimento nas áreas de gestão e tecnologia administrativa para os servidores estaduais e municipais do Espírito Santo, visando a atender a Política de Capacitação dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Espírito Santo (Decreto 1.572-R, 03/11/05).

3.1.5.3 Canais de comunicação com a sociedade

A Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) é o setor que responde pela comunicação do órgão, garantindo a disseminação de informações de interesse público.

O setor é formado por quatro funcionários: dois jornalistas e uma publicitária - contratados sob o regime de cargo comissionado - e dois estagiários de Jornalismo.

Para realizar a divulgação de suas atividades e projetos, bem como o diálogo com a sociedade, a Secult estabelece contato com a imprensa e utiliza-se de veículos online. O site www.secult.es.gov.br é a ferramenta central de comunicação da secretaria, onde estão reunidas as principais informações do órgão, como legislações e agenda de eventos.

De acordo com levantamento feito na plataforma Google Analytics, o site da Secult recebe mais de 17.000 visitas por mês, sendo cerca de 9.500 visitas únicas. O levantamento considera o período de um ano, entre maio de 2012 e 2013.

A Secult também está presente nas principais mídias sociais, que são atualizadas diariamente. A página da secretaria no Facebook possui cerca de 3.500 seguidores e no Twitter o número é de cerca de 5.500 pessoas. Além dessas ações, a Assessoria de Comunicação da Secult elabora um boletim semanal com as principais atividades do período. O boletim é encaminhado via e-mail, para um mailing de cerca de 3.000 inscritos.

Vale reforçar que a Secult não possui ferramentas de comunicação em outros formatos, como impresso, áudio ou vídeo. Tal fato pode dificultar o alcance

da informação àquela parcela da população que não possui acesso à internet ou que não faz uso desse meio com frequência. Inclusive, durante as escutas públicas presenciais do Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo, a população propôs melhorias à comunicação entre a Secult e a Sociedade.

3.1.5.4 Atuação da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo

A Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo resente de informações sistematizadas e disponíveis sobre o seu desempenho. Tal lacuna - fruto de uma fragilidade no planejamento e da ausência de uma metodologia de trabalho padrão - inviabiliza a produção de dados consistentes e seriados, que possibilitem uma análise mais aprofundada sobre a sua atuação no cenário capixaba.

Além disso, a performance da Secult, apesar dos esforços e avanços, permanece marcada por descontinuidades e fragmentação. Essa realidade resultante, muitas vezes, de período eleitoral e/ou de transição de gestores é uma característica recorrente das administrações em todo o país. Não à toa, uma das principais expectativas em relação à criação dos Sistemas de Cultura é assegurar estabilidade e articulação às políticas culturais.

Por esses motivos, foram privilegiadas as ações mais recentes da Secretaria, realizadas entre os anos de 2009 e 2012, e que conservam/conservaram alguma continuidade no tempo.

Salienta-se que esse recorte temporal é marcado pela presença do Instituto de Ação Cultural e Social Sincades na execução de ações políticas públicas estaduais de Cultura. Criado em agosto de 2008, o Instituto - pessoa jurídica de direitos privado, sem fins econômicos - é fruto da iniciativa do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo (Sincades), que ao aderir ao Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Espírito Santo (Compete-ES), por meio do Compete nº 15, se comprometeu com o repasse de recursos financeiros para um fundo destinado a apoiar programas e projetos culturais e de inclusão socioculturais, realizados em parceria com o Governo do Estado.

A fim de facilitar a compreensão desse tópico, decidiu-se ainda por apresentar a atuação da Secretaria a partir de quatro grandes eixos, a saber: Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Subsecretaria de Ação Cultural, Funcultura e Equipamentos Culturais. Por fim, quando possível, são apresentadas informações organizadas em função da divisão regional da Setur, eleitas pelos agentes culturais do Espírito Santo para orientar as ações da Secult nos próximos anos.

3.1.5.4.1 Subsecretaria de Patrimônio Cultural

Para fins didáticos, as realizações da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, no período acima especificado, foram organizadas em três temas: Programa de Educação Patrimonial, Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial.

3.1.5.4.1.1 Programa de Educação Patrimonial

Em 2010, a Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, em parceria com o Instituto Sincades, deu início ao Programa de Educação Patrimonial com a realização de oito seminários de Educação Patrimonial nas regionais do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e do Batalhão de Polícia Militar Ambiental. Os eventos foram realizados nos municípios de Linhares, São Gabriel da Palha, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, Colatina e São Mateus, com o objetivo de incentivar técnicos, policiais ambientais e professores da rede de Escolas Família Agrícola a contribuir na identificação dos bens que compõem o patrimônio cultural capixaba; a conscientizar jovens e adultos das cidades e do meio rural sobre o significado dos bens para a formação da identidade cultural de sua comunidade; e orientar sobre a preservação dos bens culturais. Na ocasião foram distribuídos materiais informativos e assinado um termo de cooperação entre as instituições parceiras.

O ponto alto desta ação foi o “Seminário de Educação Patrimonial: educar para preservar”, realizado em Vitória, momento em que foi lançada uma Cartilha de Educação Patrimonial.

Nos dois anos seguintes, os seminários com foco na educação patrimonial continuaram e a ser desenvolvidos em parceria com o Instituto Sincades, com o objetivo de fortalecer a política de preservação por meio de ações que sensibilizam e conscientizam a população e os professores das escolas localizadas nos sítios históricos e em seu entorno sobre a importância do patrimônio cultural capixaba.

Em 2011, a ação alcançou cinco sítios históricos situados nos municípios de Colatina, Muqui, Santa Leopoldina, Mimoso do Sul e São Mateus. Já no ano de 2012, além destes, foram incluídos na programação os municípios de Conceição da Barra, Pancas e Vitória. Na capital, em setembro, foi lançada a publicação “Falando de Patrimônio Cultural: Cartilha de Educação Patrimonial” e assinado um protocolo de intenções visando à restauração de bens do patrimônio arquitetônico situados em oito municípios capixabas.

3.1.5.4.1.2 Patrimônio material

Além das atividades de educação patrimonial, a preservação do patrimônio material tombado envolve uma série ações, tais como a realização de assessoria técnica, a restauração e reforma de bens tombados, entre outras.

Nos últimos anos, várias parcerias foram firmadas, com diferentes instituições, a fim de restaurar, revitalizar e dar uso adequado a importantes símbolos da cultura capixaba. Nesse contexto, destacam-se o apoio do Instituto Sincades como um dos principais parceiros na restauração do Palácio Anchieta (2009) e do Teatro Carlos Gomes (2010), em Vitória; no projeto de restauro e equipamentos da Casa Lambert (2010), em Santa Teresa; no projeto de ambientação do Palácio das Águias, em Marataízes (2010); e na consultoria para a elaboração do Programa de Preservação dos Sítios Históricos do Espírito Santo (2010).

Além destes, encontram-se em fase de planejamento junto ao Instituto Sincades oito obras de restauro - duas na Região Metropolitana, três na Região do Verde e das Águas, três na Região dos Vales e do Café e uma na Região do Caparaó.

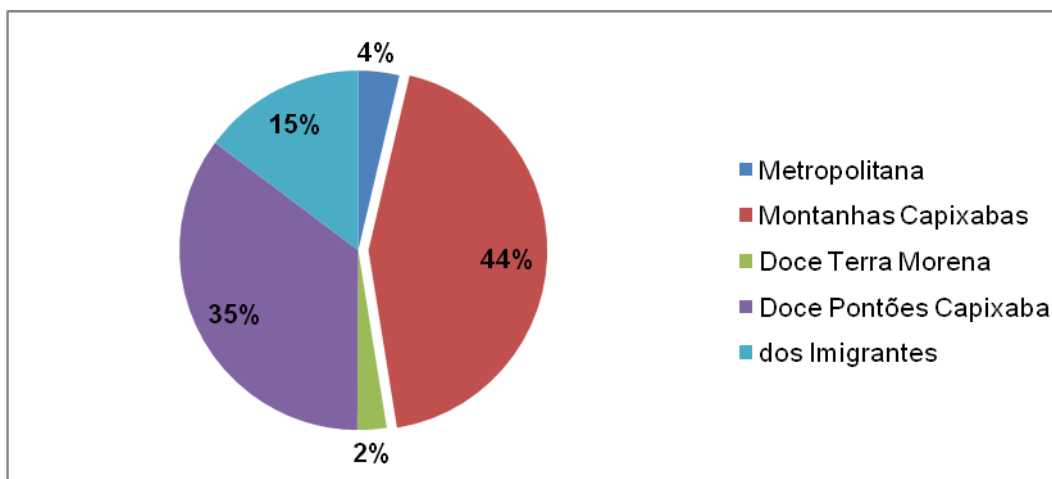
Outra parceria importante é realizada com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), cujo resultado mais expressivo foi a criação de uma linha de financiamento - o Fundap Social/Patrimônio Arquitetônico - com juros acessíveis aos proprietários ou usuários de imóveis tombados no âmbito estadual. O valor máximo do financiamento - disponível desde janeiro de 2011 - é de R\$ 50 mil.

Neste campo, evidenciam-se ainda a assessoria concedida pela Secult aos gestores municipais e proprietários de imóveis tombados por meio de visitas e do escritório técnico localizado em Muqui, que atende ao Sítio Histórico do município e ao de São Pedro de Itabapoana, em Mimoso do Sul.

Além do patrimônio edificado tombado, a Subsecretaria de Patrimônio Cultural também é responsável pela construção, reforma, ampliação e readequação de espaços culturais. Segundo o Relatório Secult 2012, a Gerência de Memória e Patrimônio encontra-se à frente da administração de nove convênios referentes a aquisições e obras em imóveis localizados nas regiões Metropolitana (Serra e Cariacica), Montanhas Capixabas (Afonso Cláudio e Castelo), Doce Pontões Capixaba (Baixo Guandu e Colatina), Doce Terra Morena (Ponto Belo), do Verde e das Águas (São Mateus) e dos Imigrantes (Santa Teresa). Ao todo, as obras somam um investimento de aproximadamente R\$ 5.715.000,00²².

²² Não foi considerado o investimento realizado nas obras de São Mateus, uma vez que os dados não constavam no relatório.

Figura 22 - Percentual de recursos conveniados, por região



Fonte: Relatório Secult (2012)

3.1.5.4.1.3 Patrimônio imaterial

Conforme explicitado no item 2.3 deste diagnóstico, a emergência de políticas públicas de Cultura voltadas para o patrimônio imaterial no cenário brasileiro é recente. No Espírito Santo a realidade não é diferente, assim, ao visitarmos o histórico das ações já realizadas nesta área do patrimônio cultural, poucas são aquelas que podem ser classificadas como de grande vulto, principalmente devido à falta, até o momento, de uma estrutura adequada de gestão da preservação desse patrimônio. A título de exemplo, o livro Cultura Presente, que apresenta o resumo das realizações da Secult no período de 2003 a 2010, mostra que as iniciativas focadas exclusivamente na proteção dos bens intangíveis compreenderam o apoio a festas das culturas tradicionais e populares; a realização de eventos; a publicação de dois editais específicos para a área; e a publicações diversas tais como o Atlas do Folclore Capixaba e o Manual de Iconografia do Espírito Santo.

Quanto ao registro do patrimônio imaterial, um importante passo foi dado na direção da identificação, documentação e salvaguarda das expressões culturais populares e tradicionais do Espírito Santo, com o Inventário do Congo. Iniciada em 2012, a ação que abarca pesquisas orais, históricas e bibliográficas tem sido conduzida em vários municípios do Estado - incluindo área rural, distritos, comunidades quilombolas, aldeias indígenas e vilas de pescadores. As

informações identificadas irão subsidiar o registro do bem cultural, bem como os planos de salvaguarda e as políticas de incentivo para garantir a viabilidade, a preservação, a transmissão e a atualização do Congo e das Bandas de Congo, dos Mestres e dos demais portadores desta tradição popular.

Também estão em curso o processo de licitação do Inventário do Patrimônio Cultural Indígena e a pesquisa sobre o patrimônio da imaginária das igrejas tombadas no Espírito Santo. Ademais, há demandas para o Registro dos Tapetes da Festa de Corpus Christi, em Castelo e o Registro do Ofício dos Catraieiros da Grande Vitória.

Ainda em 2012, a Secult em parceria com o Instituto Sincades executou o projeto Assuntando o Corpo de Baile. A ação voltada para a formação e a valorização dos saberes das culturas tradicionais promoveu o encontro de bailarinos da escola de Dança e Música Fafi, em Vitória, e os Mestres de bailado das comunidades quilombolas de Conceição da Barra e de São Mateus, colocando em diálogo a teoria e a prática da dança.

Outra iniciativa importante foi a realização do I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo. O evento, realizado em março de 2012, reuniu representantes de ciganos, indígenas, pescadores artesanais, pomeranos, quilombolas e comunidades de terreiros, que aprovaram a Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do ES, contendo uma série de demandas que em breve deverão ser publicadas. Uma das principais conquistas advindas da Carta foi a criação da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, aprovada pelo Decreto N 3248-R, de 11 de março de 2013.

Além de realizar o encontro, em 2012, a Secretaria também apoiou a organização de festas tradicionais e eventos relacionados ao fortalecimento da diversidade cultural, bem como a aquisição de instrumentos para bandas de congo e grupos de boi pintadinho. Através de convênios foram investidos cerca de R\$ 776.700,00 em ações nas regiões Metropolitana (Vitória), do Verde e das Águas (Conceição da Barra e Ibiraçu) e dos Vales e do Café (Muqui).

No que se refere aos marcos legais do patrimônio intangível, a Secult atua para a aprovação da Lei do Tesouro Humano Vivo, dispositivo recomendado pela Unesco para o apoio às condições de transmissão e reprodução das culturas

populares e tradicionais e que consiste na concessão de bolsas vitalícias aos mestres, em reconhecimento e como incentivo ao seu trabalho no repasse dos saberes às novas gerações.

O volume das realizações na área de patrimônio cultural, bem como das demandas colocadas pelos agentes culturais e a sociedade em geral nos Seminários Territoriais apontam para a necessidade de ampliar e aperfeiçoar as políticas públicas de Cultura voltadas para a preservação da diversidade cultural no Estado. A criação da Subsecretaria de Patrimônio Cultural representou um importante passo em direção a esse ideal. O segundo passo decisivo foi dado em novembro de 2012 com a realização do “Seminário de Gestão Pública para o Patrimônio Cultural - pela criação do Instituto do Patrimônio Cultural do Espírito Santo”. O Seminário abriu uma agenda de discussão que prosseguiu com a realização da 3ª Reunião do Fórum das Instituições Estaduais de Preservação do Patrimônio Cultural e a 2ª Jornada do Patrimônio Religioso da Imigração na metade do Século XIX no ES.

3.1.5.4.2 Subsecretaria de Ação Cultural

Nos tópicos abaixo, serão apresentados os principais programas, projetos e ações realizados pela Subsecretaria de Ação Cultural entre os anos de 2009 e 2012.

3.1.5.4.2.1 Pontos de Cultura

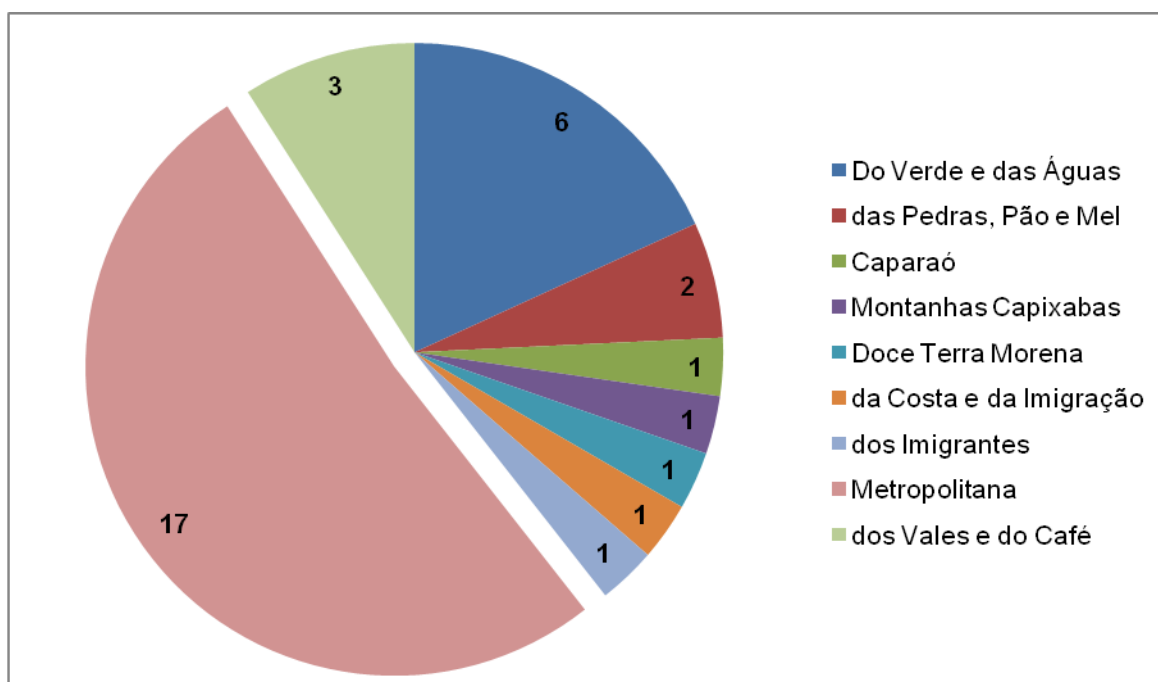
Projeto prioritário do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), os Pontos de Cultura são iniciativas da sociedade civil, que por meio de edital firmam convênio com o Poder Público para desenvolver e articular ações artístico-culturais. Os Pontos não possuem um modelo único, pelo contrário, são diversos em instalações físicas, programas e atividades. A marca comum a todos

é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade.

Segundo o MinC, de 2004 a 2010, foram apoiados 3.109 Pontos de Cultura em mais de 1000 cidades do Brasil. No Espírito Santo, dados de 2012 apontam a existência de 33 iniciativas contempladas: 20 Pontos conveniados à Secretaria de Estado da Cultura, cinco à Prefeitura Municipal de Vitória, cinco ao MinC e três Pontões.

Quanto à sua distribuição, os Pontos de Cultura estão em 15 municípios, de nove regiões do Estado. A maior parte - 17 Pontos - está localizada na Região Metropolitana, sendo que destes, dez estão em Vitória, três em Cariacica, dois em Guarapari e dois em Vila Velha.

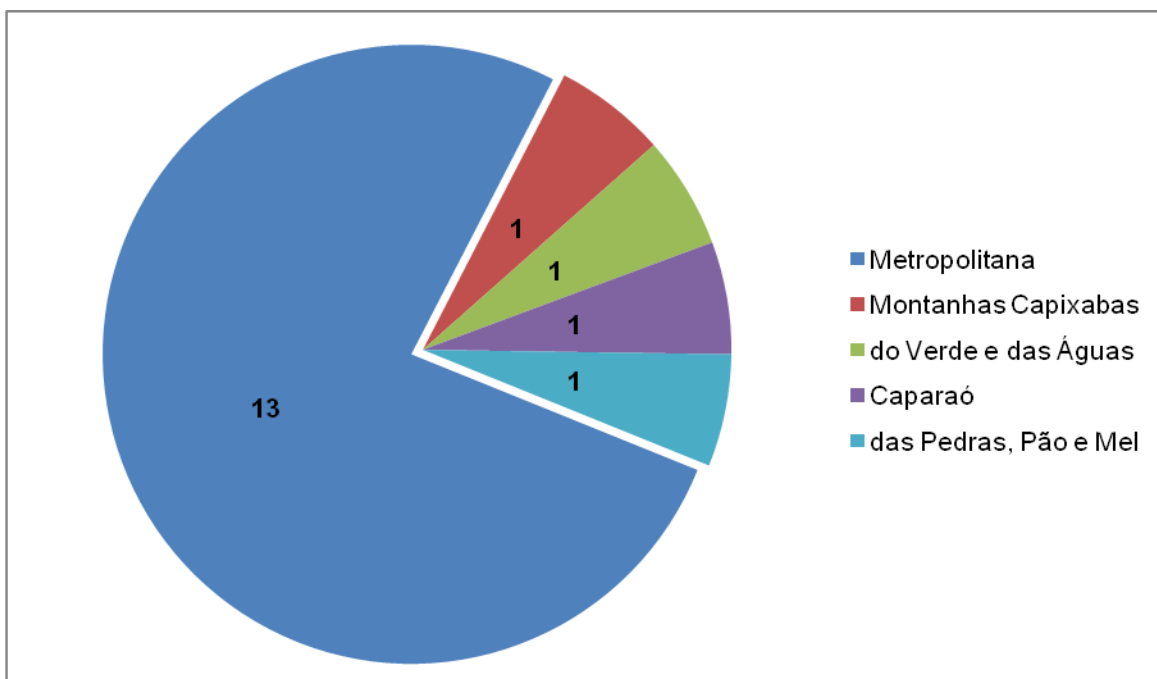
Figura 23 - Distribuição dos Pontos de Cultura, por região



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura do Espírito Santo (2012)

O Espírito Santo conta ainda com 17 Pontos de Leitura, espalhados por nove municípios, em cinco regiões e cinco Pontinhos - três localizados na Região Metropolitana e dois na região do Verde e das Águas.

Figura 24 - Distribuição dos Pontos de Leitura, por região



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura do Espírito Santo (2012)

Em 2012, os Pontos de Cultura, Pontões, Pontos de Leitura e Pontinhos do Estado se reuniram em torno da Teia-ES, espaço de integração que objetivou estabelecer as diretrizes que fundamentam a Rede de Pontos de Cultura do Espírito Santo.

3.1.5.4.2.2 Capacitação em atividades culturais

A Coordenação de Incentivo à Formação Artística e Cultural desenvolve várias ações voltadas para a capacitação e qualificação dos agentes de cultura nas mais diferentes áreas. Entre as ações realizadas pela coordenação tem destaque as oficinas ofertadas em parceria com a Fundação Nacional de Artes (Funarte), os cursos para músicos e mestres de bandas, as oficina das Mostras Capixabas de Audiovisual, as oficinas da sanfona e da viola e as oficinas de prática de montagem.

No entanto, cumpre ressaltar a falta de um programa que garanta a continuidade e o aprofundamento das ações de formação ofertadas pela Secult.

3.1.5.4.2.3 Mostras, festivais e outros eventos culturais

A Secretaria de Cultura realiza diferentes eventos voltados para o fortalecimento da diversidade artística no Espírito Santo. Entre as suas realizações, tem destaque o Festival ES de Dança, iniciativa que promove a reflexão sobre o cenário da dança no Estado e incentiva o intercâmbio entre os grupos capixabas e as companhias e pesquisadores de outras localidades.

O Festival ES de Dança - desenvolvido em conjunto com o Instituto Sincades, a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Serviço Social da Indústria (Sesi-ES), entre outros apoiadores - constitui um importante passo em direção à profissionalização da linguagem no Estado, que tem como um dos primeiros marcos a realização do Fórum de Dança, em setembro de 2010.

Realizado em 2011 e 2012, o Festival ES de Dança reuniu na Grande Vitória mais de 50 espetáculos locais, nacionais e internacionais que foram prestigiados por cerca de oito mil pessoas.

Ademais, a Secult é uma parceira imprescindível e constante em outros importantes eventos para o cenário da cultura no Espírito Santo, como o Vitória Cine Vídeo, o Festival de Teatro de Vitória, o Festival da Sanfona e da Viola de Mimoso do Sul, o Festival de Inverno de Domingos Martins, a Festa da Polenta de Venda Nova do Imigrante e o Festival de Teatro de Guaçuí. Nos últimos anos, a maior parte dessas parcerias foi incrementada com o envolvimento do Instituto Sincades.

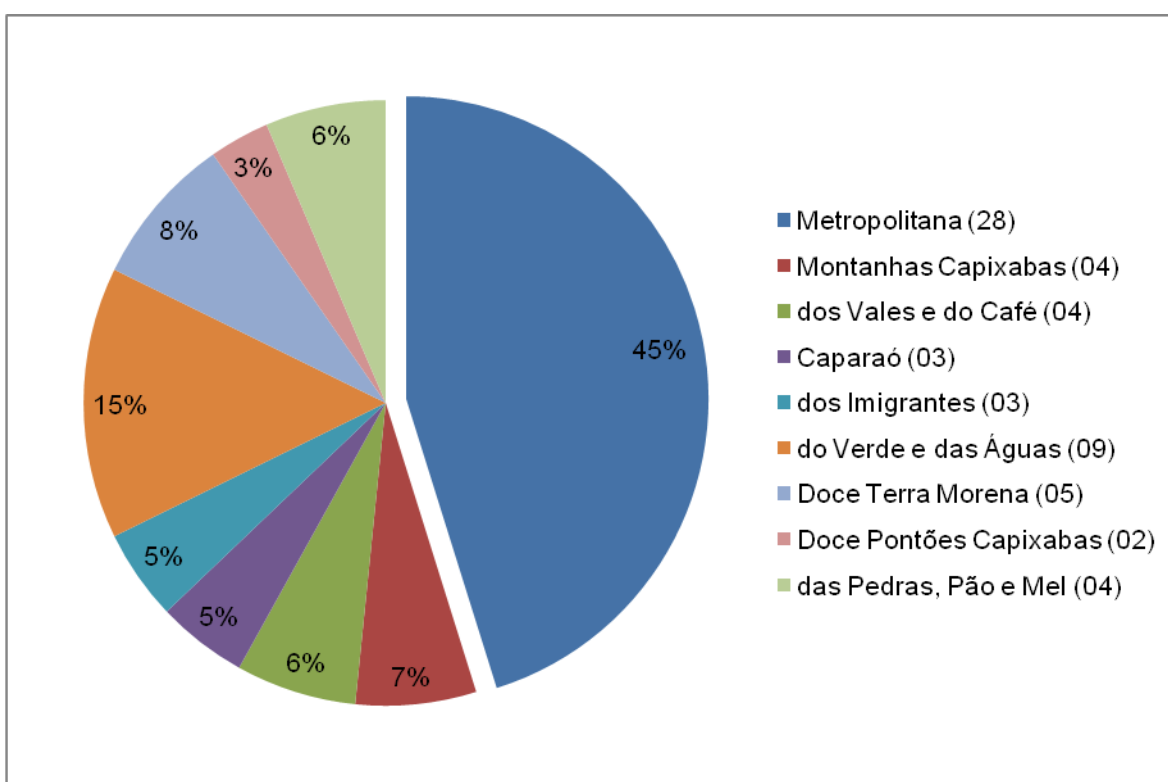
3.1.5.4.2.4 Programa Rede Cultura Jovem

O Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ) foi lançado em agosto de 2009 com o objetivo de desenvolver políticas culturais para as juventudes do Espírito Santo. Fruto de uma parceria entre o Instituto Sincades e a Secult, o PRCJ desenvolveu importantes ações voltadas para o fortalecimento das manifestações e interesses dos jovens, entre os quais se distinguem:

a) Formação Agente Cultura Jovem (FACJ):

A ação foi desenvolvida com objetivo de qualificar os jovens para mobilizar, conectar e dar visibilidade às iniciativas artísticas nas mais diversas regiões do Espírito Santo, por meio de formação presencial e à distância, teórica e prática. Em três anos de existência - 2009 a 2011 -, a FACJ formou 62 jovens de 27 diferentes municípios e 09 regiões. A região Metropolitana concentrou o maior número de jovens agentes, seguida pela região do Verde e das Águas.

Figura 25 - Distribuição dos Agentes, por região



Fonte: Programa Rede Cultura Jovem, 2012

b) Mostras Capixabas de Audiovisual (MCA):

As MCAs constituíram um esforço para democratizar o acesso à cadeia produtiva do setor, bem como propor aos jovens do Espírito Santo reflexões sobre suas realidades locais, a partir da experimentação da linguagem audiovisual.

Ao todo, as mostras envolveram 53 municípios de oito regiões do Estado. Sua realização foi resultado de parcerias com os poderes públicos estadual

e municipal - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria de Educação, prefeituras municipais -, com a sociedade civil organizada - Associação Diacônica Luterana, Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) -, entre outros atores.

A ampla programação da MCA começava com a realização de oficinas de fundamentos do audiovisual para os estudantes de ensino público dos municípios envolvidos. Os vídeos produzidos pelos jovens eram exibidos em um grande evento que reunia mostra competitiva, apresentações artístico-culturais, debates, entre outras atividades. Posteriormente, uma mostra itinerante fazia circular os vídeos a fim de exibi-los em outras cidades.

As MCAs foram organizadas em quatro diferentes temáticas: MCA Ambiental - Mova Caparaó (2004 a 2010) - foi realizada pela primeira vez em 2004, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura, o Consórcio Caparaó e as prefeituras do entorno do Parque do Caparaó, abrangendo 11 municípios da região homônima. Em 2009, esta ação foi incorporada ao portfólio do Programa Rede Cultura Jovem. Modelo de sucesso, a MCA Ambiental foi o protótipo para a expansão do projeto a outras regiões do Estado; MCA Rural (2009 e 2010) - com duas edições, a MCA Rural teve o compromisso de zelar pela riqueza do imaginário popular do campo e das vivências no interior. A ação abrangeu 16 municípios das regiões do Imigrante, das Montanhas Capixabas e da Costa e da Imigração; MCA Etnográfica (2010 e 2011) - centrada na porção noroeste do território espírito-santense, a MCA Etnográfica contou com o envolvimento de 13 municípios, de três diferentes regiões - Doce Pontões Capixaba, Doce Terra Morena e Pedra e Pão e Mel; e a MCA Histórico Cultural (2011) - foi criada com o objetivo de promover a riqueza dos patrimônios imateriais e arquitetônicos de 13 municípios localizados nas regiões dos Vales e do Café e da Costa e da Imigração.

A última edição da Mostra Capixaba de Audiovisual foi a Histórico-Cultural, realizada no município de Marataízes, em agosto de 2011.

c) Portal Yah!:

O Portal Yah! foi lançado em 2009, com o objetivo de colocar em circulação os produtos culturais das juventudes capixabas, bem como incentivar conexões e a utilização da web e de outras tecnologias comunicacionais como ferramentas de maior visibilidade às expressões dos jovens. Em menos de dois anos, o espaço virtual passou por duas grandes reformulações. A primeira no final de 2010, transferiu a plataforma do espaço virtual para o wordpress, software livre e gratuito, utilizado em todo o mundo devido o sistema eficiente e de fácil manipulação. Já a segunda notável mudança foi na natureza do portal, que perdeu o caráter de rede social, similar aos grandes sites de relacionamento, e passou a ter foco exclusivo na produção e difusão de conteúdos.

As alterações e melhorias, além de fazer parte da rotina de administração de sites e portais, demonstram o esforço do PRCJ em ampliar o acesso e a fidelidade dos internautas.

Em 2011 o Portal Yah! teve 91.888 acessos e 65.795 acessos únicos, enquanto que em 2012 esses números foram de 81.183 e 65.970, respectivamente.

d) Revista Nós:

Publicada semestralmente, a revista Nós - elaborada de maneira colaborativa por e para jovens - apresenta matérias jornalísticas, críticas culturais, resenhas, ensaios fotográficos, que de alguma forma tratam da produção artístico-cultural capixaba. As cinco edições lançadas totalizaram 23 mil exemplares que foram distribuídos no Espírito Santo e em outros Estados e países.

O amplo espaço para a experimentação e a criatividade rendeu à Revista Nós dois prêmios na área de design: o Troféu de Ouro na categoria Editorial Revista do 3º Prêmio de Incentivo a Criatividade na Produção Gráfica, promovido pela Gráfica GSA e o primeiro lugar no 2º Prêmio Ronaldo Barbosa de Design Gráfico Universitário, do Departamento de Desenho Industrial da Universidade Federal do Espírito Santo.

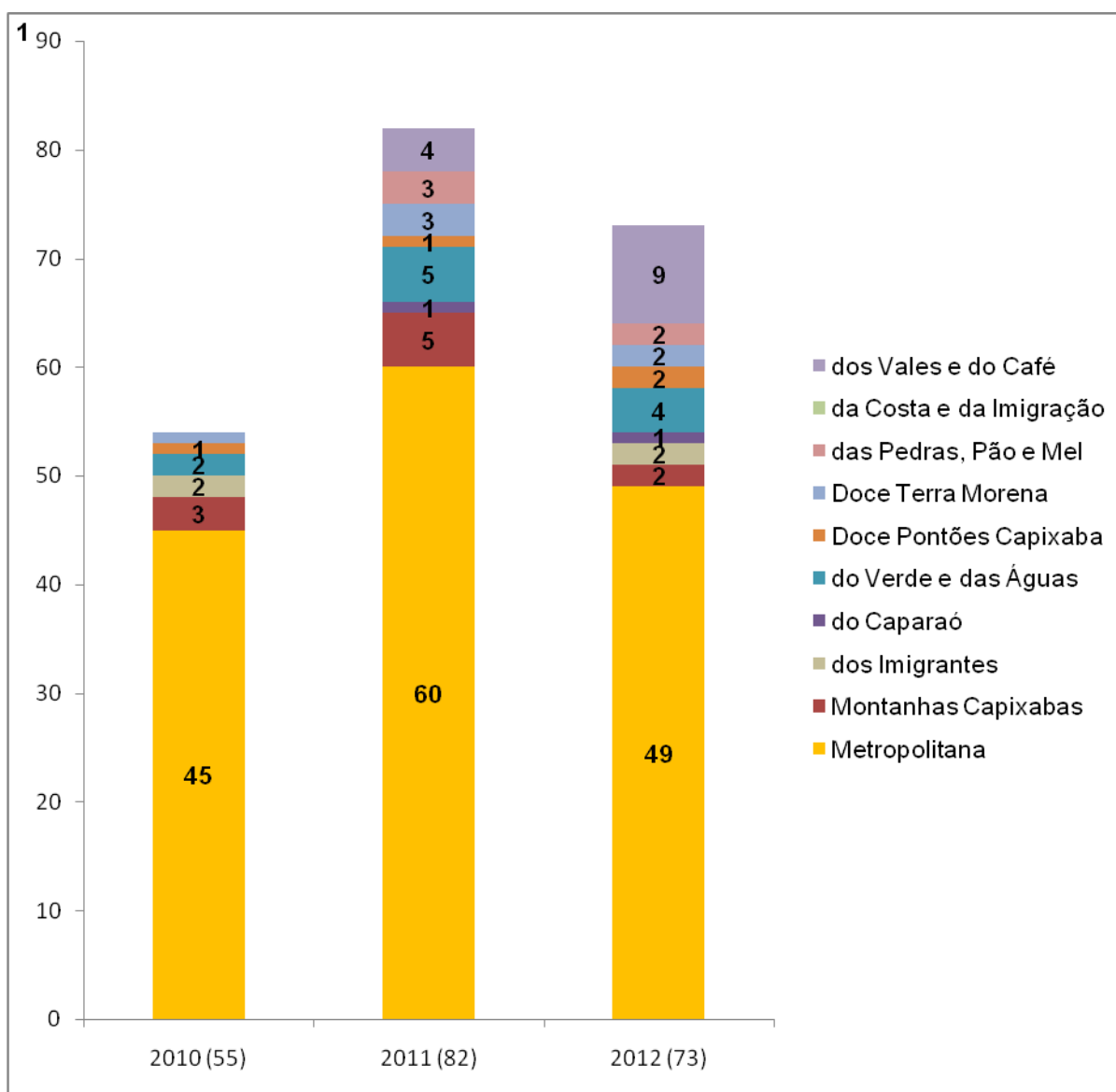
e) Editais Rede Cultura Jovem:

Presente desde o lançamento do Programa Rede Cultura Jovem, os editais têm o objetivo de incentivar e dar visibilidade às iniciativas artístico-culturais protagonizadas pelos jovens residentes no Espírito Santo.

Os editais contemplam tanto o jovem de forma individualizada - que pode se dedicar às pesquisas, formações e/ou produção em diferentes linguagens artístico-culturais - quanto coletivos juvenis de todos os campos da arte e da cultura.

É interessante destacar o espaço destinado à cultura digital nos editais Bolsa Cultura Tech (2011), Núcleo Cultura Tech (2012) e nas duas edições do Edital Núcleo Web TV (2011 e 2012). Além disso, as instituições que realizam projetos artístico-culturais com jovens também tiveram espaço, por meio dos editais Prêmio Cultura Jovem (2010) e Instituição em Rede (2011). Ao todo, os e beneficiaram direta e indiretamente cerca de 6370 pessoas. No gráfico abaixo, é possível visualizar a distribuição dos projetos contemplados nas regiões do Espírito Santo, por ano.

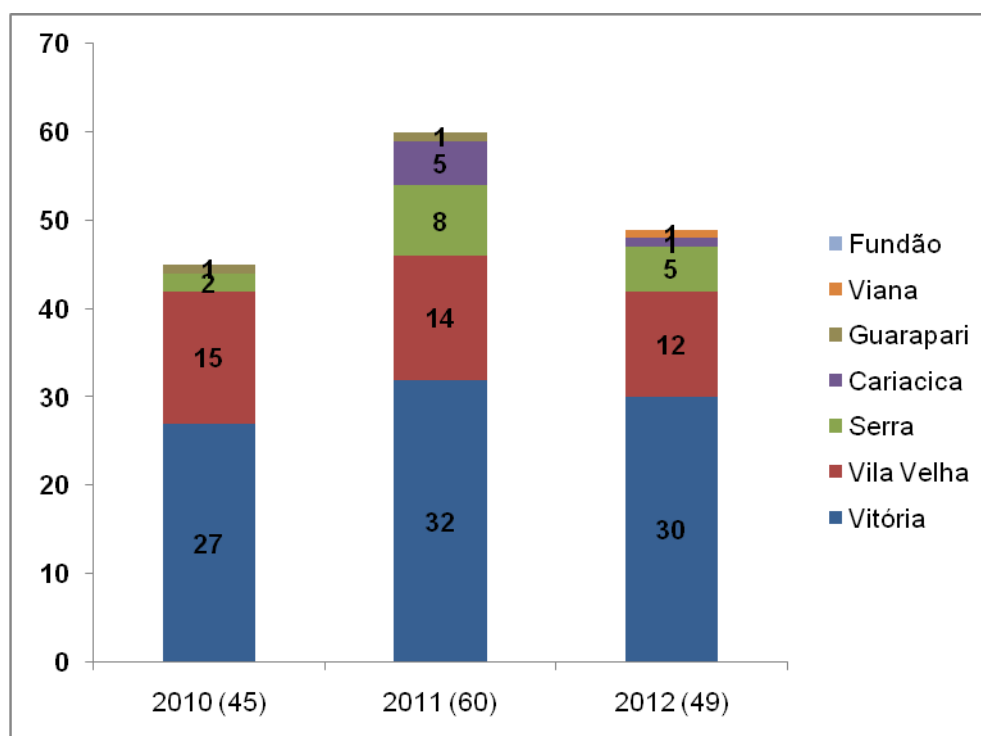
Figura 26 - Distribuição dos projetos contemplados nos Editais Rede Cultura Jovem, por região



Fonte: Programa Rede Cultura Jovem (2012)

Observa-se que a Região Metropolitana concentra 73% dos projetos selecionados em todas as edições dos Editais RCJ, seguida pela dos Vales e do Café com 6,1%. A região da Costa e da Imigração não foi contemplada pela ação em nenhum ano. Mesmo na Região Metropolitana há uma distribuição desigual dos projetos contemplados, uma vez que o município de Vitória centralizou aproximadamente 57,8% do total dos prêmios, como ilustra o gráfico a seguir.

Figura 27 - Distribuição dos projetos contemplados nos Editais RCJ, por município



Fonte: Programa Rede Cultura Jovem (2012)

O acesso desigual aos recursos oriundos dos editais não passou despercebido pela equipe do PRCJ que lançou a Cartilha de Orientação aos Jovens Artistas (Caja), nos formatos impresso e digital, e realizou oficinas pontuais de orientação para a elaboração de projetos para jovens de diferentes municípios.

Atualmente as ações do Programa Rede Cultura Jovem foram reduzidas aos Editais RCJ. Lançados em abril de 2013, eles passaram a integrar o escopo dos editais do Fundo Estadual de Cultura (Funcultura).

3.1.5.4.2.5 Cultura Presente

Em maio de 2011 o Governo do Estado lançou o Programa Estado Presente pela Vida, iniciativa que reúne um conjunto de ações integradas e transversais envolvendo secretarias de diferentes esferas de Poder e atores privados, para a promoção da cidadania e o combate à violência e criminalidade. Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Cultura articulou o “Cultura Presente”,

projeto que propõe a realização de ações de diferentes linguagens artístico-culturais em áreas de vulnerabilidade social, ampliando o acesso à produção, difusão e fruição cultural.

Em 2012, o “Cultura Presente” promoveu oito apresentações da Orquestra Filarmônica nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra; levou 83 atrações culturais a 11 bairros localizados em Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória; realizou seis temporadas do Circo Cultura Presente em Serra e Viana; e executou 43 oficinas de teatro, dança, capoeira, circo e discotecagem nos municípios da Região Metropolitana.

Ao Programa Rede Cultura Jovem coube representar a Secult nas Ações Integradas pela Cidadania, evento que reúne em um mesmo lugar diferentes serviços gratuitos para a população local, bem como oficinas e atrações culturais.

No mesmo período, o Programa realizou a Mostra de Audiovisual Meu Lugar nos municípios de Viana, Serra, Cariacica e Vila Velha. Ao todo, quarenta estudantes de ensino médio da rede pública estadual participaram das oficinas básicas de linguagem cinematográfica, onde produziram filmes de curta-metragem que posteriormente foram exibidos para cerca de mil espectadores, nos bairros que receberam as oficinas e em outras diferentes localidades. Dentre os vídeos produzidos, dois foram selecionados para participarem do 6º Festival Visões Periféricas, no Rio de Janeiro, um importante espaço de visibilidade, aprendizado e reflexão para jovens autores e suas obras.

3.1.5.4.3 Fundo Estadual de Cultura

Desde 2009, a Secult por meio do Funcultura, lança editais com o objetivo de tornar transparente e democrático o acesso aos recursos disponíveis para o fomento das atividades culturais²³.

Anualmente, novos editais são lançados, outros aprimorados e alguns suprimidos. A dinâmica de inclusão e exclusão é discutida pela Secult junto ao

²³ Antes de 2009 a Secult já havia realizado alguns editais com os recursos orçamentários oriundos da própria Secretaria. Contudo, foi a partir desse período que a prática dos editais se tornou sistemática e o Funcultura passou a financiá-los.

Conselho Estadual de Cultura, que define os objetos de financiamento de cada ano. Apesar das mudanças, alguns editais mantêm continuidade, estando presente em várias edições. São eles, por área:

a) Artes cênicas:

- Edital de Circulação de Espetáculos de Artes Cênicas (2008-2012): Realizado com o objetivo de fazer circular pelos municípios capixabas espetáculos de teatro e de dança de grupos ou solo, produzidos no Espírito Santo

- Residência de grupos de artes cênicas nas áreas de teatro e dança (2009 a 2012): Prêmio concedido para grupos de teatro e dança, a fim de desenvolver sua qualificação e crescimento, ampliar a formação de plateias e fomentar a produção cultural de qualidade. Ao final da residência, o grupo participante se compromete em dar uma contrapartida a sociedade, por meio de atividades abertas ao público e apresentação gratuita do espetáculo. Em 2012, o edital foi desmembrado em um específico para residência de grupos de dança e outro para residência de grupos de teatro.

- Produção de ópera com qualificação (2009 a 2012): Voltado para a produção de ópera e qualificação de profissionais que atuam nessa área no Estado.

- Produção de números circenses (2009 a 2012): Edital destinado a apoiar produção de circos, trupes, empresas, grupos circenses e de teatro de rua. Em 2010 o edital não foi lançado, pois a edição de 2009 ainda estava em execução.

b) Música:

- Edital de Circulação de Show Musicais (2008 - 2012): Com cinco edições, este edital visa à incentivar a circulação de shows musicais, produzidos no Estado, de solistas ou grupos, nos gêneros popular e erudito, pelos municípios capixabas.

- Edital de Incentivo à Produção de Disco de Música (2008-2012): Presente desde 2008 - com um hiato em 2009 - contempla a gravação de CDs, nas áreas da música popular e erudita, de músicos ou grupos, estreantes e não estreantes, residentes no Espírito Santo.

c) Artes visuais:

- Edital Bolsa Ateliê de Artes Visuais (2008-2012): Voltado para artistas e grupos interessados em produção e pesquisa na área de artes visuais, com acompanhamento de um orientador.

d) Audiovisual:

- Produção de Documentários em vídeo realizados no Espírito Santo (2008 a 2012): Concessão de apoio financeiro a projetos de documentários com foco no fortalecimento da identidade capixaba.

- Criação de Roteiros de Longametragem (2009 a 2012): Edital com objetivo de incentivar a formação de novos cineastas, bem como a produção de roteiro de longametragens inéditos. O edital foi lançado pela primeira vez em 2009, ficou no ostracismo em 2010 e foi retomado em 2011 no modelo de bolsa de produção.

- Finalização de obras cinematográficas (2008 a 2012): É voltado para a finalização de curta-metragem integralmente filmado e produzido no Espírito Santo. A partir de 2010, o apoio foi direcionado para a finalização de obras cinematográficas integralmente filmadas e produzidas no Estado.

- Produção de Curta Metragem de Ficção (2010 a 2012): Concede recursos para a produção de obras cinematográficas de curta-metragens de ficção realizadas no Espírito Santo.

- Produção de longametragem (2009 a 2012): Objetiva a produção de longametragem no gênero de ficção, em mídia digital, realizado no Espírito

Santo. Em 2010, o edital não foi lançado, pois a edição de 2009 ainda se encontrava em execução.

e) Transversal:

- Auxílio locomoção para artistas, estudiosos ou técnicos (2008-2012): Objetiva custear as despesas com locomoção de artistas, técnicos e estudiosos, convidados a participar de eventos e/ou cursos nas áreas da cultura, realizados por instituições brasileiras ou estrangeiras. Nesse sentido, promove a circulação e o intercâmbio dos agentes culturais residentes no estado pelo Brasil e mundo.

- Projetos culturais de pequeno porte (2010 a 2012): Edital com foco na mobilização cultural de comunidades. A partir de 2011, a ação foi regionalizada, com a divisão dos prêmios entre os municípios com até 80 mil habitantes e aqueles com mais de 80 mil habitantes.

- Criação e/ou manutenção de site de cultura (2009 a 2012): O edital destina prêmios para projetos de criação ou manutenção de sites de cultura e de instituições culturais.

f) Patrimônio Cultural:

- Prêmio Renato Pacheco (2008-2012): É voltado para a aquisição de indumentárias, adereços e instrumentos musicais com vistas a salvaguardar e preservar as atividades e manifestações populares e tradicionais do Espírito Santo.

- Prêmio Mestre Armojo do Folclore Capixaba (2009 a 2012): Objetiva reconhecer e valorizar os mestres de diferentes manifestações artístico-culturais, bem como conceder o título de Mestre da Cultura Popular do Estado do Espírito Santo aos contemplados.

- Inventário e Conservação e Reprodução de acervos (2010 a 2012): Voltado para acervos de colecionadores ou instituições particulares

disponíveis ao público, o edital visa à apoiar financeiramente o inventário, a conservação e a reprodução de acervos, transformando-os em fontes de pesquisa e informação.

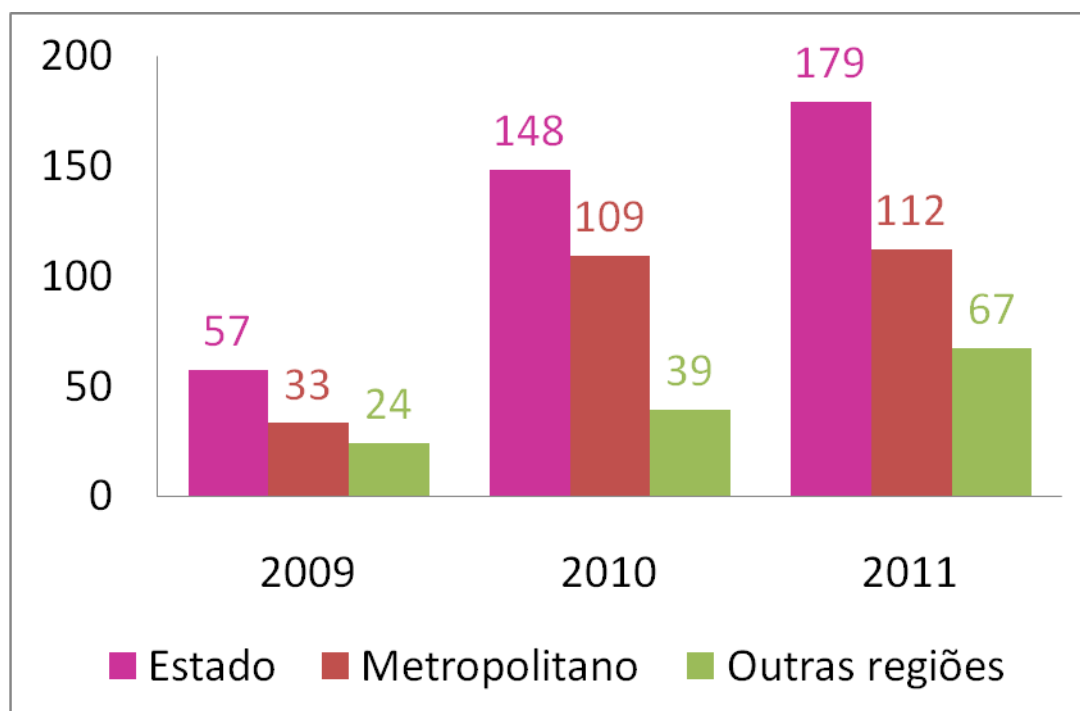
g) Literatura:

- Criação e difusão de história em quadrinhos (2010 a 2012): Destinado a criação e publicação de histórias em quadrinhos inéditas.

- Edição e difusão de obras literárias (2008 a 2012): O Edital visa à incentivar a edição e difusão de obras literárias inéditas de autores residentes no Espírito Santo, estreatantes e não estreatantes.

Assim como acontece nos Editais Rede Cultura Jovem, uma das características mais marcantes dos editais do Funcultura é a centralização dos contemplados na Região Metropolitana. Na figura abaixo é possível observar essa tendência:

Figura 28 - Número de projetos, por ano e região

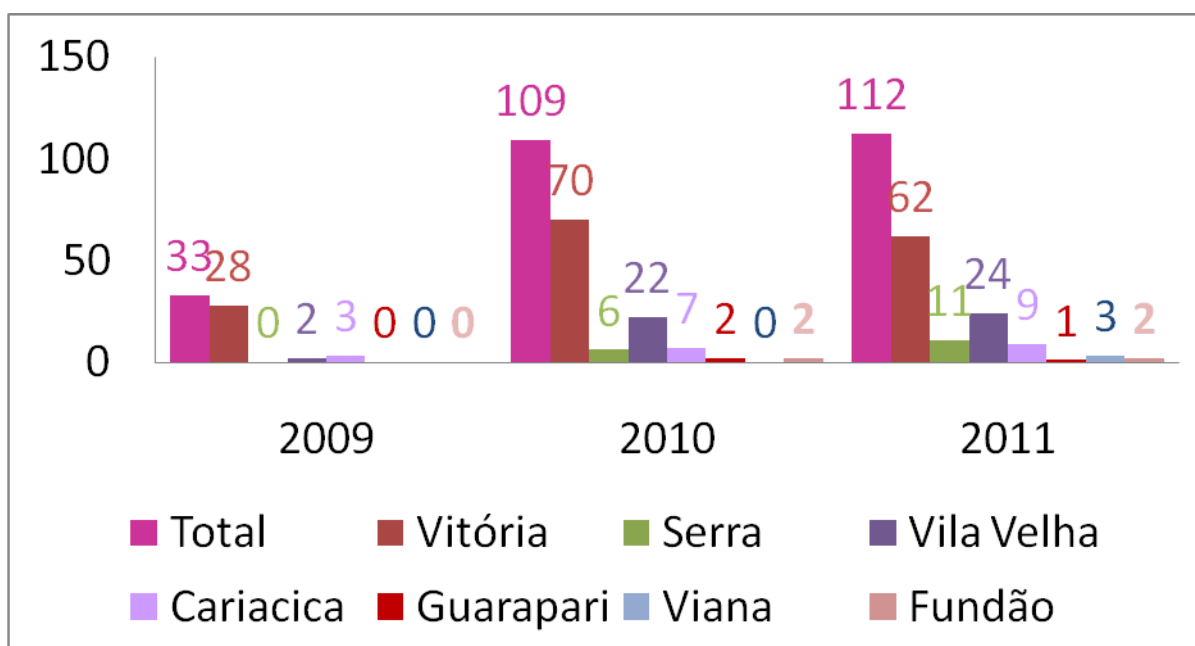


Fonte: Funcultura (2012)

Percebe-se que a Região Metropolitana, em 2009, concentrou 57,9% dos projetos contemplados. O ápice foi em 2010, quando os projetos aprovados pela região representaram 73,65% do total. Já em 2011, o percentual foi de 62,57%.

A concentração de projetos contemplados também se dá na Região Metropolitana, uma vez que a cidade de Vitória centraliza a maior parte dos projetos aprovados.

Figura 29 - Distribuição dos projetos contemplados nos Editais Funcultura, por município



Fonte: Funcultura (2012)

Para democratizar o acesso aos recursos dos editais, a equipe do Funcultura realiza reuniões de capacitação em elaboração de projetos, com o objetivo de esclarecer os trâmites legais, fornecer as informações necessárias para o correto preenchimento dos formulários de inscrição e assim, ampliar o alcance dos benefícios para uma maior quantidade de pessoas. Porém, essas ações são pontuais - realizadas no período de inscrição dos editais - e não atendem a todos os municípios capixabas.

Quanto aos produtos culturais gerados por alguns dos editais, ressalta-se que não existe uma política sistematizada sobre a sua distribuição e acomodação.

3.1.5.4.4 Equipamentos culturais administrados pels Secult

A Secretaria de Estado da Cultura é responsável pela administração de seis espaços e equipamentos culturais. São eles: o Teatro Carlos Gomes, a Biblioteca Pública Estadual, o Museu de Artes do Espírito Santo - MAES, a Galeria Homero Massena, o Museu do Colono e a Orquestra Filarmônica do Espírito Santo. Com exceção do Museu do Colono - localizado no município de Santa Leopoldina - todos os outros equipamentos estão situados em Vitória. Além destes, encontra-se em fase de construção o complexo cultural Cais das Artes, previsto para inaugurar em 2014.

Por fim, destaca-se o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que possui autonomia em relação a Secult, mas que também foi considerado nesse diagnóstico pela sua relevância.

3.1.5.4.4.1 Orquestra Filarmônica do Espírito Santo

A Orquestra Filarmônica do Espírito Santo foi criada em 1977 - por meio de um projeto elaborado por Sônia Cabral, então Coordenadora de Música Erudita da Fundação Cultural do Espírito Santo - e se firmou em 1986, com a criação de um quadro próprio de músicos. Em 2004, a Ofes passou por uma reestruturação, pela qual foi possível realizar novo concurso público para músicos.

Mantida pela Secretaria de Estado da Cultura, a Ofes concentra a maior parte de suas atividades na Região Metropolitana. Seu calendário é composto principalmente pelas seguintes séries:

a) Concertos Sinfônicos:

Realizada uma vez por mês no Theatro Carlos Gomes (Vitória), com ingressos a preços populares ou gratuitos, conta com a participação de grandes solistas e maestros convidados.

b) Quarta Clássica:

Criada em 2007, a série é apresentada uma vez por mês, sempre as quartas-feiras, também no Theatro Carlos Gomes, com foco na formação de plateia.

c) Espírito Santo Concertos Itinerantes:

Nesta série, a Ofes faz apresentações gratuitas nos diversos municípios capixabas com o objetivo de democratizar o acesso à cultura no interior do Estado. Entre 2009 e 2012, 19.200 pessoas assistiram a Orquestra em suas cidades.

d) Concertos nas Escolas:

É responsável por levar a música de concerto às escolas públicas da Região Metropolitana. Nesses concertos, a Orquestra se apresenta completa e os músicos dão explicações sobre seus instrumentos.

Além destes, a Orquestra realiza outros concertos especiais ao longo do ano.

Em 2012, a Ofes entrou na programação do Programa Cultura Presente com a série *Orquestra nos Bairros*. Com objetivo de aproximar o público da música clássica, os concertos envolvem conversas sobre as obra e autores apresentados, bem como sobre o funcionamento da Orquestra. Ao todo foram realizadas oito apresentações nos bairros dos municípios de Serra, Vitória e Vila Velha para 8000 espectadores²⁴.

A Ofes, por meio da parceria com o Instituto Sincades, também se apresentou no Concerto de Aniversário de Vitória e no Concerto de Natal, realizados em 2011 e 2012, na capital.

3.1.5.4.4.2 Biblioteca Pública do Espírito Santo

O Espírito Santo possui estruturado desde a década de 1990, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, sendo o mesmo um setor no organograma da

²⁴ Sobre o Cultura Presente, ver item 3.1.5.4.2.5 deste diagnóstico.

Secretaria de Estado da Cultura que dá suporte técnico e organizacional às Bibliotecas Municipais e Comunitárias, por meio de cursos, treinamento, fóruns e repasse de acervos bibliográficos.

Também fazem parte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas dez unidades instaladas nos terminais do Sistema de Transporte Coletivo da Região Metropolitana, por meio de parceria com a entidade Universidade para Todos que atualmente está em fase de reformulação. O sistema possui ainda três unidades da Biblioteca Móvel - serviço de itinerância da Biblioteca Pública Estadual que leva serviços básicos de biblioteca às comunidades que fazem parte do Programa Cultura Presente, para fomentar o interesse pela leitura nesses bairros da Região Metropolitana.

3.1.5.4.4.3 Theatro Carlos Gomes

Tombado pelo Conselho Estadual de Cultura, em 1983, o Theatro Carlos Gomes (TCG) é um dos mais antigos do Espírito Santo. Inspirado no teatro Escala, de Milão, o TCG já foi palco de grandes companhias de artes cênicas, shows musicais, exposições audiovisuais, entre outras atrações.

Em 2011, o Theatro Carlos Gomes recebeu 44.817 espectadores, o que correspondeu a uma média de 3734 pessoas por mês. Já em 2012 o público foi de 17.267 espectadores, o que consistiu em uma média mensal aproximada de 1439 pessoas.

3.1.5.4.4.4 Galeria Homero Massena

A galeria Homero Massena foi criada em 1977 e constitui um dos primeiros espaços no Espírito Santo com a finalidade de abrigar exposições de artes. Desde o início a Galeria mostrou sua vocação para abrigar não só artistas reconhecidos, mas também os iniciantes, dando visibilidade e legitimidade aos seus trabalhos.

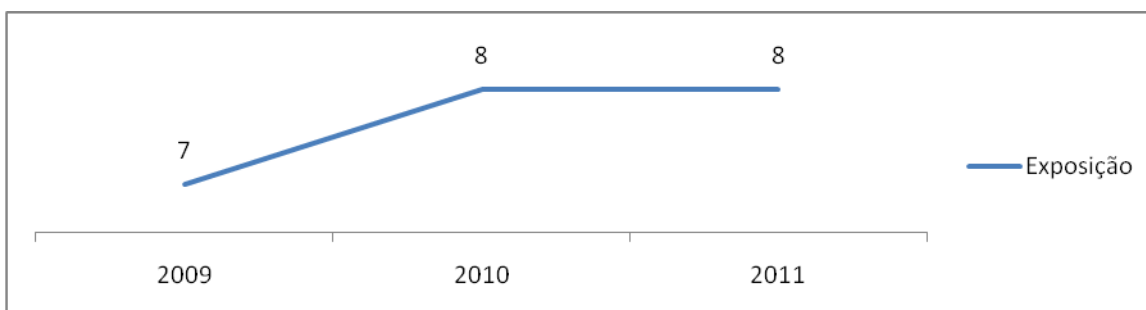
De fato, ao traçarmos um panorama do desenvolvimento das políticas públicas do Estado para as Artes Visuais, percebemos a importância da Galeria

Homero Massena como peça chave no processo de profissionalização de artistas locais, complementando o trabalho da Universidade Federal do Espírito Santo, ao atuar como difusora e fomentadora da produção desses artistas. Muitos deles iniciaram suas trajetórias expondo na Homero Massena nos anos de 1970 e 1980 e hoje se afirmam como figuras de destaque no contexto da produção artística capixaba.

A Galeria Homero Massena é uma instituição que mesmo após mais de 30 anos de funcionamento sem interrupções, ainda preserva as principais políticas que nortearam as ações para o espaço: o modelo não essencialmente comercial, a preocupação com a formação de público e aspectos ligados ao próprio acesso a bens artísticos numa Vitória carente de espaços expositivos.

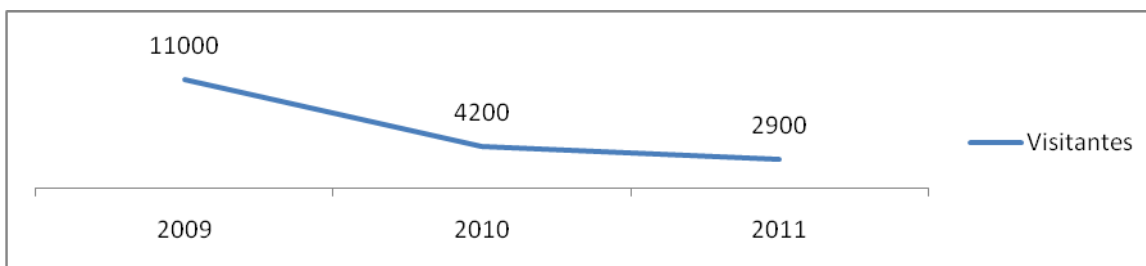
Entre 2009 e 2011 foram realizadas 23 exposições, selecionadas por meio de edital de uso do espaço da Galeria que receberam ao todo um público de mais de 18 mil pessoas. Nos gráficos abaixo é possível acompanhar a distribuição das exposições e o volume de visitantes, por ano.

Figura 30 - Realização de exposições na Galeria Homero Massena, por ano



Fonte: Galeria Homero Massena (2013)

Figura 31 - Número de visitantes nas exposições da Galeria Homero Massena, por ano



Fonte: Galeria Homero Massena (2013)

3.1.5.4.4.5 Museu de Artes do Espírito Santo

O Maes está localizado no Centro de Vitória em um prédio construído a partir do projeto arquitetônico do tcheco Joseph Pitilick e concluído em 1925. O museu foi aberto em 18 de dezembro de 1998, atendendo a uma antiga demanda dos intelectuais e artistas capixabas. Sua inauguração se deu com a exposição individual do consagrado artista capixaba Dionísio Del Santo, que foi homenageado posteriormente nomeando a instituição, dada sua representatividade e doação de 80 obras ao museu.

O acervo do Maes está à disposição da sociedade por meio do programa de catalogação digital desenvolvido em conjunto com o Museu Nacional de Belas Artes.

O Maes está técnica e fisicamente preparado para realizar exposições do seu acervo e receber exposições locais, nacionais e internacionais, possuindo uma área expositiva com cinco salas e hall, uma biblioteca com aproximadamente 3.000 títulos nas áreas de artes plásticas, arquitetura, design, patrimônio e museologia, constando de livros, revistas, catálogos, vídeos, DVDs e fotografias, além de um auditório com capacidade para 40 pessoas. De sua abertura até a atualidade, o museu apresentou a sociedade capixaba 50 exposições, dentre artistas capixabas, nacionais ou nomes internacionais consagrados da história da arte.

Seu acervo artístico é composto por 603 obras de representantes da arte capixaba e brasileira, além de alguns nomes americanos e sul americanos. Fazem parte do acervo do MAES a Coleção Maurício Salgueiro, a Coleção Dionísio Del Santo, a Coleção Nice Avanza, a Coleção Raphael Samú, a Coleção ECO ART e a recente aquisição da Coleção Elpídio Malaquias, além de outros nomes.

Além das mostras, o museu tem se firmado como espaço aberto e destinado à reflexão sobre a contemporaneidade da arte. O setor Educativo do museu, por meio da curadoria educativa, traz em seu programa questionamentos sobre a exposição que se aplicam de maneira universal aos nossos tempos e indagações, por meio de ações educativas, palestras, formação de professores e

educadores, oficinas e mostras audiovisuais, bem como disponibilização de material pela internet.

O Maes possui um Conselho Consultivo formado por sete representantes de instituições de artes visuais capixabas e nacionais, de instituições de ensino, assim como da sociedade civil, que auxiliam na definição e realização das diretrizes conceituais e museológicas do Museu, bem como na elaboração do calendário de exposições e ações educativas e socioculturais.

3.1.5.4.4.6 Museu do Colono

O Museu do Colono, localizado no município de Santa Leopoldina, possui um acervo de aproximadamente 600 peças entre mobiliário, cristais, porcelanas, fotografias, livros e pinturas, remanescente de uma família de imigrantes: a família Holzmeiste. Localizado em um casarão de dois andares construído por volta de 1877 para servir de moradia aos Holzmeister, a edificação foi adquirida pelo Estado em 1969. Anos depois, o prédio do Museu foi tombado pelo patrimônio estadual pela Resolução nº. 05, de 30 de julho de 1983, publicada no Diário Oficial de 06 de agosto de 1983.

3.1.5.4.4.7 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), órgão vinculado à Secult, é responsável por recolher, preservar e dar acesso à documentação produzida e acumulada pelo Executivo Estadual - foi criado em julho de 1908, como um anexo da Biblioteca Pública. Seu acervo é formado por documentos microfilmados - compreendidos no período de 1534 e 1822, bem como documentos originais datados a partir de 1768.

Entre as ações realizadas pelo órgão, destacam-se o Programa de Gestão Documental (PROGRED) que tem o objetivo de implantar uma política de gestão documental, bem como preservar o patrimônio documental do Espírito Santo. Os municípios podem ter acesso a esse programa por meio de convênio que garante

cooperação técnica para a padronização dos procedimentos de produção, tramitação, análise, seleção e arquivamento de documentos públicos. Em contrapartida, o conveniado terá que criar o Arquivo Público Municipal, segundo as normas da legislação federal em vigor e do Conselho Nacional de Arquivo.

Além disso, independente do convênio, o APEES orienta os municípios sobre os seus acervos, a partir das demandas colocadas por eles. O Arquivo também atende as demandas municipais. Um exemplo é o programa Arquivo Itinerante que fornece aos descendentes dos imigrantes europeus informações existentes na base de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo, por meio de uma unidade móvel de apoio.

Destaca-se ainda a presença de um Acervo do Audiovisual no Arquivo Público. Os títulos constantes do acervo correspondem àqueles conservados pela Cinemateca Brasileira, com a qual o APEES mantém acordo de cooperação técnica. É importante ressaltar que o Arquivo Público é membro da Associação Brasileira de Preservação do Audiovisual e do Sistema Brasileiro de Informações Audiovisuais (Sibia).

Os usuários têm acesso aos documentos audiovisuais, por meio dos equipamentos disponíveis para cada mídia. No caso dos filmes em película, eles podem ser visualizados na mesa de processamento técnico manual (mesas enroladeiras). Os filmes do APEES são cópias de preservação. É restrita a projeção dos filmes em película de acetato ou poliéster, pelo fato de serem exemplares únicos destinados à preservação. Caso o consulente requirir cópia dos filmes, o material é analisado e disponibilizado para cópia ou telecine em formato digital.

O acervo do arquivo é composto por:

- a) Série TV Gazeta: 6.434 de filmes em película cinematográfica, contendo reportagens feitas para os telejornais da emissora capixaba entre os anos de 1975 a 1980;
- b) Acervo geral: 118 filmes produzidos no Espírito Santo;
- c) Filmes de propaganda do Poder Executivo Estadual;
- d) Cinejornais da produtora Espírito Santo Filmes da década de 1970;
- e) Filmes de autores capixabas que pertenceram a instituições como a Divisão de Memória do Departamento Estadual de Cultura (DEC);

- f) Filmes de instituições ativas que, por solicitação, tiveram seus acervos recolhidos pelo APEES para guarda e conservação;
- g) Filmes documentários e de ficção de realizadores capixabas depositados por seus autores ou produtores para guarda pelo APEES.

3.1.5.4.4.8 Cais das Artes

O Cais das Artes - conjunto arquitetônico que compreenderá um Teatro com capacidade para 1300 espectadores, preparado para usos múltiplos - encontra-se em construção desde 2010. Sendo um dos principais investimentos do Governo do Estado no setor cultural, com previsão de inauguração em 2014, o Cais das Artes pretende ser a sede de múltiplas atrações na vida cultural da cidade de Vitória, contendo também um museu com área expositiva de 3.000 metros quadrados, cafés, livrarias e espaços para espetáculos cênicos e exposições ao ar livre, qualificando o espaço para entrar na rota de eventos que circulam pelas grandes capitais brasileiras.

3.1.6 Demais instâncias de gestão da cultura

Além dessa estrutura de gestão, o Espírito Santo possui também duas instâncias públicas especiais dedicadas à cultura: o Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA), ligado ao Ministério Público Estadual; e a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).

Ao CAO A cabe, entre outras funções, incentivar a adoção de medidas de proteção do patrimônio cultural, acompanhando os conselhos ligados a essa área e zelando pelo cumprimento de determinações legais.

Já as Comissões Permanentes da ALES, segundo seu regulamento, têm por finalidade “apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito

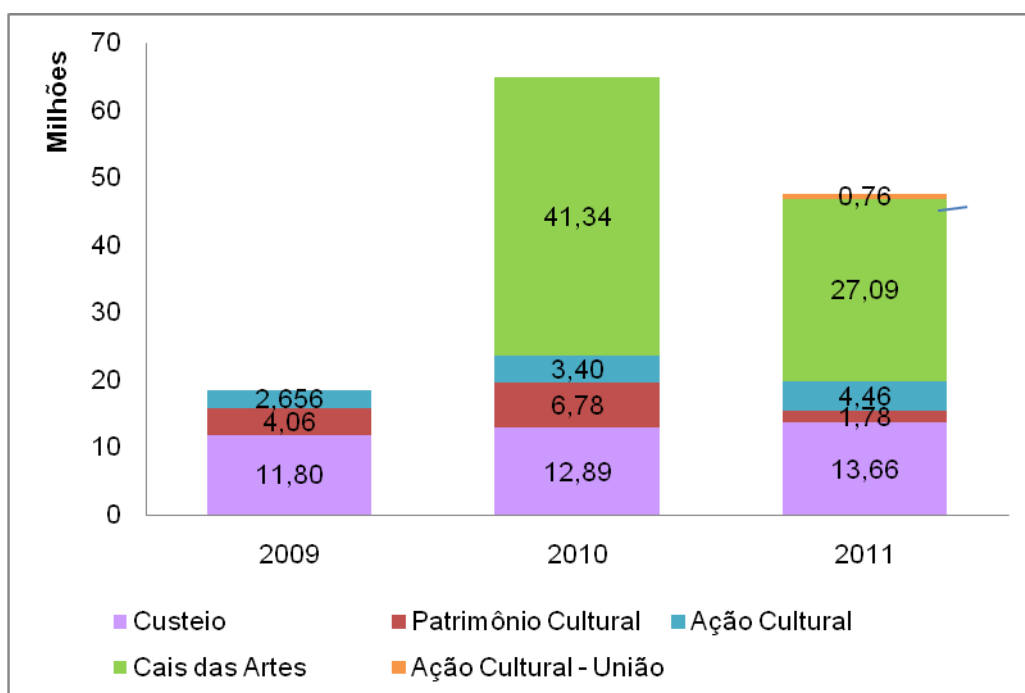
dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação”. Entre os temas apreciados, estão a preservação, promoção e desenvolvimento cultural, histórico e artístico; os programas de integração cultural com os municípios, com as demais unidades da Federação e com outros países; os assuntos relacionados à interação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais; a política estadual de cultura, entre outros.

3.2 Investimentos

A participação das despesas com Cultura no orçamento estadual, , em relação às despesas totais do Espírito Santo tem sido crescente entre os anos de 2004 e 2011, passando de 0,11%, para 0,45%, respectivamente.

Contudo, observa-se que a partir de 2010, uma grande parcela dos recursos que entraram no orçamento da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo era destinada às obras do Cais das Artes. Nesse ano, dos 65 milhões disponíveis, aproximadamente R\$ 46 milhões cumpriram a mesma finalidade. Em 2011, foram gastos 56,73% do total de R\$ 45 milhões. Os investimentos realizados pelas demais ações da Secult não sofreu grandes alterações no mesmo período.

Figura 32 - Orçamento empenhado da Secretaria de Estado da Cultura, 2009-2011



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura (2009-2011)

Feita essa ressalva, segue um comparativo do Espírito Santo com os demais estados brasileiros, a partir do ano de 2010, quanto à parcela da receita destinada a investimentos em cultura.

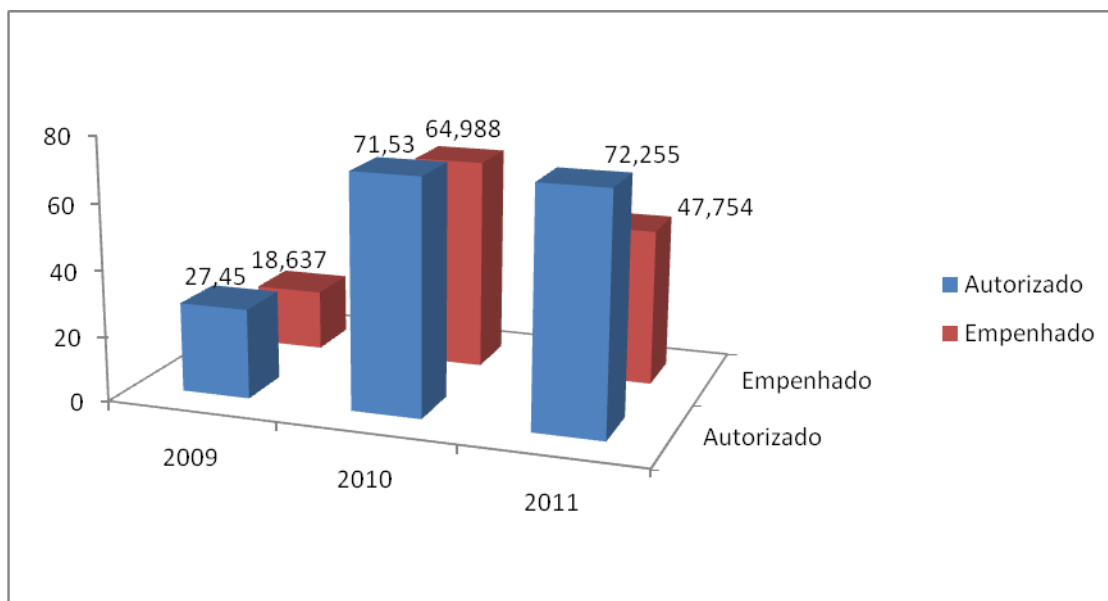
Tabela 9 - Comparativo do percentual dos gastos com cultura na despesa total do Estado do Espírito Santo e dos demais estados brasileiros, 2004-2011

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Espírito Santo	0,11	0,12	0,17	0,15	0,20	0,20	0,58	0,45
Total dos estados brasileiros	0,35	0,42	0,45	0,42	0,44	0,49	0,50	0,43

Fonte: STN – Secretaria do Tesouro Nacional (1995-2011)

Quanto ao desempenho financeiro da Secult, observa-se que nos últimos três anos, o valor empenhado na realização dos programas e projetos é menor que o valor autorizado para o ano. Em 2009, a Secretaria executou aproximadamente 68% dos recursos disponíveis, em 2010 foram executados 90,85% e em 2011 apenas 66%, conforme figura abaixo:

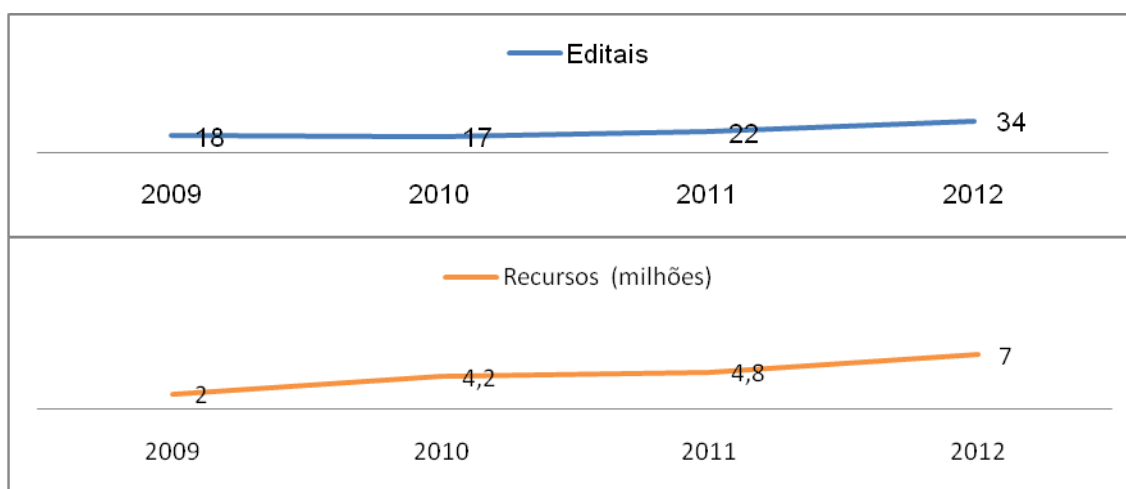
Figura 33 - Relação entre recurso autorizado e recurso empenhado, em milhões



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura (2009-2011)

Sobre o recurso orçamentário destinado ao Fundo Estadual de Cultura do Espírito Santo (Funcultura), observa-se a ampliação do seu volume nos últimos quatro anos. Em 2009, 18 editais somavam pouco mais de R\$ 3 milhões. Três anos depois, o orçamento disponível passou para aproximadamente R\$ 7 milhões, distribuídos em 34 editais de incentivo a Cultura.

Figura 34 - Número de editais e orçamento do Funcultura - 2009-2012



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2012)

4 INSTRUMENTOS LEGAIS

Os instrumentos legais que norteiam as políticas públicas de cultura executadas pela Secretaria de Estado Cultura do Espírito Santo, são:

4.1 Esfera Federal

- Decreto Legislativo 22/2006, aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, celebrada em Paris, em outubro de 2003;
- Decreto nº 5.753/2006, promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, celebrada em Paris, em outubro de 2003;
- Decreto nº 3.551/2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 6292/1975, dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Decreto-Lei nº 80.978/1977, promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e nacional de 1972;
- Lei nº 3924/1962 - Lei da Arqueologia;
- Decreto nº 25/37, conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

4.2 Esfera Estadual

- Lei Complementar nº 391/2007, reorganiza a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo e dá outras providências;

- Lei nº 6237/2000, cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, como instrumento de acautelamento e institui o Programa Estadual de Identificação e Referenciamento de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
- Lei Complementar nº 458/2008, dispõe sobre a organização do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura);
- Decreto nº 2155-R - Regulamenta o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura);
- Lei nº 2.947 de Tombamento;
- Decreto 626-N. 1974, regulamenta a Lei de Tombamento;
- Lei Complementar nº 421 que reorganiza o Conselho Estadual de Cultura (CEC);
- Decreto 2026/R/2008, que regulamenta a Lei Complementar 421/2007 (de reorganização do CEC);
- Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura;
- Decreto 526-S/2008 referente à composição do Conselho Estadual de Cultura.

4.3 Outras referências

- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural 2002.

5 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Desafios	Oportunidades
Desequilíbrio socioeconômico entre as regiões.	Diversidade cultural.
Ausência de uma legislação específica para proteger a paisagem cultural capixaba.	Existência de grandes empresas no Espírito Santo, o que pode facilitar o fomento à cultura.
Baixa oferta de formação e capacitação e ausência de uma política de formação artística e culturais continuada e descentralizada.	Existência de um órgão executivo estadual específico para a gestão da Cultura.
Insuficiência de mapeamentos das diferentes expressões culturais do Espírito Santo.	População jovem (50% com menos de 30 anos).
Dados sobre a gestão cultural encontram-se dispersos e defasados.	O Espírito Santo ampliou sua participação na economia do Brasil, ocupando a 11ª posição no PIB brasileiro.
Concentração dos equipamentos culturais na Região Metropolitana.	O Espírito Santo ocupa a 7ª posição no ranking dos estados brasileiros com maior Índice de Desenvolvimento Humano.
Distribuição desproporcional das ações da Secult nas regiões.	Existência da regionalização da Secretaria de Estado do Turismo compatível com as políticas de Cultura.
Baixo número de profissionais habilitados trabalhando nas bibliotecas.	Presença de Bibliotecas Públicas na maioria dos municípios capixabas.
Poucas bibliotecas informatizadas.	Aumento expressivo do acesso da população capixaba aos canais de comunicação.
Distribuição desigual da oferta e pouca	Estudos feitos pela Secult, em parceria

diversidade de cursos superiores da área cultural nas regiões do Estado.	com outras organizações, acerca da Economia Criativa.
Baixa participação do trabalhador da cultura no mercado formal.	Sistema Estadual de Cultura em fase de estruturação e alinhado à política nacional de Cultura.
Remuneração média do trabalhador da cultura capixaba abaixo da média do país.	Representação do setor cultural nos poderes legislativo e judiciário do Estado.
Alta concentração dos recursos públicos da Cultura na Região Metropolitana.	Transparência da aplicação dos recursos do Funcultura, por meio de editais públicos.
Baixa adesão dos municípios capixabas ao Sistema Nacional de Cultura	Estudo em andamento para a criação do Instituto do Patrimônio Cultural
Descontinuidade das políticas públicas de cultura.	Estudo em andamento para reformulação da base legal da gestão da cultura no Espírito Santo.
Estrutura técnica de gestão do patrimônio cultural insuficiente e burocrática.	Construção do complexo cultural Cais das Artes.
Insuficiência de estrutura administrativa e de recursos financeiros para atender aos novos desafios da gestão pública de Cultura.	Existência de mecanismos que facilitam o intercâmbio cultural, a exemplo dos editais de locomoção e circulação cultural.
Comunicação ineficiente entre a Secult e os diferentes agentes dos setores culturais em todo o Estado.	Existência de um comitê específico para indústria criativa na Findes.
Falta de dotação orçamentária própria para o Funcultura.	
Fragilidade do sistema estadual de bibliotecas públicas e inexistência de sistemas de outros equipamentos culturais, como museus e teatros.	

Falta de adequação dos equipamentos culturais para acessibilidade.	
Baixa presença de conteúdo local nos canais de comunicação existentes.	

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADERES. Catálogo do Artesanato Capixaba. Disponível em: <http://www.aderes.es.gov.br/CatalogoArtesanatoCapixaba.pdf>, em 08 de julho de 2013.

ANUÁRIO VIVAMÚSICA! 2013. Rio de Janeiro: VivaMúsica! Edições, v.1, n.1, 2013. Disponível em: http://www.vivamusica.com.br/index2.php?option=com_flippingbook&view=book&id=74>. Acesso em: 08 julho 2013.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Documentos do Arquivo Público mostram conflitos entre ciganos e as forças policiais no século XIX**. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/noticias%5C58.html>>. Acess, em: 8 julho 2013.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Imigrantes**. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/historico.html>>. Acesso em: 8 julho 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento das Comissões**. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/regulamento_comissoes/regulamentocomissoes.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS. **Levantamento anual do setor livreiro 2011**. Disponível em: http://anl.org.br/web/pdf/levantamento_anual_2012.pdf>. Acesso em: 14 de

fevereiro 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto n. 3551. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 8 julho 2013.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece sobre as diretrizes e bases da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 8 julho 2013.

BRASIL. Portaria n. 127. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 8 de julho de 2013.

CAPAI, Humberto (Org.). **Atlas do Folclore Capixaba**. 1. ed. Vitória: Secult/ES & Sebrae/ES, 2009. 206 p.

ESPÍRITO SANTO. Decreto 626-N. Regulamenta a Lei n. 2.947. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/3455-4b2a7a775ea14.txt>. Acesso em: 8 julho 2013.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar n. 637. Institui a Política de Gestão de Pessoas dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/front/down/LC%20637.pdf>>. Acesso em: 08 julho 2013.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 2947. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/4296-4c041e820d56c.pdf>. Acesso em: 8 julho 2013.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 6237. Cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, como instrumento de acautelamento e institui o “Programa Estadual de Identificação e Referenciamento de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO6237.html>. Acesso em: 8 julho 2013.

ESPÍRITO SANTO. Resolução n. 03/91. Aprova o Tombamento da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/2081-4a2960b0b1579.pdf>. Acesso em: 8 de julho de 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO. **Anuário 200 Maiores Empresas do Espírito Santo 2012**. Vitória, 2012, 252 p.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**: ano base 2010. Rio de Janeiro, 2012, 31 p.

GIUBERTI, Tereza (Org.). **Catálogo do artesanato capixaba 2012**. Vitória: Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo, 2009. 500 p.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Portal do Governo do Espírito Santo**: Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/default.aspx>>. Acesso em: 15 abril 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divi>

sao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_da_populacao_total_mapas.pdf>.

Acesso: 09 dezembro 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais:**
2002-2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_xls_2002_2010_zip.shtm>. Acesso em: 09 fevereiro 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 23 fevereiro 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 23 fevereiro 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 15 abril 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo em mapas.** Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=186>. Acesso em: 10 fevereiro 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Índice de Desenvolvimento Humano 1991 - 2005.** Disponível em: <http://ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/147_51.pdf>. Acesso em: 8 julho 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **O estado do Espírito Santo no Censo de 2010.** Disponível em:

<http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo_ES_e_RMGV.pdf>.

Acesso em: 15 abril 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Produto Interno Bruto dos municípios do Espírito Santo - 2010**. Disponível em

<http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=1523:produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-2010&catid=51&Itemid=126>

Acesso em: 8 julho 2013.

MACIEL, Cléber da Silva. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo, 2012, 216 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em números**: anuário de Estatísticas Culturais. Brasília, 2010, 252 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **E-MEC**: Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 8 julho 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. **CAOA**. Disponível em <http://www.mpes.gov.br/conteudo/CentralApoio/conteudo6.asp?tipo=3&cod_centro=10&menu_p=243>. Acesso em: 8 julho 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais 2006-2011**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em: 23 fevereiro 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS CINECLUBES CAPIXABAS. **Mapeamento 2013**.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, 2008.

OSORIO, Carla *et al.* **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Vitória em dados**. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/home.asp>>. Acesso em: 15 abril 2012.

REVISTA ES BRASIL. **Indústria Criativa**. Disponível em: <<http://www.revistaesbrasil.com.br/materias/atualidade/item/3314-ind%C3%BAstria-criativa?tmpl=component&print=1>>. Acesso em: 15 abril 2013.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da colonização no Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2011. 140 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO. **Site da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/>>. Acesso em: 15 fevereiro 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO. **Site da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo: Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/>>. Acesso em: 15 abril 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO. **Site da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo: O Teatro**. Disponível em: <http://www.secult.es.gov.br/?id=/espacos_culturais/hotsites/teatrocarlosgomes/oteatro/>. Acesso em: 10 julho 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO ESPÍRITO SANTO. **Site da Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo**. Disponível em: <www.setur.es.gov.br>. Acesso em: 2 março 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.
Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. Disponível em:
<<http://vix.sebraees.com.br/arquivos/biblioteca/Cadernos%20de%20Economia%20Criativa.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2013.

ZARDO, Julia (Org.). **Estudo da cadeia produtiva do audiovisual do Estado do Espírito Santo: Relatório de Pesquisa.** 1. ed. Vitória: Instituto Gênese da PUC-Rio & Secult/ES & Sebrae/ES, 2009. 243 p.

PARTE II – PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO ESPÍRITO SANTO

Princípios

- I – Liberdade de expressão, criação e fruição;
- II – Diversidade cultural;
- III – Respeito aos direitos humanos;
- IV – Direito de todos à arte e à cultura;
- V – Direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI – Direito à memória e às tradições;
- VII – Responsabilidade socioambiental;
- VIII – Valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX – Democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X – Responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI – Colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII – Participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Objetivos

- I – Regionalizar políticas públicas para a cultura no Espírito Santo;
- II – Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional capixaba;
- III – Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV – Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- V – Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- V – Promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;
- VII – Universalizar o acesso à arte e à cultura;

- VIII – Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- IX – Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- X – Estimular a sustentabilidade socioambiental;
- XI – Desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;
- XII – Qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;
- XIII – Profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;
- XIV – Consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
- XV – Ampliar a presença e o intercâmbio da cultura capixaba no mundo contemporâneo;
- XVI – Articular e integrar sistemas de gestão cultural.

Eixos Temáticos

- I – Estruturação e regionalização da gestão cultural
- II – Diversidade artística e cultural
- III – Democratização do acesso à cultura
- IV – Cultura e desenvolvimento socioeconômico sustentável
- V – Participação da sociedade na gestão cultural

1 ESTRUTURAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL

Com base no Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal 12.343/2010, o Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo reitera o compromisso do Estado em reconhecer, preservar, valorizar e promover a diversidade cultural.

Ao Estado cabe a formulação de políticas públicas, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização de ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil e com instituições e empresas públicas e privadas. Para garantir a eficiência dessas práticas é fundamental o estabelecimento e a revisão de marcos legais, bem como a descentralização de políticas culturais.

O eixo temático Estruturação, Regionalização e Interiorização da Gestão Cultural compreende Estratégias e Ações que tratam do fortalecimento e da regionalização da gestão de políticas públicas para a cultura e da criação e ampliação dos mecanismos de apoio e divulgação da produção artística e cultural capixaba.

Estratégias e Ações

1.1 Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura por meio de planejamento, monitoramento e documentação das políticas de cultura; da reestruturação interna da Secretaria de Estado de Cultura do Espírito Santo; da articulação entre poder público, sociedade civil e instituições e empresas dos setores público e privado e do diálogo entre a Secretaria de Estado da Cultura e outras secretarias ou pastas estaduais e municipais, como as de Educação, Turismo, Planejamento, Comunicação e Meio Ambiente.

1.1.1 Incentivar que os municípios do Espírito Santo façam adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). A implementação do Sistema Nacional de Cultura estabelece que os municípios constituam seus próprios sistemas de

cultura, promovendo a criação e/ou o fortalecimento de Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

1.1.2 Aprimorar a gestão na Secretaria de Estado da Cultura, por meio de ações como a realização de concursos públicos, aperfeiçoamento do plano de carreira, criação de fóruns de gestores da Cultura e oferta de formação e capacitação continuadas aos profissionais que atuam na gestão pública da Cultura.

1.1.3 Criar o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural.

1.1.4 Formular, implementar e monitorar políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da Cultura no Espírito Santo, tendo em vista o desenvolvimento de metodologias e a geração de indicadores que contribuam para a análise das políticas implementadas.

1.1.5 Aprimorar os mecanismos de comunicação da Secretaria de Estado da Cultura a fim de ampliar os canais de comunicação utilizados no contato com a sociedade e tornar mais acessíveis as informações acerca das ações desenvolvidas pela Secretaria.

1.1.6 Realizar e/ou incentivar a elaboração de mapeamentos de agentes, atividades e expressões artístico-culturais do Espírito Santo, com a produção de documentos georreferenciados – quando adequado – a serem disponibilizados por meios impresso e virtual, a fim de orientar o planejamento das políticas públicas culturais.

1.1.7 Instituir centro de documentação com banco de dados e acervo público da gestão e da produção cultural realizada no Estado, disponibilizando acesso a esses conteúdos em plataformas digitais.

1.1.8 Criar mecanismos de pesquisa, monitoramento, avaliação e divulgação de indicadores culturais que possibilitem aprimorar a troca de informações entre a gestão estadual e as regiões capixabas.

1.1.9 Criar o Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações realizadas com a participação da Secretaria de Estado da Cultura.

1.2 Descentralizar e interiorizar as políticas públicas executadas pela Secretaria de Estado da Cultura, por meio de marcos regulatórios que orientem para a criação de um modelo de gestão regionalizado, que articule o poder público e a sociedade.

1.2.1 Promover e articular instâncias de governança regionais, a fim de fortalecer a atuação da Secretaria de Estado da Cultura em todo o território capixaba.

1.2.2 Promover o diálogo e a troca de informações entre as regiões, com a realização de seminários, oficinas, fóruns, debates e outros.

1.2.3 Intensificar a presença dos agentes da Secretaria de Estado da Cultura em todas as regiões do Espírito Santo.

1.2.4 Garantir a distribuição regional equilibrada dos recursos da Cultura, conforme a realidade sociocultural de cada região.

1.2.5 Ampliar o alcance das ações da Secretaria de Estado da Cultura nas cidades de pequeno e médio porte, descentralizando as atividades culturais por todo o Estado.

1.3 Criar e/ou ampliar mecanismos de incentivo, financiamento e difusão da produção artística e cultural capixaba, a fim de viabilizar ações de artistas, produtores culturais, gestores, empreendedores criativos e outros agentes da Cultura.

1.3.1 Criar mecanismos que ampliem os recursos para a Cultura através da articulação com o governo federal, instituições e empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais.

1.3.2 Fomentar e instituir mecanismos de formação artístico-cultural voltados a todas as faixas etárias, com prioridade para crianças, adolescentes e jovens.

1.3.3 Criar instrumentos legais de incentivo à Cultura para apoiar financeiramente a realização de projetos culturais no Espírito Santo.

1.3.4 Reformular a lei do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo, de modo a facilitar a relação entre entes federados; a contemplar todos os setores culturais; a ampliar os recursos financeiros e o número de contemplados dos editais que operacionalizam os recursos do Fundo de Cultura; a garantir o apoio a novas manifestações, grupos e artistas diversos, bem como a manutenção de grupos artísticos estáveis; e a difusão das ações culturais.

1.3.5 Realizar ações permanentes de orientação para elaboração e gestão de projetos culturais e de apoio jurídico aos agentes da Cultura.

1.3.6 Incentivar e fomentar a difusão cultural no sistema de Rádio e Televisão do Espírito Santo (RTV - ES) através do diálogo entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Superintendência de Comunicação Social, de modo a fortalecer a RTV-ES para ampliar a recepção pública para todo o Estado e o reconhecimento das produções artísticas e culturais capixabas.

1.3.7 Fortalecer o trabalho de artistas, produtores culturais, empreendedores criativos e de outros agentes que atuam nos segmentos artístico-culturais através de programas de fomento, difusão e capacitação cultural.

2 DIVERSIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL

A diversidade manifesta-se por meio de múltiplas formas de criação, produção, difusão e fruição das expressões culturais que englobam diferentes identidades e linguagens artísticas, como parte fundamental da experiência histórica da humanidade.

Essa diversidade se atualiza por meio do fortalecimento das expressões artísticas e das identidades culturais, a partir da preservação dos patrimônios material e imaterial, da memória, da reflexão e da crítica. Valorizar a diversidade cultural e artística implica em reconhecer e promover as manifestações culturais em todo o Espírito Santo, assim como preservar os grupos e as tradições que se encontram ameaçados por mudanças de natureza econômica, social, política e ambiental.

Nesse sentido, as ações do Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo norteiam políticas públicas para garantir a preservação do patrimônio cultural capixaba, assim como a valorização das artes e das manifestações culturais que expressam a nossa diversidade.

Estratégias e Ações

2.1 Criar e fortalecer políticas regionalizadas de identificação, proteção, valorização e fomento do patrimônio e das expressões culturais dos diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade capixaba, sobretudo aqueles cujos direitos socioculturais encontram-se à margem da ação do Estado e/ou que se encontram ameaçados por mudanças de natureza econômica, social, política e ambiental.

2.1.1 Garantir a transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de mecanismos como a integração dos mestres detentores de notórios saberes na educação formal e informal.

2.1.2 Criar programas de apoio e incentivo às festas, encontros, festivais e celebrações das culturas populares e tradicionais do Espírito Santo.

2.1.3 Promover a identificação, proteção e salvaguarda, de modo a intensificar a realização de pesquisas, mapeamentos e inventários das expressões culturais do Espírito Santo.

2.1.4 Criar e/ou ampliar contrapartidas da área cultural com medidas compensatórias, em estudos de impacto ambiental gerados por empreendimentos nas regiões, garantindo mecanismos como a criação de fundo destinado às manifestações culturais impactadas, especialmente as expressões tradicionais e populares.

2.1.5 Ampliar as ações de preservação de sítios e locais de importância histórica, arqueológica, ecológica, paisagística e simbólica para a sociedade capixaba.

2.1.6 Identificar e valorizar a paisagem cultural - ecológica, natural e paisagística - do Espírito Santo com a instituição da Chancela e de um plano de contendo as políticas de gestão e proteção.

2.1.7 Criar e/ou aprimorar os marcos regulatórios da atuação do poder público na proteção do patrimônio cultural.

2.1.8 Criar ações de proteção às línguas dos povos e comunidades tradicionais do Espírito Santo que contemplem, inclusive, a capacitação de professores e a produção de material didático.

2.2 Incentivar a apropriação social do patrimônio cultural do Espírito Santo por meio de ensino, divulgação e promoção da diversidade.

2.2.1 Estimular a abordagem do patrimônio cultural como tema transversal no ensino formal, em sintonia com as diretrizes curriculares da Educação, enquanto parte fundamental da formação cidadã, estimulando novas vivências e práticas.

2.2.2 Realizar ações de divulgação do patrimônio cultural do Espírito Santo, com atenção às diversas manifestações culturais populares e tradicionais realizadas no Estado.

2.2.3 Promover a circulação de grupos tradicionais e populares no Espírito Santo e em outros estados.

2.3 Promover a diversidade artística e cultural por meio do incentivo à formação e reativação de grupos e do fomento aos diferentes movimentos e linguagens.

2.3.1 Fomentar projetos de residência artística em todo o território capixaba a fim de desenvolver a produção local.

2.3.2 Criar mecanismos para formação, revitalização e fortalecimento de grupos artístico-culturais.

2.3.3 Promover a valorização e o desenvolvimento das expressões culturais provenientes do espaço urbano.

3 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA

O acesso à cultura é um direito básico de todo o cidadão brasileiro assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e reivindicado pela Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Entretanto, as desigualdades sociais e econômicas têm, historicamente, restringido o exercício da cidadania cultural, apontando para uma necessidade imperativa de superar este quadro, através da democratização do acesso aos bens culturais.

A cultura reflete o modo de vida de uma sociedade e é fator fundamental para o desenvolvimento humano e o fortalecimento da identidade de um povo. Sendo assim, o acesso à cultura, à arte, à memória e ao conhecimento devem ser garantidos pelo Estado.

Para que o direito cultural seja efetivado é necessário ampliar o contato da sociedade com os bens simbólicos e os valores culturais do passado e do presente. Para isso, faz-se necessário qualificar as possibilidades de fruição cultural, adaptando e qualificando os mecanismos de acesso e os ambientes culturais, além de diversificar conteúdos e produtos para o consumo cultural, oportunizando assim a ampliação do alcance das expressões simbólicas para grupos sociais distintos.

Contudo, a democratização do acesso à cultura só é completa na adaptação dos ambientes e produtos culturais para a acessibilidade de pessoas com diferentes deficiências, a fim de garantir que este público disponha dos bens culturais em situação de igualdade em relação aos demais cidadãos.

É preciso, ainda, assegurar aos produtores e transmissores das diversas expressões culturais o apoio à criação estética e à experimentação para o desenvolvimento da Cultura no Espírito Santo. Desse modo, compete ao Estado criar novas conexões com a sociedade para garantir as condições necessárias para o exercício da cidadania que se completa com a universalização dos meios de produção e fruição das expressões culturais.

Estratégias e Ações

3.1 Difundir a produção artística e o patrimônio cultural do Espírito Santo, ampliando o acesso dos agentes da Cultura aos meios de comunicação, diversificando a programação dos veículos e fortalecendo a rede pública de comunicação.

3.1.1 Incentivar a produção de conteúdos locais para difusão nas emissoras públicas e/ou educativas de rádio e televisão, inclusive por meio da criação de editais específicos para novos programas.

3.1.2 Incentivar a criação de novos veículos de comunicação, tais como jornais, revistas, canais de televisão, rádios, sites, blogs e demais canais de internet, democratizando o acesso às informações culturais.

3.1.3 Garantir espaço nos meios de comunicação locais para a divulgação da produção artística e do patrimônio cultural do Estado.

3.2 Estimular e fomentar a instalação, manutenção e integração de equipamentos culturais que promovam a democratização do acesso à produção, difusão e circulação artístico-cultural; à memória e ao conhecimento, bem como a fruição das artes e da cultura em todos os municípios do Estado.

3.2.1 Promover a criação e a manutenção de espaços e equipamentos culturais tecnicamente adequados para manifestações artísticas e culturais.

3.2.2 Democratizar o acesso à produção, difusão e circulação artístico-cultural, à memória e ao conhecimento, bem como à fruição das artes e da cultura em todos os municípios do Estado, garantindo participação e visibilidade das manifestações artísticas e culturais locais.

3.2.3 Estimular e fomentar a instalação de centros multimídia, a fim de proporcionar experimentação, criação, fruição e difusão da cultura por meio das tecnologias digitais, democratizando o acesso às técnicas de produção, os dispositivos de consumo e a recepção das obras.

3.2.4 Criar um centro de referência do audiovisual do Espírito Santo para acomodar acervo de obras locais e promover a distribuição de produtos audiovisuais.

3.2.5 Incentivar a revitalização de espaços públicos ociosos com o objetivo de transformá-los em equipamentos culturais de qualificação, formação e difusão cultural.

3.2.6 Promover a integração de espaços educacionais e culturais por meio de articulação entre as secretarias de Educação e Cultura.

3.2.7 Promover a expansão e a interiorização dos espaços de exibição audiovisual, como o incentivo à criação de cineclubes, que promovam debates para o envolvimento da comunidade na reflexão do conteúdo das obras e que valorizem a produção local, inserindo-a na programação.

3.2.8 Ativar redes de espaços culturais tecnicamente equipados e com profissionais qualificados, a fim de permitir maior acesso e compartilhamento de programas, informações, acervos e experiências.

3.2.9 Estabelecer redes de museus, bibliotecas, arquivos e outros centros de documentação, públicos ou privados, para promover suas atividades e tornar seus conteúdos acessíveis à população.

3.2.10 Estimular parcerias entre os setores público e privado para a criação e a manutenção de museus, arquivos e bibliotecas informatizados, com quadro de pessoal habilitado e concursado, orçamento próprio e que contenham políticas específicas de aquisição, preservação, conservação, restauração, digitalização e difusão de acervos.

3.2.11 Fomentar nos municípios a implementação e/ou criação de programas de gestão e preservação de documentos públicos.

3.3 Fomentar o acesso ao conhecimento das artes e das expressões culturais, através do estímulo à formação e à crítica, ampliando as possibilidades de experimentação, criação e inovação para a produção artística e cultural do Espírito Santo.

3.3.1 Ampliar, aprimorar e garantir a formação e a qualificação do setor artístico-cultural, por meio de mecanismos como a oferta de ensino técnico e superior nas regiões, a criação de bolsas de estudos e ações de capacitação regulares para os segmentos.

3.3.2 Estimular a crítica, a fim de aprimorar o conhecimento e a reflexão em torno da produção artístico-cultural do Espírito Santo.

3.3.3 Promover capacitação para profissionais que atuam no ensino das artes, em atividades de arte educação e/ou no ensino regular, de acordo com as diretrizes curriculares educacionais.

3.4 Garantir e/ou ampliar o acesso aos serviços e bens culturais, bem como aos recursos disponíveis para a produção cultural, de modo a assegurar o direito à expressão, criação e fruição da cultura.

3.4.1 Diversificar as políticas culturais para atender às diversas faixas etárias e gêneros, com ênfase na integração familiar e social, inclusive com atividades artístico-culturais no ambiente escolar e em espaços comunitários, visando a ampliar a fruição cultural, com atenção para as áreas de vulnerabilidade social.

3.4.2 Garantir a acessibilidade universal aos bens culturais, adaptando espaços, produtos e atividades, permitindo o acesso à produção e difusão artística a pessoas com necessidades especiais.

3.4.3 Promover a formação de agentes culturais oriundos das comunidades, a fim de torná-los facilitadores para a projeção de bens simbólicos e o acesso aos recursos culturais nos territórios com menos oportunidades.

3.4.4 Distribuir de forma descentralizada e abrangente os bens culturais produzidos com recursos públicos.

3.4.5 Criar mecanismos simplificados que facilitem o acesso aos recursos públicos destinados ao fomento e à difusão da cultura.

3.4.6 Ampliar o acesso aos recursos do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo a fim de contemplar diferentes públicos, faixas etárias e regiões, inclusive com a criação de editais regionais.

3.4.7 Fomentar a ampliação do ensino das artes e a realização de atividades culturais nas diretrizes curriculares do ensino básico, garantindo a participação de profissionais da área.

3.5 Estimular a circulação e o intercâmbio das expressões artístico-culturais do Espírito Santo nas regiões capixabas, nos estados brasileiros e em outros países, ampliando as oportunidades de acesso dos agentes locais aos mecanismos de difusão disponíveis.

3.5.1 Ampliar as oportunidades de participação de artistas que habitam municípios fora da Região Metropolitana de Vitória nas ações de circulação cultural.

3.5.2 Criar e/ou ampliar mecanismos para a circulação de expressões culturais do Espírito Santo no território nacional.

3.5.3 Apoiar a criação de espaços de circulação e intercâmbio de bens e expressões culturais a fim de promover e divulgar a produção local.

3.5.4 Incentivar e apoiar a elaboração, de forma participativa, de calendários de atividades culturais regulares realizadas no Espírito Santo.

3.5.5 Promover o fortalecimento e a visibilidade da produção artística e das expressões culturais locais garantindo a participação em espaços culturais e eventos públicos.

3.5.6 Promover, difundir e impulsionar a produção e o intercâmbio artístico-cultural do Espírito Santo em âmbitos regional, nacional e internacional.

4 CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Além da perspectiva de um valor simbólico e de exercício da cidadania, a cultura de um povo também deve ser vista como fator de desenvolvimento social e econômico. A cultura é imbuída dos processos que levam à criatividade, à inovação e à tecnologia, gerando conhecimento, e também riquezas para a sociedade.

Atualmente, o setor cultural se consolidou como importante fonte de oportunidades para geração de trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local e o exercício da responsabilidade social e ambiental. O Estado deve oportunizar instrumentos que colaborem para a sustentabilidade e qualidade das atividades e produtos culturais, visando fortalecer a circulação de bens e incentivar empreendimentos do setor.

Entendendo a cultura como vetor para a construção e qualificação de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Espírito Santo, é essencial que nos próximos dez anos sejam elaboradas políticas culturais focadas no estímulo à economia criativa e ao empreendedorismo, e que respeitem o meio ambiente.

Estratégias e Ações

4.1 Criar, estimular e ampliar programas de formação e de apoio técnico aos trabalhadores da cultura, promovendo a profissionalização do setor.

4.1.1 Promover a formação de profissionais da cultura nas áreas de economia criativa, gestão de projetos e empreendedorismo cultural, através de parcerias com o poder público e/ou a iniciativa privada.

4.1.2 Articular para garantir apoio técnico para a produção criativa, visando ao aprimoramento da qualidade dos produtos locais, reconhecendo os saberes envolvidos no processo de produção.

4.1.3 Criar campanhas educativas sobre economia criativa e desenvolvimento sustentável.

4.2 Estimular práticas de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo da diversidade cultural

4.2.1 Fomentar e fortalecer coletivos criativos, associações, grupos de produção, cooperativas de empreendedores criativos, entre outras formas de organização coletiva.

4.2.2 Criar e garantir mecanismos para o desenvolvimento sustentável de grupos artístico-culturais e comunidades tradicionais, respeitando suas práticas, interesses e necessidades.

4.2.3 Fortalecer a produção e a comercialização do artesanato associado à identidade das comunidades tradicionais.

4.2.4 Promover ações de difusão da cultura indígena, quilombola e demais comunidades tradicionais, bem como apoio a atividades que propiciem geração de renda e sustentabilidade dessas comunidades.

4.2.5 Mapear e catalogar matérias-primas e produtos locais e regionais, a fim de reconhecer seus valores identitários e históricos.

4.2.6 Planejar as ações culturais criativas do ponto de vista de cadeias produtivas, identificando e fortalecendo as ações que têm potencial regional e estadual.

4.2.7 Fortalecer as políticas para os setores culturais, estimulando a sustentabilidade e a competitividade da produção local e promovendo estudos de cadeias produtivas e a integração dos diversos elos dessas cadeias.

4.2.8 Fomentar a instituição de áreas de interesse cultural nos municípios, com destaque para os locais com importância histórica, natural, ecológica, arqueológica e paisagística para o Espírito Santo.

4.3 Proporcionar condições de trabalho, emprego e renda por meio do estímulo à produção criativa.

4.3.1 Estabelecer parcerias com agentes financeiros para oferta de linhas de crédito acessíveis aos empreendedores criativos.

4.3.2 Estimular a apropriação das atividades da Economia Criativa pelas populações carcerárias enquanto um mecanismo para geração de renda e desenvolvimento socioeconômico.

4.4 Desenvolver o mercado para os produtos oriundos da economia criativa, criando condições para a sua exposição, circulação, divulgação e comercialização.

4.4.1 Fomentar a exposição, a circulação e a comercialização de produtos oriundos da economia criativa no Estado, no Brasil e em outros países.

5 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO CULTURAL

Para assegurar o cumprimento do exercício dos direitos culturais pelos cidadãos, cabe ao Estado garantir e ampliar os mecanismos de participação social na gestão de políticas públicas da Cultura, contemplando diferentes modalidades de consulta, participação e diálogo.

A criação de conselhos, bem como a realização constante de conferências, fóruns e outros debates contribuem diretamente para uma real participação popular na construção das políticas públicas culturais e garante, inclusive, o cumprimento das Metas, Estratégias e Ações do Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo.

Estratégias e Ações

5.1 Estimular a criação e fortalecer a atuação de conselhos, democraticamente constituídos, de modo a consolidar o diálogo entre o poder público e os segmentos organizados da sociedade civil.

5.1.1 Fomentar a criação e fortalecer a atuação de conselhos de Cultura, garantindo o exercício de suas atividades.

5.1.2 Fortalecer a atuação de Conselho Estadual de Cultura como instância de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura, bem como promover reuniões itinerantes do CEC, a fim de estimular a participação da sociedade nesses encontros.

5.1.3 Criar instâncias de participação da sociedade civil no gerenciamento dos equipamentos culturais.

5.1.4 Oferecer formação aos conselheiros da Cultura, com o objetivo de promover a reflexão e a troca de experiências relacionadas à participação social e à democratização da gestão do Estado.

5.2 Criar, consolidar e/ou incentivar espaços para a realização de debates acerca das políticas públicas de Cultura.

5.2.1 Promover conferências estaduais e regionais periódicas, abertas à sociedade-

5.2.2 Realizar, periodicamente, audiências públicas para avaliação dos resultados das políticas públicas de Cultura.

5.2.3 Incentivar a realização de conferências municipais, abertas à sociedade, para debater a formulação e os resultados das políticas culturais dos municípios.

5.2.4 Promover fóruns culturais regionais permanentes, visando ao debate sobre políticas públicas e ao diálogo entre regiões.

5.2.5 Realizar campanhas de conscientização da população sobre o papel dos conselhos na gestão democrática da Cultura e também sobre a importância de outras formas de organização da sociedade civil.